UNIVERIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA PAULA FERREIRA MIRANDA

TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE: CONTRIBUIÇÕES DE JAIME OSORIO E ADRIÁN SOTELO

JUIZ DE FORA

2017

UNIVERIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA PAULA FERREIRA MIRANDA

TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE: CONTRIBUIÇÕES DE JAIME OSORIO E ADRIÁN SOTELO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho

JUIZ DE FORA

2017

ANA PAULA FERREIRA MIRANDA

TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE: CONTRIBUIÇÕES DE JAIME OSORIO E ADRIÁN SOTELO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

_____

Prof[a]. Dr[a]. Cristina Simões Bezerra
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

_____

Prof. Dr. Cláudio Roberto Marcos Gurgel
Universidade Federal Fluminense – UFF

“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.”

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desse estudo foi sem dúvida um momento de muitos desafios que, no entanto, tenho certeza que foram essenciais para o meu amadurecimento não só teórico como também pessoal e profissional. Nesse processo, é importante mencionar que muitas pessoas foram imprescindíveis para que eu pudesse concluir essa etapa, me restando minimamente agradecer essa participação.

Agradeço imensamente a meus familiares e amigos, pelo carinho e ainda por tornarem toda essa trajetória mais serene por meio do apoio que me proporcionaram nos momentos mais difíceis.

Também agradeço imensamente ao meu orientador Rodrigo, que foi fundamental para a realização desse trabalho, assim como por ser um professor que inspira a busca pelo conhecimento diante do seu comprometimento teórico e ainda por fazer de suas orientações um processo de amplo aprendizado.

Gostaria de agradecer ainda a Prof[a]. Cristina Bezerra e ao Prof. Cláudio Gurgel, que gentilmente aceitaram compor a banca de defesa dessa dissertação. Tenho certeza que suas contribuições serão essenciais não só para a conclusão desse trabalho, como também para suscitar importantes provocações que vão acompanhar minha trajetória acadêmica.

Devo estender meus agradecimentos aos Profs. Elcemir Paço Cunha e Marcelo Braz, que diante de suas contribuições na banca de qualificação desse estudo trouxeram inestimáveis contribuições para o desenvolvimento desse estudo.

Agradeço ainda aos professores do Programa de Pós-Graduação, assim como aos professores da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF que contribuíram para o meu processo de formação.

Agradeço também Beth, Nívea e Maria Helena, funcionários do Programa de Pós-Graduação que sempre demonstraram atenção e disponibilidade e que foram essenciais nessa reta final ao viabilizarem as demandas burocráticas necessárias à realização dessa banca.

RESUMO

O presente estudo ao resgatar as principais teses da Teoria Marxista da Dependência - TMD, elaboradas por Ruy Mauro Marini, apresenta como proposta verificar se elas possibilitam a articulação das condições estruturais da dinâmica da dependência com as determinações do capitalismo contemporâneo, a partir das contribuições de Jaime Osorio e Adrián Sotelo. Ao considerar que os fundamentos da economia política dos países dependente foram formulados com base nas principais categorias da economia política desenvolvidas por Marx, avaliamos que não há como compreender o processo desenvolvido por Marini se não a partir da apreensão dos apontamentos marxianos.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência. Economia política da dependência. Capitalismo contemporâneo.

ABSTRACT

The present study, rescuing the main theses of the Marxist Theory of Dependence - TMD, elaborated by Ruy Mauro Marini, presents as a proposal to verify if they make possible the articulation of the structural conditions of the dependency dynamics with the determinations of contemporary capitalism, from the contributions of Jaime Osorio and Adrián Sotelo. Considering that the foundations of the political economy of the dependent countries were formulated on the basis of the main categories of political economy developed by Marx, we consider that there is no way to understand the process developed by Marini, if not from the apprehension of the Marxian notes.

Keywords: Marxist Theory of Dependency. Political economy of dependence. Contemporary capitalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Formação da taxa de mais-valor e da taxa de lucro, conforme a Teoria do Valor..52

Tabela II - Expressão fenomênica do valor da mercadoria considerando uma taxa de exploração de 100%.....52

Tabela III – Valor das mercadorias de acordo com a soma do capital variável, constante e taxa de lucro.....53

Tabela IV – Preço das mercadorias de acordo com o lucro médio.....54

Tabela V – Instrumentos da política econômica.....135

Tabela VI – Correntes da política econômica.....136

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

CAPÍTULO 1 – CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA 13

1.1 Crítica da Economia Política: breve introdução do Modo de Produção Capitalista 13

1.2 Principais categorias da economia política para a análise da dinâmica do capitalismo dependente 19

1.2.1 Teoria Marxiana do Valor 20

1.2.2 O processo de formação do mais-valor: 25

1.2.3 Ciclo do capital 33

1.2.4 Esquemas de reprodução do capital 40

1.2.5 Teoria do preço 50

1.2.6 Distribuição da renda nacional e repartição do valor 58

CAPÍTULO 2 - TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA 63

2.1 Formação e Desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência 63

2.2 Teoria Marxista da Dependência: configuração da dependência latino-americana 73

2.3 Transferência de valor 77

2.4 Superexploração da Força de Trabalho 82

2.5 O ciclo do capital na economia dependente 87

2.6 Os esquemas de reprodução do capital e o processo de acumulação 94

2.7. Ruptura do ciclo do capital 97

CAPÍTULO 3 – TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE 105

3.1 A dependência do contexto da globalização capitalista, segundo Marini 105

3.2 Dependência no contexto da mundialização, segundo Jaime Osorio 108

3.3 Dependência no contexto da mundialização da lei do valor, segundo Adrián Sotelo 114

3.4 Desenvolvimento da categoria "Superexploração da Força de Trabalho", segundo Jaime Osorio 117

3.5 Contribuições de Adrián Sotelo para interpretar a superexploração da força de trabalho na contemporaneidade 123

3.6 Proposta para uma análise do Padrão de Reprodução do capital, segundo Jaime Osorio 128

CONSIDERAÇÕES FINAIS 140

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 146

APRESENTAÇÃO

Em busca de refletir sobre as potencialidades das contribuições da Teoria Marxista da Dependência - TMD para a análise da dinâmica capitalista na contemporaneidade, esse trabalho apresenta o objetivo de estudar as contribuições de Jaime Osorio[1] e Adrián Sotelo[2] e verificar sua potencialidade para a interpretação do quadro da dependência no marco do capitalismo contemporâneo.

Considera-se importante retomar a discussão a respeito da TMD, fato esse que tem ocorrido no século XXI, haja vista que o desenvolvimento capitalista complexifica cada vez mais a condição de dependência dos países periféricos, diante da estratégia neoliberal de desenvolvimento e ainda pelo predomínio do capital financeiro, que dado o seu caráter especulativo, contribui ainda mais para ampliar a superexploração da força de trabalho como um elemento necessário da dinâmica capitalista que constantemente busca contrarrestar a tendência à queda das suas taxas de mais-valia e de lucro.

Nesse sentido, o presente estudo ao resgatar as principais teses da TMD procura verificar se elas viabilizam a articulação das condições estruturais da dinâmica da dependência com as determinações do capitalismo contemporâneo. Essa análise entre as determinações essenciais da TMD e sua expressão no novo contexto histórico, como já citado, é feita a partir das contribuições de Jaime Osorio e Adrián Sotelo que além de se basearem nas indicações de Marini, também realizam um resgate da concepção marxiana.

Considera-se importante indicar que a discussão a respeito da TMD nesse trabalho apresenta como base os elementos elaborados por Marini, tendo em vista a consideração de que esse autor seja a grande expressão dessa teoria ao formular as teses da *economia política da dependência*.

Ressalta-se que a opção por realizar o debate a partir das contribuições de Jaime Osorio e Adrián Sotelo se relaciona com a influência que esses autores possuem na retomada desse debate no Brasil. Essa percepção é posta diante das inúmeras citações que eles recebem nos trabalhos desenvolvidos que analisam a situação da dependência tanto na conjuntura atual, quanto no seu resgate histórico. Além disso, cabe apontar que Osorio e Sotelo foram

[1] Jaime Osorio é professor da Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco (UAM-X) e da pós-graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidad Nacional Autónoma de México (Unam).
[2] Adrián Sotelo Valencia é sociólogo, pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos, da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (Cela/Unam).

citados pelo próprio Ruy Mauro Marini[3] em sua memória, como um dos principais estudiosos a respeito do tema.

No que diz respeito à metodologia empregada nesse estudo, é importante elucidar que ela consiste na análise imanente das produções teóricas que contribuem para interpretar a dinâmica do modo de produção capitalista a partir da perspectiva da economia política da dependência. Feito esse esclarecimento, cabe explicitar no que consiste essa análise:

> A abordagem imanente é o procedimento pelo qual o próprio texto se converte em "caso" e, dentro de limites e parâmetros que sempre devem ser explicitados, pode ser o palco de experiências e campo de provas de conceitos e das suas inter-relações lógico-teóricas (LESSA, 2007, p. 17).

Nesse sentido, considera-se que essa metodologia permite o alcance do objetivo proposto nesse trabalho, haja vista que a leitura imanente da produção teórica dos autores indicados vai possibilitar estabelecer uma relação entre as principais teses da TMD e a sua articulação com as condições estruturais da dependência no contexto do capitalismo contemporâneo.

Sendo assim, o nosso objetivo nesse trabalho consiste em apresentar as principais determinações da TMD, em sua formulação principal, do ponto de vista da economia política, com base na obra de Marini, visando analisar a potencialidade de sua contribuição para interpretar a dinâmica capitalista contemporânea a partir das indicações de Jaime Osorio e Adrián Sotelo.

Cabe salientar que, o referente objetivo desse estudo apresenta como base a hipótese de que a TMD possui potencial heurístico para a compreensão do capitalismo contemporâneo e da estrutura da dependência no atual contexto.

Para alcançar o objetivo proposto, esse trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro deles apresenta as indicações de Marx elaboradas por meio da obra "O Capital", volume I, II e III. Através dessa exposição foram expostas as principais categorias da crítica da economia política que são consideradas essenciais para a análise da dinâmica do capitalismo contemporâneo, quais sejam: teoria do valor; formas de extração do mais-valor; ciclo do capital; esquemas de reprodução do capital; teoria do preço; repartição do valor e distribuição da renda.

Considera-se que a elaboração desse primeiro capítulo seja a base do presente estudo, haja vista que a *crítica da economia política*, elaborada por Marx, é a base sobre a qual Ruy Mauro Marini formulou as principais teses da *economia política da dependência*, que

[3] MARINI, Ruy Mauro. Memória: por Ruy Mauro Marini. (1990) In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

permitem compreender as particularidades acerca do desenvolvimento capitalista nas formações sociais dependentes.

É importante considerar que essa formulação de Marini, constitui-se em um elemento fundamental para compreender a reprodução do capital em determinada formação social e conjuntura específicas, inseridos no contexto do modo de produção capitalista desenvolvido por Marx:

> O universal do capitalismo, em seu desenrolar *histórico*, deve ser pensado na realidade efetiva dos particulares que tomaram forma em seu desenrolar, como a conformação do capitalismo em um *sistema mundial* e com diversos capitalismos *operando de modo diverso na acumulação mundial*, economias centrais ou imperialistas, economias periféricas ou dependentes. O capitalismo se constitui dessa forma em *universalidade diferenciada*, o que exige *novos conceitos e categorias* para ser apreendido, na medida em que nesse desenrolar se integram processos e relações que redefinem o universal, e porque os particulares geram diversidade real, novidade efetiva do distinto, fazendo do capitalismo uma *unidade do diverso* (OSORIO, 2013, p. 57, itálicos do autor).

Dito isto, no segundo capítulo desse trabalho apresenta-se o processo de formação e desenvolvimento da TMD, por meio das indicações de Roberta Traspadini e João Pedro Stedile, Carlos Eduardo Martins e ainda pelo próprio Osório. Ainda nesse capítulo, apresenta-se por meio da leitura imanente da obra de Marini a configuração da dependência latino-americana para através dela apresentar as categorias que esse autor aponta como o fundamento e a essência da dependência, quais sejam: transferência de valor, superexploração da força de trabalho e ruptura do ciclo do capital.

Essas categorias são expostas por Marini, principalmente a partir da obra “Dialética da Dependência” (1973), onde o autor realiza sua investigação a partir da circulação do capital em escala mundial (onde acontece a transferência de valor), passa pelo processo de produção dos países dependentes que é determinado pela sua inserção na economia mundial (superexploração da força de trabalho) para posteriormente apresentar a estrutura dos países dependentes, que apresentam sua própria fase de circulação (ruptura do ciclo do capital).

É importante apontar que a exposição dessas categorias, não se realiza unicamente pela análise da obra “Dialética da Dependência”, mas também por meio dos demais trabalhados desenvolvidos pelo autor, quais sejam: “Las razones del neodesarrolismo - respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra” (1978), “Plusvalía extraodinaria y acumulación de capital” (1979), “El ciclo del capital em la economia dependiente” (1979).

Exposto os elementos que compõem a estrutura da dependência latino-americana, desenvolve-se no último capítulo a discussão a respeito da TMD na contemporaneidade. Primeiramente, é apresentando as contribuições de Marini a respeito da nova fase da

dependência latino-americana que perante a expansão da economia mundial no contexto da globalização, apresenta novas determinações. Cabe apontar que essa discussão é realizada pelo autor em 1997 por meio do texto: “Proceso y tendencias de la globalización capitalista”.

Posteriormente, ainda nesse capítulo, são expostas as contribuições de Jaime Osorio e Adrián Sotelo no que diz respeito às novas determinações da dependência no contexto contemporâneo, tais como a dinâmica capitalista mundial inserida no contexto da globalização/mundialização do capital; o processo de superexploração da força de trabalho na contemporaneidade e ainda uma proposta apresentada por Jaime Osorio para analisar o padrão de reprodução do capital.

No que diz respeito ao referencial teórico de Osorio e Sotelo empregados para a leitura imanente do nosso objeto, utilizamos o material desses autores que se relacionam diretamente com as principais teses da economia política da dependência. Sendo assim, os principais trabalhos utilizados de Osorio são: “Crítica de la economía vulgar: reproduccion del capital y dependencia” (2004), “Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica” (2012), “Fundamentos da Superexploração” (2013), “O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder” (2014).

No que se refere à leitura imanente da obra de Sotelo, ela foi realizado por meio das seguintes contribuições do autor: “Teoria da dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina” (2008), “A Reestruturação no mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho” (2009), “Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial.” (2009), “Hipótese a respeito da extensão da superexploração do trabalho no capitalismo avançado desde a perspectiva da teoria marxista da dependência” (2016).

Apresentada a metodologia de construção desse trabalho, cabe apontar que se tem a ciência de que esse estudo é apenas uma aproximação do desenvolvimento da TMD e que acreditamos que ela se constitui em uma teoria que permite uma análise concreta da dinâmica econômica e social, inserida no complexo movimento de mundialização do capital.

CAPÍTULO 1 – CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

1.1 Crítica da Economia Política: breve introdução do Modo de Produção Capitalista

A formação da sociedade capitalista, ao se constituir como um modo de produção apresenta sua gênese relacionada com o processo histórico das formações sociais anteriores, ou seja, sua estrutura não é um fenômeno natural, mas resultado da dinâmica da sociedade que se assenta como sendo constituída pelas relações sociais estabelecidas entre os homens. Nesse sentido, ao discutir a formação e o desenvolvimento do capitalismo, deve-se levar em consideração que esse não é um processo natural, mas determinado social e historicamente, assim como resultado de transformações nas formas de produção social anteriores e fruto de revoluções econômicas.

Para compreensão dessa formação, considera-se que a discussão acerca da categoria "trabalho" apresenta o ponto chave para iniciar o debate, tendo em vista que enquanto "condição de existência do homem" (MARX, 2013, p. 120) é através dele que os indivíduos interagem com a natureza, visando à satisfação de suas necessidades, e ainda se constituem enquanto ser social:

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Conforme Marx, esse processo realizado pelo homem de transformação da natureza para satisfação de suas necessidades, que diferente da atividade dos animais apresenta uma intencionalidade prévia, ainda tem como parte constitutiva e peculiar de seu processo os *objetos* e os *meios de trabalho* (meios de produção), que juntos designam-se como sendo **forças produtivas**. A organização e a forma de propriedade dessas forças produtivas, que acontece dentro de relações sociais determinadas entre os homens são chamada de **relações de produção**:

> na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo

> de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então uma época de revolução social (MARX, 2008, p. 47).

Desse modo, Marx afirma que foi em um momento de contradição entre as forças produtivas e as relações de produção que se colocou como possível o desenvolvimento de outro modo de produção, que segundo ele se dividiu até então em: "asiático, antigo, feudal e burguês moderno", cada qual com suas leis de desenvolvimento peculiares (MARX, 2008, p. 48).

No caso específico da transição do modo de produção feudal para o capitalista, o autor refere-se como uma das condições dessa passagem o aumento da produtividade que permitiu uma produção de valores de uso que ultrapassaram as necessidades imediatas de sobrevivência, criando dessa forma o excedente econômico. Esse movimento, segundo a concepção marxiana, revela-se como sendo o avanço para a produção mercantil simples que apresenta como base a divisão social do trabalho e a propriedade privada.

Conforme Marx, a referida produção mercantil simples, que acontece a partir do surgimento do comércio e se compõe como o "ponto de partida do capital" acontece de forma imediata pela formula M – D – M, ou seja, pela "conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria" (Marx, 2013, p. 223). Nesse processo, o autor indica que o dinheiro era utilizado como mero instrumento de troca, ou seja, o ciclo se completava quando o dinheiro adquirido na venda de uma mercadoria era novamente utilizado na compra de outra mercadoria, podendo caracterizar esse movimento como uma mera apropriação de valores de uso para satisfação das necessidades (Marx, 2013).

Esse movimento de reprodução, diante da ampliação do comércio e do aumento da demanda por mercadorias sofre um movimento de complexificação e passou a ser representada pelo ciclo D – M – D^{+}, que segundo Marx é o processo de "conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender." (Marx, 2013, p. 224). Nesse método o autor ainda indica que o ciclo do capital se completa quando a mercadoria comprada é revendida, ou seja, quando o capitalista ao final do processo obtém um valor superior ao que utilizou para comprar a mercadoria que foi revendida.

Apesar desse acréscimo do dinheiro pela revenda de mercadoria se estabelecer em um avanço da produção mercantil simples, o autor deixa claro que no movimento de reprodução

do capital o que é peculiar à produção mercantil capitalista é a compra e a venda da força de trabalho. A presente consideração parte da indicação de que o pressuposto da acumulação capitalista não é resultado do processo de circulação, mas da esfera da produção. Nesse sentido, considera-se que a produção mercantil capitalista, visando sua valorização, apresenta como diferença substancial e peculiar dos diferentes processos anteriores à compra e a venda da força de trabalho:

> Suas condições históricas de existência não estão de modo algum dadas com a circulação das mercadorias e do dinheiro. Ele só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção (MARX, 2013, p. 245).

Conforme Marx, essa condição posta pela produção mercantil capitalista tem como pressuposto dois lados: de um lado, está à condição do homem não ter outra mercadoria a não ser a sua força de trabalho para colocar a venda no mercado e, de outro lado, à existência de uma parcela que assegura o controle dos meios de produção, das mercadorias e do dinheiro. Essa separação entre os que possuem apenas a sua força de trabalho para sobreviver e entre os que têm a propriedade dos meios de produção, dividiu a sociedade capitalista em torno de duas classes sociais antagônicas fundamentais: proletários e burgueses.

No que se refere à criação de valor na esfera produtiva, tem-se que essa valorização não é vinculada por qualquer componente do capital constante - meios de produção, que apenas transfere seu valor para o produto (Marx, 2013, p. 460). Esse movimento de criação de valor é proporcionado apenas pelo trabalho vivo, ou seja, pela força de trabalho - capital variável - que no processo de produção, além de criar o valor para sua reprodução ainda produz um valor excedente que é apropriado pelo capitalista gratuitamente:

> Portanto, a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, ou, mais sucintamente: capital constante.
> Por outro lado, a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: capital variável (MARX, 2013, p. 286).

Nesse sentido, segundo a concepção marxiana a referida criação de valor pela força de trabalho é apropriada pelo capitalista mediante o tempo de trabalho que não é pago, ou seja, o tempo excedente. A presente condição é posta já que o valor da força de trabalho, assim como

o valor das demais mercadorias, tem o seu valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário a produção e também para a reprodução da própria força de trabalho, que é indicado por Marx como sendo o "valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor" (2013, p. 245).

Ainda no que se refere ao valor da força de trabalho, Marx nos deixa claro que seu valor não deve levar em consideração somente os gastos com a reprodução fisiológica dos trabalhadores, mas também as demais necessidades como, por exemplo, as relacionadas com o desenvolvimento social e cultural.

Desse modo, pode-se dizer conforme indicação marxiana que a jornada de trabalho se desdobra em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Assim, o valor produzido no tempo de trabalho necessário equivale ao valor necessário à produção da subsistência ou reprodução da força de trabalho e o valor excedente corresponde ao que é apropriado pelo capitalista significando dessa forma a "expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista" (MARX, 2013, p. 294)

No que se alude ao valor da força de trabalho, Marx nos indica que a "expressão 'valor do trabalho', não só se apagou por completo, mas converteu-se em seu contrário" quando a economia política clássica fundada nos culto das aparências definiu o valor e o preço da força de trabalho como salário (MARX, 2013, p. 609). Segundo o autor, tal definição apaga todo o sinal da divisão da jornada de trabalho em tempo necessário e tempo excedente, fazendo com que todo trabalho seja adotado como pago, camuflando dessa forma o trabalho gratuito prestado pelos trabalhadores.

Outro movimento apontado por Marx que oculta o tempo de trabalho não pago é a ideia de que o trabalho é pago por sua função e não pela força de trabalho. Essa condição é expressa pela variação dos salários de acordo com a jornada de trabalho e ainda pela diferença entre os salários de diversos trabalhadores que executam a mesma função (MARX, 2013, p. 612).

Ainda como medida referente ao tempo de trabalho necessário e excedente, é importante indicar que com o intuito de aumentar o montante de capital acumulado pode-se ampliar a jornada de trabalho sem aumento salarial, aumentando o tempo excedente, ou ainda reduzir o tempo de trabalho necessário, reduzindo dessa forma o valor da força de trabalho. Segundo Marx, esse processo representa as seguintes formas de extração de mais-valor[4]:

[4] No desenvolvimento da teoria marxiana, será utilizado o termo mais-valor como sinônimo da expressão mais-valia. A escolha por adotar o termo mais-valor no desenvolvimento desse estudo relaciona-se unicamente ao fato de que a edição dos livros utilizados para esse desenvolvimento (O Capital – Livro I, II e III – Boitempo) utiliza a referida expressão.

> O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo (MARX, 2013, p. 390).

Ainda segundo Marx esse movimento do capital de aumento da jornada de trabalho com vistas à obtenção de mais-valor absoluto encontra limites do próprio capitalismo, uma vez que esse modo de produção tem de garantir a continua reprodução dos trabalhadores e ainda enfrenta as lutas e resistências em torno dos direitos sociais e trabalhistas.

Nesse movimento de extração do mais-valor é importante citar que na dinâmica de acumulação do capital também se faz presente o processo de *concentração* e *centralização*. No que diz respeito a esses mecanismos, Marx nos indica que esses movimentos que são próprios da dinâmica da acumulação se manifestam respectivamente como sendo a "concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho" e pela "conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores" (MARX, 2013, p. 701)

Ainda no interior desse movimento de acumulação, deve-se colocar que a busca pela concentração e a luta para se manter na disputa por capital se torna a mais poderosa alavanca da acumulação capitalista, uma vez que esse processo estimula os diversos capitais a buscarem a redução de custos pelas inovações tecnológicas.

Esse investimento em meios de produção ao permitirem o aumento da produtividade do trabalho altera a composição técnica do capital, haja vista o maior investimento em capital constante se comparado ao investimento em capital variável. Em outros termos, pode-se afirmar que a elevação da composição técnica do capital que é expressa pela maior capacidade física dos trabalhadores de produzir mais mercadorias em menos tempo, provocada pelo uso de tecnologias, apresenta como resultante imediata à diminuição do capital variável:

> Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que a seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante (MARX, 2013, p. 701).

O principal reflexo desse aumento de investimento em capital constante a custa do variável se apresenta como sendo expresso pela redução da demanda por trabalho, o que faz aumentar de imediato o grande contingente de trabalhadores desempregados[5], fenômeno esse

[5] No que diz respeito a essa contradição posta pelo modo de produção capitalista, é importante indicar que "**o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas**, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas **sob as relações sociais de produção capitalista**." (NETTO e BRAZ, 2011, p. 144, grifo do autor).

que necessário e constitutivo da dinâmica capitalista foi designado como Exército Industrial de Reserva – EIR:

> Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. (MARX, 2013, p. 719)

O movimento descrito ainda é caracterizado por Marx como sendo a "lei geral absoluta da acumulação capitalista" que apresenta como significado a contradição imanente do modo de produção capitalista de produzir uma grande massa de riqueza em um polo, e noutro uma enorme acumulação de miséria provocada pela exploração da força de trabalho e pela propriedade privada dos meios de produção.

Considera-se que essa determinação expressa por Marx como sendo a lei geral da acumulação ainda se mostra presente na contemporaneidade, visto que observamos uma profunda banalização da vida social e humana, manifestada pelas diversas expressões da questão social que ainda são criminalizadas perante os avanços do capital sobre todos os ângulos da vida social.

Nesse sentindo, avalia-se que a única saída para o pleno desenvolvimento e a emancipação da classe trabalhadora seja a superação do modo de produção capitalista. Para tanto, se torna essencial conhecer as determinações e particularidades que incidem sobre o modo de reprodução do capital em cada formação histórico-social.

Uma vez exposto as determinações essenciais da formação e da constituição do modo de produção capitalista serão apresentados os temas da economia política que se mostram como fundamentais e necessários para realizar o debate em torno da forma de acumulação preponderante nos países que apresentam uma economia dependente. É importante ressaltar que esse estudo vai se desenvolver tanto a partir das contribuições da teoria marxiana, quanto por meio dos subsídios elaborados pela teoria marxista da dependência.

1.2 Principais categorias da economia política para a análise da dinâmica do capitalismo dependente

Entende-se que Marini, como principal teórico acerca dos fundamentos da economia política dos países dependentes, desenvolveu suas reflexões a partir de Marx, procurando estabelecer as particularidades da dinâmica de acumulação do capitalismo dependente. Neste sentido, compreendendo que aquele autor particulariza as categorias marxianas para produzir a análise das economias dependentes, considera-se que não há como compreendê-lo se não a partir de Marx.

Sendo assim, com o intuito de iniciar o debate em torno das principais determinações do capitalismo dependente, considera-se fundamental o estudo das categorias da economia política que tratam da dinâmica de acumulação no modo de produção capitalista, tais como: teoria do valor; formas de extração do mais-valor; ciclo do capital; esquemas de reprodução do capital; teoria do preço; repartição do valor e distribuição da renda.[6]

A escolha por iniciar o presente estudo com a discussão a respeito da teoria do valor, parte da consideração de que essa teoria se constitui como a base do pensamento marxiano, haja vista que ela revela a origem da riqueza capitalista que se baseia essencialmente na exploração do trabalho humano. Elucidado a única fonte criadora de valor desse modo de produção considera-se indispensável o estudo das formas que o capital dispõe para aumentar seu nível de exploração sobre os trabalhadores, sendo necessário para tanto investigar os meios de extração do mais-valor que podem acontecer tanto de forma absoluta, pela expansão da jornada de trabalho, quanto de forma relativa, pelo aumento da produtividade do trabalho que implica principalmente em uma diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário.

Diante da elucidação das formas de criação e apropriação do valor, pode-se compreender como o capital se comporta em seus diferentes ciclos de produção e reprodução, sendo desenvolvido nesse sentido o debate marxiano a respeito do ciclo do capital na dinâmica do modo de produção capitalista.

Considera-se ainda essencial para a discussão da dinâmica do capitalismo dependente os esquemas de reprodução desenvolvidos por Marx. Através de seus esquemas, o autor nos indica como acontece o movimento de produção e circulação do capital, não a partir do ponto de vista dos capitalistas individuais, mas através do exame de como se processa as relações entre os diferentes setores da produção social.

[6] Cabe indicar que essas categorias são trabalhadas exaustivamente por Marx e organizadas no livro "O Capital", volume I, II e III e que o seu tratamento no presente trabalho constitui-se apenas como uma aproximação desse desenvolvimento tendo em vista a complexidade no tratamento da totalidade do pensamento marxiano.

Após esse estudo, realiza-se a apresentação da teoria do preço marxiana, tendo em vista a aparência mistificadora do modo de produção capitalista de que a criação de valor é oriunda de todos os elementos que compõem o capital inicialmente investido no processo de produção das mercadorias. Na comprovação de que o mais-valor socialmente produzido é resultado exclusivamente do trabalho humano abstrato, Marx desenvolve a ideia de que as mercadorias não são vendidas por seu valor, mas segundo seu preço de produção.

Feito os esclarecimentos a respeito da criação e da realização do valor por meio da venda das mercadorias, indica-se como essencial o debate em torno do processo de distribuição da renda nacional e da repartição do valor. No que diz respeito ao primeiro elemento, cabe evidenciar a luta travada entre capital e trabalho que se expressa por um lado, na tentativa de ampliar o tempo de trabalho necessário e reduzir o tempo excedente e de, outro lado, a luta para ampliar o mais-valor sendo necessário para tanto reduzir o tempo de trabalho necessário. Ao se tratar do segundo elemento, ou seja, da repartição do valor é imperativo demarcar a luta travada entre as diferentes frações capitalistas na tentativa de aumentar sua participação no mais-valor socialmente produzido.

1.2.1 Teoria Marxiana do Valor

As principais indicações a respeito da teoria do valor podem ser encontradas na discussão a respeito da mercadoria, haja vista que é no capitulo I do livro “O Capital” que Marx ao apresentar a riqueza da sociedade capitalista como uma “enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 113) indica o caráter específico que confere a essa produção capitalista determinada grandeza de valor.

Segundo o autor, a mercadoria como meio de satisfação das necessidades humanas funciona como valor de uso, uma vez que ao apresentar uma utilidade que é representada pelas suas propriedades físicas ela atende a necessidades específicas. Ao lado desse atributo de ser representada como valor de uso, assiste-se como peculiaridade da sociedade capitalista a criação de valor, que proporcionada pela troca de diferentes valores de uso atribui a mercadoria a característica de se constituir também como um valor de troca. (MARX, 2013)

Desse modo, sendo constituída como valor de uso e valor de troca, Marx nos indica que a mercadoria ao ser inserida no processo de circulação do capital pode apresentar a relação entre essas diferentes formas de expressão do valor da seguinte maneira:

> O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*); portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]. (MARX, 2013, p. 114)

Para Marx, esse movimento que se apresenta inicialmente entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias constitui-se apenas como uma aparência imediata, uma vez que não é possível comparar as mercadorias enquanto elas representam valores de uso específicos, ou seja, enquanto representam valores de uso de espécies diferentes. Nesse sentido, o autor nos indica que os "valores de troca das mercadorias têm de ser reduzidos a algo em comum" (2013, p. 115) que não podem ser uma propriedade natural, física, química ou geométrica.

Ainda em sua investigação no que se refere à criação de valor e na busca por exemplificar uma característica partilhada por todas as mercadorias que permite o processo de troca de diferentes valores de uso, Marx nos indica que a determinação universal presente em todas as mercadorias é o fato delas serem produtos do trabalho humano abstrato:

> Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de "substância formadora de valor", isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc. (MARX, 2013, p. 116).

Cabe ressaltar que Marx nos esclarece que esse tempo de trabalho que determina o valor não é formado por um trabalhador individualmente, mas pelo conjunto da força de trabalho da sociedade. Nesse sentido, trabalhos concretos diferentes, que produzem determinados valores de uso, transformam-se em trabalhos abstratos na medida em que é necessário para a determinação da grandeza do valor considerar o tempo social médio dispendido para a produção das mercadorias.

Posto essa consideração, Marx defini que é "unicamente a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor" (MARX, 2013, p. 117), ressaltando mais uma vez que é o caráter social e não individual do trabalho que é o responsável pela determinação de seu valor.

Ainda no que diz respeito a grandeza do valor das mercadorias, Marx salienta que sua determinação não é um componente fixo, haja vista que existe uma mudança no tempo de trabalho socialmente requerido de acordo com as mudanças nas forças produtivas do trabalho que sofrem modificações por diversas circunstâncias como, por exemplo, pelo grau médio de

treinamento dos trabalhadores, pelo grau de desenvolvimento da tecnologia e pelo volume e eficácia dos meios de produção. Desse movimento, o autor definiu uma regra geral:

> Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho (MARX, 2013, p. 118).

Desse modo, Marx afirma que o valor como uma qualidade social adquirida pelas mercadorias é expressão das relações sociais presentes no referido contexto histórico e social de produção. Ainda no que se refere a criação de valor e no intuito de evitar confusões a esse respeito, cabe salientar a sua importante indicação no que se refere à relação entre o aumento da massa de mercadorias e o seu valor:

> O trabalho útil se torna, desse modo, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos em proporção direta com o aumento ou a queda de sua força produtiva. Ao contrário, por si mesma, uma mudança da força produtiva não afeta em nada o trabalho representado no valor. Como a força produtiva diz respeito à forma concreta e útil do trabalho, é evidente que ela não pode mais afetar o trabalho, tão logo se abstraia dessa sua forma concreta e útil. Assim, o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menor quando ela diminui. A mesma variação da força produtiva, que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por ele produzida, diminui a grandeza de valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa (MARX, 2013, p. 123).

Nesse sentido, Marx afirma que as forças produtivas não determinam a grandeza do mais valor, mas apenas o grau de desenvolvimento da atividade produtiva que pode produzir um número maior ou menor de valores de uso. Considera-se a indicação do autor importante haja vista que ela corrobora a sua indicação de que apenas o volume de trabalho humano socialmente necessário para a produção de mercadorias seja o responsável por determinar o mais valor.

Esclarecido o fator universal que está presente em todas as mercadorias e que ainda é responsável pela sua criação de valor é importante realizar uma breve indicação a respeito do valor de uso e de troca das mercadorias, haja vista que esses componentes são essenciais na definição de um valor de uso como mercadoria ou não. A esse respeito, Marx nos indica que determinado bem pode se constituir em valor de uso e, no entanto, não ser mercadoria, haja vista que um produto pode atender a necessidade imediata de seu produtor e dessa forma não servir a satisfação das necessidades de outrem, não apresentando desse modo um valor de

troca, condição essencial a toda mercadoria. Nessa linha de argumentação, o autor nos adverte que um produto pode ser valor de uso e não ser valor, haja vista que a utilidade desse produto não é medida pelo trabalho, dando como exemplo, o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. (MARX, 2013, p. 118)

Ainda nesse sentido, o autor afirma que a determinação de um bem como mercadoria apresenta como pressuposto a troca de diferentes valores de uso, ou seja, de bens qualitativamente distintos, uma vez que não se troca um valor de uso (casaco) pelo mesmo valor de uso (casaco).

Posto isto, Marx afirma que a condição da troca de diferentes valores de uso, assenta a divisão social do trabalho como uma dinâmica necessária à existência da produção de mercadorias. Cabe indicar que apesar da divisão citada se constituir em condição de existência da produção de mercadorias o oposto não acontece, ou seja, a produção de mercadorias não é condição para a existência da divisão social do trabalho. (MARX, 2013, p. 120)

Desse modo, por meio das indicações marxiana referidas acima, pode-se afirmar que uma mercadoria é constituída necessariamente pelo valor de uso e pelo valor de troca, sendo que o equivalente universal presente em todas elas e que atribui nesse sentido o seu valor é o trabalho humano abstrato, que representa o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso.

Dando prosseguimento ao desenvolvimento do valor das mercadorias que são representados pelo dispêndio do trabalho humano abstrato, cabe indicar que Marx desenvolve a diferença entre trabalho simples, que é o que todo homem comum possui em seu organismo, e trabalho complexo, que se refere ao "trabalho simples potenciado" dado que "uma quantidade menor de trabalho complexo é igual a uma quantidade maior de trabalho simples." (MARX, 2013, p. 122)

Apesar dessa distinção entre trabalho simples e concreto, que pode diferenciar o trabalho de um operário do engenheiro e assim ser o responsável pelo pagamento de diferentes salários de acordo com o nível de qualificação de cada trabalhador, Marx nos adverte que "mesmo que uma mercadoria seja o produto do trabalho mais complexo, seu valor a equipara ao produto do trabalho mais simples" (MARX, 2013, p. 122). Desse modo, em seu processo de investigação, o autor considera como meio de simplificação todo trabalho como simples:

> Portanto, se em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale apenas qualitativamente, em relação à grandeza de valor ele vale apenas quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade. Lá, trata-se do "como" e do "quê" do trabalho; aqui, trata-se de seu "quanto", de sua duração. Como a grandeza do valor de uma mercadoria expressa apenas a quantidade de trabalho nela contida, as mercadorias devem, em dadas proporções, ser sempre valores de mesma grandeza. (MARX, 2013, p. 123)

Assim, o autor afirma que as mercadorias apresentam seu valor determinado como expressão da mesma unidade social, ou seja, pelo trabalho humano abstrato. Cabe salientar que, embora essa seja a essência da criação de valor, a dinâmica do capitalismo impõe a mercadoria um caráter misterioso ao apresentá-la aos homens como possuidoras de valor independente do trabalho humano nelas incorporados. Esse processo, próprio do funcionamento da economia capitalista é denominado por Marx de fetichismo da mercadoria, visto que ele transforma a relação social entre os homens em "relação entre coisas" ao considerar os produtos do trabalho como existentes independentes da ação de seus produtores.

Como forma de expressão desse movimento, Marx cita a adoção do dinheiro (ou moeda) como o elemento determinado como o "equivalente geral", visto que na prática cotidiana verifica-se que é apenas a expressão desse elemento que precisa ser conhecido para a realização das trocas. Assim, o dinheiro que aparece como os preços das mercadorias representa o trabalho abstrato, ou seja, o tempo social médio de produção das mercadorias, já que as mercadorias não são trocadas diretamente por essa qualidade, mas por esse equivalente geral denominado moeda ou dinheiro. O autor ainda destaca que a dinâmica de determinação dos preços nem sempre expressam a medida exata do valor, já que inúmeros fatores podem indicar preços maiores ou menores do que o valor. (MARX, 2013)

Apresentado as formas de manifestação do valor dentro da sociabilidade do capital, cabe retornar ao desenvolvimento da constituição do valor e nesse sentido, indicar como acontece a sua dinâmica de extração, ou seja, de como o trabalho humano tem a capacidade de transferir valor para a mercadoria.

Ao se ter claro pelas indicações marxianas que o valor é uma relação social posta pelo modo de produção capitalista, que tem como base a generalização da produção de mercadorias e o trabalho assalariado, pode-se indicar conforme as indicações já expostas nesse trabalho de que a criação do valor é proporcionada exclusivamente pela força de trabalho, que no processo de produção das mercadorias cria um valor adicional a esses bens. No que se alude à criação desse valor, o autor afirma que ela é resultado do tempo de trabalho que não é pago, ou seja, representa o tempo de trabalho excedente, haja vista que a força de trabalho é remunerada em sua jornada apenas pelo valor dos seus meios de subsistência:

> O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, isto é, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para a sua produção (MARX, 2013, p. 247).

Desse modo, o autor nos afirma que a qualidade de atribuir um valor maior ao produto resulta do tempo de trabalho excedente criado no processo de produção, tendo em vista que a força de trabalho é remunerada apenas pelo tempo de trabalho socialmente necessário que indica as condições básicas para sua produção e reprodução enquanto trabalhador assalariado.

Nesse sentido, tendo como pressuposto as indicações marxianas de que a criação de mais-valor decorre exclusivamente da apropriação do trabalho humano que não é pago, considera-se que a lei do valor revela a essência do modo de produção capitalista que é a exploração dos trabalhadores como uma característica imanente e necessária a produção e reprodução do capital.

Afirma-se nesse sentido que essa dinâmica de acumulação tende a provocar em escala crescente uma enorme produção de riquezas materiais ao lado da enorme banalização da existência humana, posto as constantes tentativas do capital de aumentar a sua extração do mais-valor por meio da maior exploração dos trabalhadores que pode acontecer tanto de forma absoluta, pelo aumento da jornada de trabalho, quanto de forma relativa pela diminuição do valor da força de trabalho.

1.2.2 O processo de formação do mais-valor:

Exposto a dinâmica de formação do valor na produção das mercadorias, que apresenta como característica a sua constituição exclusivamente por meio do trabalho abstrato que tem sua duração prolongada para além do valor da força de trabalho convém indicar os meios pelos quais o capitalista dispõe para aumentar sua taxa de exploração sobre o trabalhador, sendo necessário para tanto estudar os conceitos de formação do mais valor, que pode ser obtido no processo de produção capitalista tanto de forma absoluta, quanto relativa assim como apontado por Marx:

> A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital ‑ nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. (MARX, 2013, p. 578)

Posto que a formação do mais-valor absoluto,[7] ao ser caracterizado por um prolongamento da jornada de trabalho, encontra limites sociais e naturais ao se confrontar com as lutas da classe trabalhadora e ainda com as dimensões biológicas do homem que precisa de condições básicas para se reproduzir, o capital é obrigado a revolucionar constantemente suas condições de produção, aumentando desse modo à força produtiva do trabalho. Esse progresso, segundo Marx, ao provocar uma mudança na composição do tempo necessário e excedente da jornada de trabalho permite que o salário não seja inferior ao valor dos meios de subsistência da força de trabalho e, nesse sentido, garante a contínua reprodução física dos trabalhadores.

Desse modo, Marx afirma que a formação do mais-valor pela alteração da composição entre tempo de trabalho necessário e tempo excedente é denominada de mais-valor relativo e ainda segundo ele é obtido perante o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. No que se refere a esse avanço é importante à afirmação do autor de que ele tem de necessariamente apresentar uma ligação com a produção dos meios de subsistência das mercadorias que compõem o salário, uma vez que o valor da força de trabalho está diretamente ligado com o valor dos meios de subsistência e ainda com a massa dos meios de produção utilizados para a produção dessas mercadorias essenciais, assim como apontado:

> Para reduzir o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de afetar os ramos da indústria cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, portanto, aqueles ramos que ou pertencem ao círculo dos meios de subsistência habituais, ou podem substituí-los por outros meios. Porém, o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe confere sua forma última, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção (MARX, 2013, p. 390).

Marx ainda nos explica que a queda no valor da força de trabalho decorre não só do incremento das forças produtivas no processo de produção dos meios de subsistência, mas também na queda do valor dos meios e materiais de trabalho (capital constante) necessários para a produção das mercadorias essenciais a reprodução dessa classe. Apresentando essa diminuição de valor, afirma-se que a "mercadoria mais barata diminui o valor da força de trabalho apenas *pro tanto*, isto é, na proporção em que essa mercadoria participa na reprodução da força de trabalho" (MARX, 2013, P. 390).

[7] Dado que a obtenção de mais-valor absoluto decorre exclusivamente do prolongamento da jornada de trabalho, e nesse sentido sua obtenção acontece de forma limitada, já que é impossível aumentar o tempo de trabalho indefinidamente, o presente estudo desenvolve apenas a formação do mais-valor relativo, posto que essa forma de extração de mais-valor permite o amplo processo de valorização do capital.

Nesse sentido, Marx afirma que a inovação das forças produtivas e a consequente redução de valor dos artigos que não fazem parte do consumo dos trabalhadores não alteram em nada na formação do mais-valor relativo e nesse sentido no valor da força de trabalho:

> Desse modo, o processo inteiro só afeta a taxa geral do mais-valor se o aumento da força produtiva do trabalho afetar os diferentes ramos da produção e, portanto, baratear as mercadorias que integram o círculo dos meios básicos de subsistência e, por isso, constituem elementos do valor da força de trabalho (MARX, 2013, p. 393).

Cabe salientar a indicação do autor de que o aumento da força produtiva realizada por cada capital individual, que produz valores de uso necessários à subsistência da classe trabalhadora, contribui para a diminuição do valor da força de trabalho como um todo, beneficiando dessa forma toda a classe capitalista tendo em vista que a diminuição do valor das mercadorias contribui para a redução do valor da força de trabalho como um todo.

No entanto, deve-se ter claro conforme as indicações marxiana que o capitalista individual ao investir no aumento das forças produtivas não tem em vista a diminuição do valor da força de trabalho, ou seja, ele não atua com base em sua consciência de classe, mas ao participar da totalidade dos meios necessários a subsistência que se compõem de diversas mercadorias, ele acaba por contribuir para diminuir o valor da força de trabalho e desse modo aumentar a taxa geral do mais-valor. (MARX, 2013, p. 390)

Ainda dentro do debate da incorporação das forças produtivas com o intuito de aumentar a taxa de mais-valor, Marx desenvolve através desse movimento o processo de concorrência capitalista. Para o autor, ao conseguir produzir uma quantidade maior de mercadorias com um valor mais baixo, decorrente da diminuição do tempo de trabalho necessário, determinado capitalista possui uma mercadoria com um valor individual abaixo de seu valor social, ou seja, essa mercadoria "custa menos tempo de trabalho do que a grande quantidade do mesmo artigo produzida em condições sociais médias" (MARX, 2013, p. 391).

Assim, para Marx embora exista essa diferença entre o valor individual e social da mercadoria, o valor efetivo da mercadoria é dado de acordo com seu valor social, ou seja, de acordo com o tempo de trabalho socialmente requerido para sua produção. Essa configuração faz com que o capitalista detentor dos meios de produção mais aperfeiçoados garanta uma parte maior da taxa de mais-valor, ou seja, um mais-valor extraordinário se comparado aos demais capitalista do mesmo ramo de produção, posto que o referido capitalista vende seu produto de acordo com seu valor social e abaixo do seu valor individual.

A esse respeito, é importante a indicação do autor de que a referida situação proporciona uma redistribuição do mais-valor dos capitais com tecnologias inferiores para

aqueles que dispõem de uma tecnologia superior, ou seja, uma transferência de valor haja vista a redução dos preços das mercadorias que tem seus preços formados pelo preço de custo das mercadorias adicionado do lucro médio[8].

Entretanto, ainda conforme as indicações de Marx é importante salientar que essa vantagem de se obter um mais-valor adicional ou extraordinário desaparece quando o novo método de produção se universaliza e acaba com a diferença entre o valor individual das mercadorias e seu valor social, voltando dessa forma a preponderar na criação de valor a formação do mais-valor relativo. (MARX, 2013, p. 393)

No que se refere à dinâmica de extração do mais-valor relativo, é importante a indicação do autor de que seu movimento não significa uma criação maior de valor pelo aumento da produtividade, mas uma redistribuição do valor produzido que tem uma maior parte redirecionada para o capital, pela ampliação do tempo de trabalho excedente em contraposição com a redução da participação do valor pago a força de trabalho, que é representado pela diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de determinada quantidade de mercadoria.

Apresentado o processo de extração do mais-valor relativo, Marx (2013, p. 396) indica que esse movimento pode ocorrer sem o barateamento das mercadorias de três maneiras particulares, a saber: cooperação; divisão do trabalho e manufatura; e maquinaria e grande indústria.

No que se refere à produção do mais-valor pelo método da cooperação, Marx deixa claro que apesar dessa forma de produção não se constituir em uma forma particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista ele se constituí no ponto de partida do desenvolvimento desse modo de produção. Dessa maneira, convém apresentar o que se entende por cooperação:

> A forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes porém conexos chama-se cooperação (MARX, 2013, p. 400).

O autor afirma desse modo que à medida que a cooperação se compõe de uma forma de trabalho planejada, que a força de trabalho coletiva possui uma potencialidade maior do que uma força de trabalho individual, uma vez que "o efeito do trabalho combinado não pode ser em absoluto reproduzido pelo trabalho isolado, ou o poderia apenas em um trabalho de tempo muito mais longo, ou em escala muito reduzida" (MARX, 2013, p. 401).

[8] No que diz respeito à transferência de valor que ocorre entre capitais de diferentes magnitudes, cabe indicar que esse processo será desenvolvido no estudo sobre a teoria dos preços marxiana.

Nesse sentido, considera-se importante a indicação do autor de que “a força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, assim, força produtiva do capital” (MARX, 2013, p. 408), uma vez que a prática da cooperação faz com que o capitalista se aproprie gratuitamente da força coletiva do trabalho, visto que ele remunera cada trabalhador individualmente pela sua força de trabalho desconsiderando o resultado potencializado que é proporcionado pelos trabalhadores enquanto força coletiva.

Ainda no que se refere a esse método de produção, Marx indica que ao reunir um número maior de trabalhadores no mesmo espaço que ele permite uma diminuição dos custos com os meios de produção, já que estes meios se utilizados em comum transferem parte menor de seu valor a mercadoria individual (MARX, 2013).

Apresentada a característica da cooperação e seu papel imprescindível no desenvolvimento do modo de produção capitalista, convém avançar no debate e apresentar, segundo Marx, suas formas mais desenvolvidas de expressão que são a figura da divisão do trabalho e da manufatura e posteriormente a da grande indústria.

Conforme Marx, o processo clássico da cooperação expresso na manufatura apresenta como base a divisão social do trabalho e tem como objetivo a tentativa de aumentar a eficiência e a produtividade do trabalho, haja vista que:

> Um artesão que executa sucessivamente os diversos processos parciais da produção de um artigo é obrigado a mudar ora de lugar, ora de instrumentos. A passagem de uma operação para outra interrompe o fluxo de seu trabalho, formando, em certa medida, poros em sua jornada de trabalho. Tais poros se fecham assim que ele passa a executar continuamente uma única e mesma operação o dia inteiro, ou desaparecem à medida que diminuem as mudanças de sua operação (MARX, 2013, p. 415).

Nessa lógica, a divisão social do trabalho que impõem o trabalho parcializado entre diferentes trabalhadores induz a prática do trabalho ao mero fim da repetição, tendo em vista a execução da mesma função no decorrer da jornada de trabalho. A decorrência dessa técnica, que tem como objetivo o “fim dos poros” no processo de produção capitalista, apresenta como resultado a elevação da produtividade do trabalho.

No que diz respeito ao aumento dessa produtividade, deve-se salientar a indicação de Marx de que ela resulta ou do “dispêndio crescente de força de trabalho num dado período de tempo ‑ portanto, à intensidade crescente do trabalho ‑, ou ao decréscimo do consumo improdutivo de força de trabalho” (MARX, 2013, p. 415). Ainda no que se refere ao aumento da produtividade, deve-se levar em consideração para a determinação desse fator o grau de

desenvolvimento dos instrumentos de trabalho que contribuíram para a diminuição do tempo de trabalho necessário.

Ao lado do desenvolvimento da maior produtividade decorrente da divisão social do trabalho, Marx afirma que outra decorrência dessa técnica é a fragmentação da classe trabalhadora entre qualificados e não qualificados, o que contribuiu ainda mais para a desvalorização da força de trabalho:

> Juntamente com a gradação hierárquica, surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para estes últimos, os custos de aprendizagem desaparecem por completo, e para os primeiros esses custos são menores, em comparação com o artesão, devido à função simplificada. Em ambos os casos diminui o valor da força de trabalho (MARX, 2013, p. 424).

Dessa forma, autor ainda afirma que essa desvalorização da força de trabalho contribui diretamente para a valorização do capital, dado que "tudo que encurta o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho estende, ao mesmo tempo, os domínios do mais-trabalho" (MARX, 2013, p. 424).

Dentro dessa perspectiva, o autor afirma que a manufatura ao aumentar a intensidade do trabalho, desenvolver seus meios de produção e ainda provocar a desvalorização da força de trabalho é um método especial de produzir mais-valor relativo e nesse sentido de valorizar o processo de produção capitalista. No entanto, Marx ressalta que a manufatura não é o método mais desenvolvido pelo capital para a obtenção de mais-valor tendo em vista a ausência de um processo de trabalho independente e ainda uma estrutura ocupacional extremamente rígida que limita a possibilidade de desenvolvimento do capital. No que se refere a essa indicação, Marx sinaliza:

> E, como a habilidade artesanal permanece a base da manufatura e o mecanismo global que nela funciona não possui qualquer esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital trava uma luta constante com a insubordinação deles (MARX, 2013, p. 442).

De tal modo, o autor indica que além da dependência da força de trabalho no que diz respeito ao ritmo e ao volume de trabalho produzido, a manufatura ainda apresenta a restrição de não poder ampliar sua escala de produção independente do volume da força de trabalho, já que:

> Estando fixada, pela experiência, a proporção mais adequada dos diferentes grupos de trabalhadores parciais para uma determinada escala da produção, esta só pode ser ampliada por meio do emprego de um múltiplo de cada grupo particular de trabalhadores (MARX, 2013, p. 420).

Portanto, Marx afirma que a pretensão de dobrar a produção na manufatura vem acompanhada da necessidade de, na mesma proporção, dobrar o número de trabalhadores o que faz aumentar também, na mesma medida, a quantidade de salários a serem pagos (MARX, 2013).

Deve-se considerar ainda a indicação do autor de que a manufatura possuía uma limitação determinante para a expansão do modo de produção capitalista na medida em que os próprios produtores de mercadorias criavam seus instrumentos de trabalho, ou seja, seus meios de produção, o que não permitiu a formação de um setor voltado para a criação específica do capital constante, assim como exposto:

> Ao mesmo tempo, a manufatura nem podia se apossar da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em suas bases. Como obra de arte econômica, ela se erguia apoiada sobre o amplo pedestal do artesanato urbano e da indústria doméstica rural. Sua própria base técnica estreita, tendo atingido certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criara (Marx, 2013, p. 442).

Dessa forma o autor considera que a manufatura ao apresentar limitações para o pleno desenvolvimento do processo de acumulação criou suas próprias bases de aniquilamento e ainda contribui para o desenvolvimento de outra forma de organização do processo de trabalho, que se constitui como sendo o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria, que tem como principal característica o amplo processo de valorização do capital.

No que se refere ao desenvolvimento da maquinaria, Marx nos indica que assim como qualquer outra força produtiva do trabalho ela apresenta como objetivo o barateamento das mercadorias e a redução do tempo de trabalho necessário em contraposição ao aumento do tempo de trabalho excedente que é o responsável por aumentar a massa de mais-valor destinada gratuitamente ao capitalista. No entanto, uma diferença substancial desse desenvolvimento, que o difere da manufatura, é a forma de revolucionar os meios de produção, haja vista que na manufatura esse movimento acontece por meio da força de trabalho e na grande indústria através dos meios de trabalho. (MARX, 2013, p. 445)

Ao apresentar o movimento de revolucionar os meios de trabalho, o autor afirma que a grande indústria transforma profundamente o processo de valorização do capital, haja vista que o processo de desenvolvimento que antes se fundava essencialmente na força de trabalho que empregava os meios de produção passa a ser determinado pelo oposto, ou seja, pelos meios de produção que representados pelas grandes máquinas passam a ser responsáveis por empregar a força de trabalho.

Ainda no que se refere ao desenvolvimento da maquinaria, cabe apontar que tendo em vista que "não é do trabalho que a máquina surge, mas do meio de trabalho" (MARX, 2013, p. 452) o movimento que propiciou a transformação das ferramentas manuais de trabalho em máquinas:

> A máquina-ferramenta é, assim, um mecanismo que, após receber a transmissão do movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que antes o trabalhador executava com ferramentas semelhantes. Se a força motriz provém do homem ou de uma máquina, portanto, é algo que não altera em nada a essência da coisa. A partir do momento em que a ferramenta propriamente dita é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta. A diferença salta logo à vista, ainda que o homem permaneça como o primeiro motor. O número de instrumentos de trabalho com que ele pode operar simultaneamente é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corporais. (...) O número de ferramentas que a máquina-ferramenta manipula simultaneamente está desde o início emancipado dos limites orgânicos que restringem a ferramenta manual de um trabalhador (MARX, 2013, p. 453-454).

A partir dessa transformação das ferramentas manuais em maquinas, Marx observa que ocorre uma transformação no processo de trabalho, haja vista que a limitação da capacidade de operação dos instrumentos de trabalho pela força de trabalho foi superada pelo desenvolvimento das máquinas que são capazes de manipular diversas ferramentas, independente dos limites naturais apresentados pelo homem. Dado essa condição, o autor ainda observa que o aspecto subjetivo do trabalho se apaga do processo de produção das mercadorias:

> Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema da maquinaria, a grande indústria é dotada de um organismo de produção inteiramente objetivo, que o trabalhador encontra já dado como condição material da produção. Na cooperação simples, e mesmo na cooperação especificada pela divisão do trabalho, a suplantação do trabalhador isolado pelo socializado aparece ainda como mais ou menos acidental. A maquinaria, com algumas exceções a serem mencionadas posteriormente, funciona apenas com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho se converte agora, portanto, numa necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho (MARX, 2013, p. 459).

No que se relaciona a essa capacidade técnica, Marx afirma que ela decorre da necessidade da grande indústria que ao produzir em grande escala depende da utilização de forças da natureza, como por exemplo, o vento, a água, o vapor etc., que apesar de não custarem nada ao capital dependem de uma "criação da mão humana" para seu uso de modo produtivo para o capital. Conforme o autor, o emprego dessas forças naturais coincide com o desenvolvimento da ciência como elemento importante no processo produtivo, tendo em vista que a ciência permite a aplicação de princípios técnico-científicos que funcionam como uma potência para a produção do mais-valor relativo. (MARX, 2013, p. 460)

No que diz respeito a essa possibilidade de contribuir para a eficácia da produção do mais-valor, Marx deixa claro que assim "como qualquer outro componente do capital constante, a maquinaria não cria valor nenhum, mas transfere seu próprio valor ao produto, para cuja obra ela serve" (MARX, 2013, p. 460). Considera-se importante essa indicação haja vista que é fundamental a compreensão de que a melhor produtividade, proporcionado pelo uso de máquinas mais avançadas, contribuem na redução do tempo de trabalho necessário que é a verdadeira e única fonte de extração de mais-valor. Desse modo, o autor afirma que as máquinas não são fonte de valor, mas de mais-valor relativo ao permitirem por meio do aumento da produtividade, a diminuição do tempo de trabalho necessário ou até mesmo a redução do quantitativo de capital variável empregado para a produção de mercadorias.

Entende-se dessa forma que as máquinas ao se constituírem em meios que permitem à economia de tempo de trabalho necessário, e nesse sentido a diminuição do valor das mercadorias necessárias à produção e a reprodução da força de trabalho, apresentam a potencialidade de se constituírem em um meio de melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora, no entanto, visto que elas são apropriadas como instrumentos de benfeitoria particular do capitalista afirma-se que elas servem e ainda contribuem para uma maior intensificação da taxa de exploração do capital sobre o trabalho por meio da extração do mais-valor de forma relativa.

1.2.3 Ciclo do capital

Ao buscar compreender a dinâmica do modo de produção e reprodução do capital e ainda suas determinações em dada conjuntura econômica e social faz-se necessário entender o ciclo do capital em seus diferentes estágios. Nesse sentido, ao procurar demonstrar como o capital se apresenta em suas diferentes roupagens, Marx expõe o processo de circulação do capital em três diferentes ciclos (capital monetário, capital produtivo e capital mercadoria), que embora apresentados separados em seu método de exposição, apresentam-se inter-relacionados.

No que se refere ao primeiro ciclo desenvolvido pelo autor, ou seja, o ciclo do **capital monetário**, Marx indica que esse primeiro estágio é representado pela fórmula D – M, onde D representa uma quantidade de dinheiro que foi transformada em mercadoria – M. Dento desse processo, no que se alude à compra realizada pelo dinheiro (D), ela se decompõe em duas partes: o investido em meios de produção (MP) e o investido na compra da força de trabalho (T). Nessa relação, o autor nos deixa claro que tem de haver uma correspondência entre o volume empregado nos meios de produção e na força de trabalho:

> a massa dos meios de produção tem de ser suficiente para absorver a massa de trabalho e, por meio desta, transformar-se em produto. Sem os meios de produção suficientes, o trabalho excedente do qual dispõe o comprador não seria aplicável; seu direito de dispor desse trabalho não serviria para nada. Se, ao contrário, houvesse mais meios de produção do que trabalho disponível, eles não seriam absorvidos pelo trabalho e, portanto, não se converteriam em produto (MARX, 2014, p. 109).

Cabe destacar que Marx ainda afirma que para o dinheiro não faz diferença se ele é investido em meios de produção ou força de trabalho, haja vista que ao aparecer no mercado como mercadoria, a compra e a venda da força de trabalho acontece como de qualquer outra mercadoria. A particularidade nesse processo é o "trabalho aparecer como mercadoria de seu proprietário" (Marx, 2014, p. 112), ou seja, a força de trabalho aparecer como mercadoria.

Tem-se ainda, conforme aponta Marx que não é o dinheiro o responsável por engendrar essa dinâmica de acumulação, mas sim a relação que separa os trabalhadores dos meios de produção e faz com que ele tenha de vendar sua força de trabalho para sobreviver. Ou seja, para o autor é essa a relação que coloca de um lado, trabalhadores, sem propriedade de meios de produção e de outro lado, os não trabalhadores e proprietários de meios de produção "que pode transformar uma simples função do dinheiro numa função do capital" (Marx, 2014, p. 114).

Outra condição fundamental para que ocorra o movimento de acumulação é a existência prévia da produção de mercadorias, que permite ao capitalista ter acesso aos meios de produção e ao trabalhador aos meios de subsistência, necessários a sua reprodução. Essa condição, conforme Marx faz com que a produção de mercadorias transforme-se em produção capitalista de mercadorias, destruindo todas as formas de produção anteriores:

> onde lança raízes, ela destrói todas as formas da produção de mercadorias baseadas seja no trabalho dos próprios produtores, seja meramente na venda dos produtos excedentes como mercadorias. Primeiramente ela universaliza a produção de mercadorias e, então, transforma gradualmente toda a produção de mercadorias em produção capitalista (MARX, 2014, p. 118).

Assim, pode-se afirmar que foi a existência de trabalhadores livres e desprovidos dos meios de produção, que são obrigados a vender a sua força de trabalho como mercadoria, em conjunto com a produção generalizada de mercadorias que permitiram que a produção fosse transformada em leis de apropriação capitalista.

Dado essas premissas para o dinheiro funcionar como capital, Marx indica que o estágio da circulação avança e passa para seu segundo momento, denominado como **capital de produção**. Nesse período, se observa o consumo produtivo da força de trabalho e dos

meios de produção empregados no processo de produção das mercadorias. O presente movimento é elucidado pelo autor (MARX, 2014, p. 120):

> Em seu funcionamento, o capital produtivo consome suas próprias partes constitutivas, a fim de convertê-las numa massa de produtos de valor maior. Como a força de trabalho só atua como um de seus órgãos, também é fruto do capital a parcela de valor do produto gerada pelo mais trabalho e que excede valor de seus elementos constitutivos. O mais-trabalho da força de trabalho é o trabalho gratuito do capital e cria para o capitalista um valor que não lhe custa equivalente algum.

Nesse sentido, Marx afirma que é nesse ciclo produtivo, e apenas nele, que se tem a criação de mais-valor produzido pela força de trabalho. Conforme o autor, essa criação de valor pode ser redirecionada para o consumo pessoal do capitalista, onde verificamos uma **reprodução simples** do capital produtivo e ainda pode ser reinvestido no processo de produção de mercadorias, o que consiste no movimento de produção e **reprodução em escala ampliada do capital**.

No que diz respeito a esse movimento, é importante a afirmação do autor de que esse movimento de reprodução simples ou ampliada não acontece de forma isolada, mas ao mesmo tempo, haja vista que no mesmo momento em que o capitalista consome o mais-valor como renda, para satisfação de suas necessidades, ele também reinveste o mais-valor no processo de produção capitalista, o que de acordo com a proporção feita em cada movimento de reprodução será responsável pela determinação da grandeza de sua acumulação.

No que diz respeito ao movimento de reprodução simples do capital, Marx define:

> d-m é uma série de compras efetuadas por meio do dinheiro que o capitalista gasta, seja em mercadorias propriamente ditas, seja em serviços para sua respeitável pessoa ou família. Tais compras são fragmentadas, ocorrem em datas diferentes. Portanto, esse dinheiro existe temporariamente na forma de determinada reserva monetária [*Geldvorrat*] ou tesouro destinado ao consumo corrente, uma vez que o dinheiro interrompido em sua circulação encontra-se na forma de tesouro. Sua função como meio de circulação, que inclui também sua forma transitória como tesouro, não entra na circulação do capital em sua forma-dinheiro D. O dinheiro não é adiantado, mas é gasto (MARX, 2014, p. 145).

Nesse movimento, Marx nos indica que o processo de valorização do capital não exclui a possibilidade de consumo do capitalista e ainda que esse consumo, representado por m, ao ser parte integrante do capital-mercadoria M’ é um produto que não custou nada ao capitalista, visto que ele é uma incorporação de mais-trabalho. Esse movimento de m pertencer a M’ é vinculado haja vista que “a existência do capital pressupõe a existência do capitalista, que por sua vez é condicionada pelo seu consumo de mais-valor” (MARX, 2014, p. 148).

Ainda no que diz respeito a esse movimento, Marx nos exemplifica esse processo com a seguinte fórmula: D'= D + d. Segundo o autor, D representa o capital monetário que da continuidade ao ciclo de reprodução e d significa o dispêndio de renda pelo capitalista (d-m) que ingressa na circulação geral, mas que se retira do ciclo do capital ao apresentar como finalidade o consumo individual do capitalista (MARX, 2014, p. 149).

Outro aspecto indicado pelo autor, que deve ser considerado no movimento de reprodução do capital, refere-se ao consumo dos trabalhadores que ao participarem do ciclo pelo processo T – D – M (trabalho – dinheiro – mercadoria) tem uma função importante e fundamental na realização do valor. Nesse movimento, o autor indica que o trabalhador recebe dinheiro pela venda da sua força de trabalho e gasta esse mesmo dinheiro comprando mercadorias que ele próprio produz e que é necessário a sua sobrevivência.

O autor ainda destaca que o dinheiro que está nas mãos do trabalhador não funciona como capital, haja vista que ele é simplesmente um valor monetário que em suas mãos lhe permite a satisfação de algumas necessidades, ou seja, a troca por valores de uso. Ainda nesse sentido, Marx indica que o dinheiro pode voltar a ser capital desde que ele retorne ao capitalista e não seja usufruído em seu consumo pessoal.

Ao desenvolver desse modo, tem-se que o processo capitalista de produção e reprodução corrobora mais uma vez com a relação de dominação entre as classes sociais tendo em vista a perpetuação das condições de exploração da classe trabalhadora que é obrigada a vender constantemente sua força de trabalho para assim satisfazer suas necessidades por valores de uso que são fundamentais tanto para sua reprodução física, quanto social.

Posto as condições básicas de produção e reprodução do capital, cabe desenvolver o processo de transformação do mais-valor em capital, ou seja, a dinâmica de **reprodução em escala ampliada** que Marx nos indica como o movimento responsável pela acumulação de capital:

> Para acumular, é necessário transformar uma parte do mais-produto em capital. Sem fazer milagres, só podemos transformar em capital aquilo que é utilizável no processo de trabalho, isto é, os meios de produção e, além deles, aquilo com que o trabalhador pode sustentar-se, isto é, os meios de subsistência. Por conseguinte, é preciso empregar uma parte do mais-trabalho anual na fabricação de meios de produção e de subsistência adicionais, numa quantidade acima daquela requerida para a reposição do capital adiantado. Numa palavra: o mais-valor só pode ser convertido em capital porque o mais-produto, do qual ele é o valor, já traz em si os componentes materiais de um novo capital (MARX, 2013, p. 656).

Nesse sentido, para reinvestir o montante de mais-valor novamente no processo de reprodução do capital, como uma demanda necessária diante da concorrência e da necessidade

de se manter em uma posição de classe é posto por Marx como sendo possível mediante a incorporação de uma quantidade maior de trabalho, ou seja, pela incorporação de "forças de trabalho suplementares e de diversas faixas etárias que a classe trabalhadora lhe fornece anualmente aos meios de produção adicionais já contidos na produção anual" (MARX, 2013, p. 657).

Nesse sentido, Marx afirma que a reprodução ampliada do capital permite aos capitalistas produzirem mais-valor com base no trabalho não pago anteriormente, ou seja, no mais-valor criado pela exploração da força de trabalho do processo de produção anterior. Predomina-se nesse sentido o que o autor denomina de "gerar capital por meio de capital" (MARX, 2013, p. 658).

Continuando sua reflexão, Marx afirma que na produção de mercadorias, que pela exploração da força de trabalho adquirem um valor maior do que foi investido inicialmente, apresenta-se como necessário ao movimento do capital a realização de seu valor, ou seja, a troca da mercadoria acrescida de valor (M') por mais dinheiro do que foi investido inicialmente (D'). Esse movimento é desenvolvido pelo autor, como sendo expresso pelo ciclo do **capital-mercadoria**:

> Quando reveste a forma de mercadoria, o capital precisa exercer uma função de mercadoria. Os artigos que o formam, inerentemente produzidos para o mercado, têm de ser vendidos, convertidos em dinheiro; têm, portanto, de passar pelo processo M – D (MARX, 2014, p. 120).

No que se refere à velocidade dessa conversão da mercadoria em dinheiro, Marx atribui a esse movimento um aspecto importante no ciclo de reprodução do capital, já que de acordo com a celeridade dessa transformação se tem um maior ou menor grau de desenvolvimento da reprodução do capital, ou seja, de seu processo de acumulação.

Ao colocar a mercadoria como um ente que funciona como capital nesse ciclo, Marx faz essa referência haja vista que ela carrega consigo a passagem pelo processo de produção. Esse caminho, ao atribuir a mercadoria um valor maior do que realmente foi investido nela é determinado, ainda segundo o autor pela grandeza do trabalho nela objetivado (MARX, 2014, p. 121) .

Nesse sentido, Marx indica que o mais-valor se apresenta para sua realização no interior desse movimento:

> O mais-valor m veio ao mundo no interior do processo de produção. Portanto, aparece pela primeira vez no mercado de mercadorias e, mais precisamente, na forma mercadoria; esta é sua primeira forma de circulação e, por conseguinte, também o ato m – d é seu primeiro ato de circulação ou sua primeira metamorfose, que ainda precisa ser completada pelo ato de circulação contrário ou pela metamorfose inversa d – m (MARX, 2014, p. 124).

Assim, o autor afirma que ao apresentar o mais-valor como o responsável pela produção de capital, tem-se que o seu reinvestimento - todo ou em parte, é fundamental para o processo de reprodução em escala ampliada. Nesse movimento, ele ainda afirma que o capital-mercadoria apresenta um papel decisivo, uma vez que é nesse ciclo que assistimos a conversão do mais-valor incorporado nas mercadorias para a forma-dinheiro, fazendo com que ao final do ciclo tenhamos uma grandeza maior (D’ = D + d) do que o valor inicialmente adiantado (D).

Ainda refletindo sobre essa dinâmica, Marx nos indica que quando acontecer o fim desse ciclo, ou seja, quando o valor se realizar pela venda do capital-mercadoria, o valor final e inicial, denominado de capital monetário vai apresentar a mesma forma. Essa permanência da estrutura do capital monetário é justificada pelo autor (2014, p. 126) tendo em vista que o capital não modifica sua forma, mas apenas a grandeza de seu valor adiantado.

Apesar dessa permanência da forma do capital-monetário ao final do ciclo, o autor nos lembra de que quando D’ entra novamente no processo de produção capitalista, ou seja, quando ele volta a funcionar como expressão monetária, ele não pode ser identificado no inicio do processo como D’, mas apenas como D, como “forma adicional do valor do capital” (MARX, 2014, p. 128).

Nesse sentido, conforme as indicações marxiana, quando o mais-valor entra novamente no processo produtivo do capital ele não é visto mais como capital-monetário, mas sim como dinheiro:

> Portanto, as funções específicas que os distinguem não podem ser senão as diferenças entre a função do dinheiro e a função da mercadoria. O capital-mercadoria, como produto direto do processo de produção capitalista, recorda sua origem e por isso, em sua forma, é mais racional e menos sem-conceito que o capital monetário, no qual todo rastro desse processo está apagado, uma vez que toda forma particular de uso da mercadoria geralmente se apaga no dinheiro. Assim, onde D’ funciona como capital-mercadoria, onde ele é produto imediato de um processo de produção e não forma transformada desse produto, apenas aí desaparece sua forma bizarra – portanto, na produção do próprio material-dinheiro (MARX, 2014, p. 129).

Assim, o autor defende que D’ e M’ são grandezas que se diferenciam não como capital monetário e capital-mercadoria, mas como dinheiro e mercadoria, haja vista que elas expressam o resultado do processo produtivo, ou seja, elas representam o mais-valor. Ainda nesse sentido, Marx nos esclarece que o ciclo do capital-mercadoria não se inicia com o valor

de capital, mas com o valor de capital aumentado, ou seja, com o capital existente na forma-mercadoria e também com o mais-valor.

Desse modo, tem-se o exemplo do autor que nos indica que no processo de reprodução simples, aparece um M' da mesma grandeza que no começo do processo. Já com o investimento do mais-valor no ciclo do capital, o M' transforma-se em M'', caracterizando assim a reprodução ampliada. Cabe indicar, ainda segundo Marx, que ainda que se apresente como M'', ao se ter iniciado novamente o ciclo do capital, apenas se manifestará presente o M', ou seja, o processo será iniciado apenas com o valor de capital mais o mais-valor (MARX, 2014, p. 166).

Ainda no que diz respeito a esse movimento dos ciclos de produção e reprodução do capital, Marx nos apresenta uma importante síntese explicando a dinâmica desses capitais que permitem defini-los como constitutivos de um processo cíclico:

> Consideremos, agora, o movimento D-M...P...M'-D' em seu conjunto, ou sua forma explicita D-M$<^{T}_{Mp}$ ...P...M' (M + m) – D – (D + d). O capital aparece aqui como um valor que percorre uma sequência de transformações que constituem tantas outras ou estágios de um processo total. Duas dessas fases pertencem à esfera da circulação e uma, à da produção. Em cada uma dessas fases encontra-se o valor do capital sob uma forma diferente, que corresponde a uma função distinta, especial. No interior desse movimento, o valor adiantado não apenas se conserva, mas cresce, aumenta sua grandeza. Por fim, no estágio conclusivo, volta à mesma forma na qual apareceu no início do processo. Esse processo, em seu conjunto, é, portanto, um processo cíclico (MARX, 2014, p. 131).

Nesse processo cíclico, o autor ainda afirma que o capital que assume e abandona sua forma cumprindo em cada processo cíclico sua função corresponde é o capital industrial. Para ele, esse capital "abrange todo o ramo de produção explorado de modo capitalista", ou seja, o capital monetário, capital-mercadoria e o capital produtivo não são entes autônomos, mas formas funcionais e específicas que o capital industrial assume em cada um desses ciclos. (MARX, 2014)

Cabe ainda expor que Marx atribui a esse ente a condicionalidade do caráter capitalista da produção. Nesse sentido, para o autor, o capital monetário e o capital-mercadoria são apenas modos de existência das diferentes formas que o capital industrial assume durante o processo de circulação do capital, sendo que nesse processo é o capital industrial que tem a função de apropriação e criação de mais-valor.

Conclui-se assim que o ciclo do capital, formado pela unidade do ciclo do capital monetário, capital produtivo e capital mercadoria, apresenta como elemento comum o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da acumulação de capital, sendo que a sequência

desse processo que é dada pela justaposição desses três ciclos faz do modo de produção capitalista um constante gerador de capital.

1.2.4 Esquemas de reprodução do capital

Na investigação de como se realiza o processo de reprodução do capital social, Marx indica que é importante nesse movimento distinguir a reprodução desse capital do processo de reprodução de um capital individual, assim como as características de ambos. Segundo o autor, para o movimento do capital individual, desde que sua mercadoria tenha sido consumida, é indiferente o que ocorre com ela. No entanto, segundo suas indicações, no movimento da reprodução social do capital é importante demonstrar o que acontece com cada parte da mercadoria, uma vez que o processo total de reprodução do capital implica tanto o consumo mediado pela circulação, como o consumo próprio do processo de reprodução do capital. (MARX, 2014, p. 496)

A respeito da diferença entre o processo de reprodução do capital individual e social, Marx nos esclarece:

> O que nos interessava era o próprio processo direto de produção, que se apresenta em cada ponto como processo de um capital individual. Quando se considerava a reprodução do capital, bastava pressupor que, no interior da esfera da circulação, a parte do produto-mercadoria que representava valor de capital encontra a oportunidade de se reconverter em seus elementos de produção e, por conseguinte, em sua configuração como capital produtivo, exatamente como bastava pressupor que o trabalhador e o capitalista encontravam já dadas no mercado às mercadorias em que gastavam o salário e o mais-valor. Essa maneira puramente formal de exposição já não basta para a consideração do capital social total e do seu valor-produto. A reconversão de uma parte do valor-produto em capital o ingresso de outra parte no consumo individual tanto da classe capitalista como da classe trabalhadora compõem um movimento no interior do próprio valor-produto, valor no qual resultou o capital total; e esse movimento é reposição não só de valor, como de matéria, sendo, portanto, condicionado tanto pela inter-relação dos componentes de valor do produto social como por seu valor de uso, sua configuração material (MARX, 2014, 498).

Nesse sentido, Marx considera que na análise do produto social global devem-se investigar tanto as partes do produto que repõem o processo de acumulação do capital, ou seja, o consumo produtivo, como as partes que correspondem aos fundos de consumo dos trabalhadores e capitalistas, que embora não sejam consumos produtivos, são essenciais para a realização do ciclo de reprodução do capital.

Nessa tentativa de esclarecer "como se repõe, segundo seu valor e a partir do produto anual, o capital consumido na produção, e como o movimento dessa reposição se entrelaça com o consumo que os capitalistas e os trabalhadores efetuam, respectivamente, do mais-valor e do salário" (MARX, 2014, p. 496) Marx esclarece que é importante pressupor que os

produtos são trocados por seus valores, e que embora os preços sejam diferentes dos valores, essa circunstância não exerce nenhuma influência no movimento do capital social, uma vez que na medida em que as revoluções do valor são gerais e se distribuem de modo uniforme elas não alteram em nada os componentes de valor do produto total anual.

Assim, ao estudar o produto total ou a produção total da sociedade, Marx divide a produção social em dois grandes setores (MARX, 2014, p.499):

> 1. Meios de produção: mercadorias que, dado a sua forma, têm de entrar no consumo produtivo, ou pelo menos podem fazê-lo.
> 2. Meios de consumo: mercadorias que, dada a sua forma, entram no consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora.

No interior desses dois setores, o autor ainda nos indica que o capital se decompõe em duas partes, ou seja, em capital constante e capital variável. No que diz respeito ao capital variável, Marx indica que ele refere-se ao valor que é empregado na força de trabalho, ou seja, na soma dos salários pagos aos trabalhadores. Ao tratar do capital constante, o autor afirma que ele é formado pela soma do valor de todos os meios de produção, que se divide em capital fixo (máquinas, ferramentas de trabalho, edifícios etc.) e circulante (matérias-primas, materiais auxiliares etc.) (MARX, 2014, p. 499)

Dessa forma, ao se referir ao produto total anual, Marx afirma que cada um desses dois setores se decompõe em capital constante (c) consumido na produção mais o capital variável adiantado (v), sendo que esse último capital se decompõe no excedente que se constituí a partir dele, que é representado pelo mais-valor (m). Forma-se assim o "valor do produto total anual de cada setor" que é composto pela fórmula: "c + v + m" (MARX, 2014, p. 499).

No intuito de apresentar sua investigação a respeito do produto anual total, Marx expõe inicialmente esse processo a partir de um esquema de reprodução simples, onde c = capital constante, v = capital variável, m= mais-valor e a proporção de mais-valor, ou seja, $\frac{m}{v}$ é suposta como sendo 100% (MARX, 2014, p. 500).

Considerando que a reprodução da sua investigação contribui para a elucidação de nosso estudo, segue o esquema do processo de produção anual total explicitado pelo autor (MARX, 2014, p. 500/501):

> I. Produção de meios de produção:
> Capital: 4.000c + 1.000v = 5000
> Produto-mercadoria: 4.000c +1.000v + 1.000m = 6.000
> Existentes em meios de produção.
>
> II. Produção de meios de consumo:
> Capital: 2.000c + 500v = 2.500
> Produto-mercadoria: 2.000c + 500v + 500m = 3.000
> Existentes em meios de consumo.
>
> Recapitulando, o produto anual total:
> 4.000c +1.000v + 1.000m = 6.000 em meios de produção.
> 2.000c + 500v + 500m = 3.000 em meios de consumo.

Em sua investigação, que acontece a partir de uma base de reprodução simples, ou seja, onde todo o mais-valor é consumido improdutivamente, Marx afirma que os processos de troca apresentam três grandes pontos. O primeiro refere-se ao momento em que o salário dos trabalhadores (500v) e o mais-valor dos capitalistas (500m) do setor II (meios de consumo), totalizando dessa forma um valor de 1.000 (500v + 500m) são trocados no interior desse mesmo setor por produtos de II. A partir dessa troca, sobram ainda 2.000 em meios de consumo do setor II.

O segundo ponto apresentado é quando os 1.000v + 1.000m do setor I (meios de produção) também são gastos com os meios de consumo produzidos pelo setor II. Esse processo faz com que todos os meios de consumo do setor II, ou seja, os 3.000 em meios de consumo sejam realizados. Em troca, o setor II precisa comprar meios de produção do setor I, no valor de 2.000c, restando assim para o setor I ainda 4.000c para serem realizados.

Essa realização dos 4.000c do setor I se relaciona com o terceiro ponto apresentado por Marx. Para ele, esses meios de produção, no valor de 4.000c só podem ser utilizados no próprio setor I, uma vez que esse capital serve de reposição para o capital constante consumido, e assim, será liquidado pela troca reciproca entre os diversos capitalistas do setor I.

Uma vez apresentado esse esquema, o autor avança no seu processo de investigação apresentando a troca entre os dois setores, ou seja, representado esse intercambio da seguinte maneira: I(v + m) e IIc, ou seja, (1.000v + 1.000m) do setor I são trocados por 2.000 de meios de consumo do setor II, que por sua vez tem de comprar meios de produção do setor I. Ainda segundo as indicações do autor, essa conversão mutua é realizada por meio da circulação monetária que, ao mesmo tempo em que serve de mediação para esse processo, também dificulta sua intelecção, mas é de importância decisiva (MARX, 2014, p. 502).

A importância desse elemento é posta por Marx, uma vez que, independente do ramo, é necessário a reconversão da mercadoria em dinheiro para que se possa restituir o capitalista

do seu investimento no capital variável. Esse investimento pode funcionar novamente como capital monetário ao ser adiantado novamente para a compra da força de trabalho, que se constitui no elemento mais essencial do capital produtivo (MARX, 2014).

Cabe destacar que, ao demonstrar que esse esquema se trata de um processo de reprodução simples do capital, que Marx nos indica que o dinheiro que os capitalistas investem para mediar a circulação de suas mercadorias, na medida em que o mais-valor é gasto como renda, ele retorna para as mãos dos capitalistas na mesma proporção em que foi adiantado para o processo de circulação. Outro ponto apontado pelo autor é que o capital variável adiantado para o pagamento da força de trabalho pelo setor I não retoma diretamente para a mão desses capitalistas, uma vez que por meio das suas compras, que é feita com base em suas necessidades de consumo, os trabalhadores consomem as mercadorias produzidas pelo setor II (meios de consumo), e que somente quando os trabalhadores empregam seus salários em meios de produção que o setor I pode reaver o que ele investiu no capital variável (MARX, 2014, p. 505).

Toda essa configuração faz com que na reprodução simples aconteça o seguinte movimento (MARX, 2014, p. 505):

> a soma de valor de v + m do capital mercadoria I (portanto, também uma parte proporcional correspondente do produto-mercadoria total I) tem de ser igual ao capital constante IIc, que é, ele também, retirado do produto-mercadoria total da classe II como uma parte proporcional deste ultimo; ou ainda, I (v + m) = IIc.

Assim, através dessa afirmação de que “I(v + m)=IIc”, o autor nos demonstra que I (v + m), ou seja, I(1.000v + 1.000m) deve ser igual a IIc, ou seja, II(2.000c). Nesse sentido, afirma-se que o setor I (meios de produção), representado pelo valor do capital variável que se constitui nos salários somado com o mais-valor dos capitalistas devem consumir os produtos-mercadorias do setor II (meios de consumo), representados pelo investimento em c.

Ao investigar o **processo de intercambio no interior do próprio setor II** (bens de consumo), Marx afirma que o capital variável (v) adiantado para força de trabalho na forma de salários, assim como o mais-valor do capitalista (m) são os montantes de valores utilizados para realizar a troca de mercadorias dentro desse setor. Ainda segundo o autor, o produto anual de mercadorias desse setor se decompõe em dois grandes subsetores: meios de consumo de subsistência (subsetor IIa) e artigos de consumo de luxo (subsetor IIb) (MARX, 2014, p. 506).

No que diz respeito a produção de meios de consumo de subsistência (IIa), o autor nos indica que eles entram no consumo da classe trabalhadora assim como compõem parte do

consumo da classe capitalista, ainda que eles apresentem valor e qualidade distintos dos artigos destinados a classe trabalhadora. Nesse sentido, o autor define esses meios de consumo como necessários, sendo que essa necessidade é posta não só do ponto de vista fisiológico, mas social. Quando o autor trata dos artigos de consumo de luxo (IIb), o mesmo afirma que estes entram no consumo da classe capitalista e que, portanto, "só podem ser trocados por mais-valor gasto, que jamais recai sobre o trabalhador" (MARX, 2014, p. 507).

Ainda segundo Marx, nesse processo os trabalhadores do setor II recompram com os salários recebidos dos capitalistas, parte dos seus próprios produtos produzidos, correspondente ao volume do valor monetário obtido como salário. Esse movimento faz com que os capitalistas recebam novamente o capital monetário investido na compra da força de trabalho e ainda cria a percepção de que os trabalhadores podem receber "fichas de valor" no lugar de seus salários, uma vez que toda remuneração da força de trabalho volta para as mãos dos capitalistas quando os trabalhadores são obrigados a comprar os seus meios de subsistência (MARX, 2014, p. 506).

No entanto, Marx indica que situação diferente acontece com o subsetor IIb, uma vez que os meios de consumo de luxo não são acessíveis a classe trabalhadora do mesmo modo como são as mercadorias produzidas pelo subsetor IIa, que se constituem em meios de subsistência essenciais para a reprodução dessa classe. Esse movimento faz com que o refluxo do investimento no capital variável não retorne aos produtores capitalistas desses setores de forma direta, mas de maneira mediada (MARX, 2014, p. 507).

No que diz respeito a essa mediação e de como acontece à circulação do capital nesse movimento de intercambio no interior dos subsetores, é importante novamente reproduzir os esquemas exemplificados por Marx (2014):

Suponha-se, que para todo o setor II (produção de meios de consumo), temos o seguinte montante de capital: v = 500 e m = 500; sendo que esses valores são distribuídos da seguinte forma nos subsetores:

Subsetor IIa (produção de meios de consumo de subsistência): v = 400 e m = 400, ou seja, uma massa de mercadorias no valor de 400v + 400m = 800.

Subsetor IIb (produção de artigos de luxo): v = 100 e m = 100, ou seja, uma massa de mercadorias no valor de 100v + 100m = 200.

Diante desse montante do valor, Marx faz os seguintes apontamentos:

Os trabalhadores do subsetor IIb, ao receberem £100 de salário, compram do subsetor IIa esse mesmo montante em meios de consumo essenciais. O que faz com que os capitalistas de IIa comprem também esse mesmo valor em mercadorias do subsetor IIb. O consumo dos trabalhadores do subsetor IIa, no valor de £400,00 é gasto inteiramente no interior desse mesmo setor, visto que os trabalhadores gastam todo seu salário na compra de meios de subsistência, assim como já apontado.

Ao supor que os gastos dos capitalistas, tanto de IIa quanto de IIb se distribuem numa proporção igual em meios de subsistência e artigos de luxo, Marx supôs que eles gastam a proporção de $\frac{3}{5}$ em meios de subsistência e $\frac{2}{5}$ em artigos de luxo. Seguindo esse movimento, o autor chega a aos seguintes valores gastos em meios de subsistência (IIa) e artigos de luxo (IIb) pela classe capitalista:

Subsetor IIa (produtor de meios de subsistência) – m = 400

$$\frac{3}{5}\ de\ 400 = 240$$

São gastos £240 em meios de subsistência pelo subsetor IIa, vale ressaltar ainda que esse montante é proveniente do seu próprio setor, uma vez que a produção dos meios de subsistência são produzidos no interior desse setor.

$$\frac{2}{5}\ de\ 400 = 160$$

Os capitalistas do subsetor IIa consomem £160 em artigos de luxo, que são originários da produção do subsetor IIb.

Subsetor IIb (produtor de meios de consumo de luxo) – m = 100

$$\frac{3}{5}\ de\ 100 = 60$$

São consumidos pelos capitalistas de IIb o equivalente a £60 em meios de subsistência, que são derivados da produção do subsetor IIa.

$$\frac{2}{5}\ de\ 100 = 40$$

Os capitalistas do subsetor IIb consomem £40 em artigos de luxo, que são produzidos e intercambiados no interior da sua própria classe.

Uma vez exposto brevemente a dinâmica de intercambio entre os dois subsetores no interior do setor II, que são apresentadas por Marx no decorrer de sua exposição, é necessário apontar as indicações do autor a respeito desse movimento de circulação do capital, que se baseia em um esquema de reprodução simples.

Segundo o autor, uma vez pressuposto a reprodução simples, o resultado desse movimento é que "o novo produto de valor do trabalho anual (decomposto em v + m), criado sobre a forma de meios de produção, é igual ao valor constante de capital c do valor-produto criado pela outra parte do trabalho anual, reproduzido sob a forma de meios de consumo" (MARX, 2014, p. 511), haja vista que se esse valor fosse menor que IIc, II não poderia repor seu capital constante e se fosse maior, restaria um excedente, o que não é próprio da reprodução simples.

Outro elemento apontado pelo autor como resultado desse processo é que o capital variável (v), adiantado em forma-dinheiro só pode ser realizado por seus receptores – os trabalhadores da indústria de artigos de luxo – por meio dos meios de subsistência. Assim, o v investido na produção de artigos de luxo é igual uma parte de m correspondente ao volume de (IIa)m. Assim, esse v investido pelo subsetor IIb só é realizado mediante sua realização nessa parte de m do subsetor IIa, quando esse mesmo m retorna aos produtores capitalistas de artigos de luxo (MARX, 2014).

Ainda no que diz respeito a conversão do investimento realizado no capital variável v de IIb em capital monetário, Marx indica que nos períodos de crise capitalista se reduz momentaneamente o consumo de artigos de luxo, o que dificulta essa reconversão e ainda provoca a demissão de parte dos trabalhadores da indústria de artigos de luxo. O autor ainda aponta que essa demissão também reflete na realização da venda dos meios de consumo necessários, o que afeta os capitalistas do subsetor IIa. (MARX, 2014, p. 514)

Segundo o autor, é importante também mencionar que o inverso ocorre nos períodos de prosperidade, seja ela ilusória ou não, uma vez que nesses momentos pode se verificar não só o aumento do consumo dos meios de subsistência, mas também a participação momentânea da classe trabalhadora no consumo de artigos de luxo, que nas demais circunstâncias são inacessíveis a essa classe. (MARX, 2014, p. 514)

Outra indicação importante a respeito desse movimento de circulação inserido no movimento de reprodução simples do capital, é que Marx ao adotar esse esquema de reprodução em sua exposição nos indica que a classe capitalista não busca uma maior exploração dos trabalhadores para aumentar a sua taxa de mais-valor e assim aumentar sua

escala de acumulação, mas que esta classe promove a exploração da classe trabalhadora com o objetivo de aumentar o consumo individual capitalista, sendo que (MARX, 2014, p. 516):

> Na medida em que a reprodução simples também é uma parte, e a parte mais importante, de toda a reprodução anual em escala ampliada, este motivo acompanha o motivo do enriquecimento como tal, ao mesmo tempo que a ele se contrapõe. Na realidade, a coisa parece mais intricada, porquanto os parceiros (*partners*) no botim – o mais-valor dos capitalistas – entram em cena como consumidores independentes deles.

Dado que a reprodução simples se conforma como uma parte do processo de reprodução ampliada é importante também investigar os esquemas de circulação do capital inseridos dentro dessa dinâmica de reprodução. Para tanto, é importante o apontamento de Marx no que diz respeito a passagem do movimento de reprodução simples do capital para o movimento de reprodução ampliada, onde os capitalistas buscam ampliar sua escala de produção (MARX, 2014, p. 603, grifos do autor):

> **Para que se possa operar a transição da reprodução simples à reprodução ampliada, a produção no setor I tem, pois, de estar em condições de produzir menos elementos de capital constante para II, mas a mesma quantidade de elementos a mais para I. Essa transição, que nem sempre se realiza sem dificuldade, é facilitada pelo fato de que certa quantidade de produtos de I pode servir como meios de produção em ambos os setores.**

No intuito de melhor compreensão dessa passagem do modo de reprodução simples do capital para o modo ampliado, considera-se que fica mais claro seu entendimento a partir da apresentação dos esquemas desenvolvidos por Marx. Nesse sentido, ao considerar o ponto de partida adotado pelo autor, percebe-se que em seu método de exposição dos esquemas de reprodução, ele partiu do esquema de reprodução simples já apresentado para desenvolver o esquema de reprodução ampliada a partir dele.

Posto essas considerações, segue o exemplo dos esquemas de reprodução simples e ampliadas adotados pelo autor (MARX, 2014, p. 618):

A) Esquema da reprodução simples

I. 4.000c +1.000v + 1.000m = 6.000 (Setor I – Produção dos meios de produção)

II. 2.000c + 500v + 500m = 3.000 (Setor II – Produção de meios de consumo)

Total (setor I + setor II) = 9.000 (Produção anual da sociedade)

B) Esquema inicial para a acumulação em escala ampliada

I. 4.000c +1.000v + 1.000m = 6.000

II. 1.500c + 750v + 750m = 3.000

Total (setor I + setor II) = 9.000

Pela exposição desses esquemas, pode-se perceber conforme as indicações do próprio autor, que no esquema de reprodução simples do capital, o capital constante do setor II (2.000c) é igual ao produto-valor do setor I (1.000v + 1.000m), visto que todo valor que excede o capital constante de I é trocado ou vendido para o setor II. Entretanto, de modo distinto acontece esse processo quando ele está inserido na dinâmica de reprodução ampliada do capital, uma vez que, segundo Marx, diante desse esquema de reprodução o setor I deve fornecer menos meios de produção (capital constante) para o setor II e ainda precisa atender a seu próprio setor que tem uma demanda aumentada.

Ao investigar o processo de acumulação em escala ampliada, ou seja, quando o capitalista deixa de usar todo seu mais-valor no seu consumo pessoal e investe parte desse montante com a perspectiva de ampliar sua escala de acumulação, Marx supõe que esse capitalista destina 50% do seu mais-valor para cada uma dessas funções. Nesse sentido, ao analisar o esquema de reprodução ampliada do capital do setor I e II, percebe-se que o setor II só compra 1.500c do setor I, embora esse setor tenha um produto-valor no montante de 2.000 (1.000v + 1.000m)I. Essa situação é posta já que o setor I não pode vender todo seu produto-valor ao setor I já que nesse esquema de reprodução ele acumula parte do seu mais-valor, ou seja, (500m)I para ampliar sua escala de produção.

Continuando sua reflexão, Marx afirma que dado que o setor I vendeu 1.500 (1.000v + 500m) ao setor II em meios de produção, restou para aquele setor um produto-valor da seguinte magnitude: 4.000c + 500m (mais-valor acumulado). Nesse sentido, considerando que esses (500m)I serão reinvestidos no processo de produção e considerando as proporções originárias apresentadas pelo autor de 4:1 (para cada quatro unidades de capital constante, é investido uma de capital variável) tem-se que o mais-valor é investido da seguinte maneira: 400 em capital constante e 100 em capital variável, obtendo no setor I a seguinte transformação de magnitude:

$$I - 4.000c + 1.000v + 1.000m = 6.000 \rightarrow I.\ 4.400c + 1.100v + 1.100m = 6.600$$

Diante dessa ampliação da produção do setor I, Marx afirma que se percebe um aumento no volume de trabalhadores empregados, que de um montante de 1.000v passou para 1.100v. Perante essa maior proporção de trabalhadores, que aumenta a demanda pelos meios de consumo de subsistência, o autor afirma que é necessário que o setor II também expanda sua produção, tendo que investir mais tanto em capital constante, quanto em capital variável.

Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de aumentar a sua produção para atender as novas demandas colocadas pelos trabalhadores do setor I, Marx indica que o setor produtor de meios de consumo compra daquele setor um montante de (100c)II em capital constante. Uma vez que o investimento em capital constante implica na necessidade de aumentar também o volume da força de trabalho, o setor I precisa investir no seu próprio setor, seguindo a ordem de 2:1, um montante no valor de (50v)II em capital variável.

Assim, posto essa necessidade de ampliação do setor II de (100c + 50v), ou seja, totalizando uma ampliação da produção no valor de 150 os capitalistas desse setor conseguem esse montante por meio de duas maneiras. Segundo Marx, uma delas, no valor de 100 refere-se ao aumento da demanda dos trabalhadores do setor I, que tem de comprar os meios de subsistência daquele setor, já no que diz respeito ao montante que falta para esse aumento da produção, ou seja, o valor de 50, ele é retirado do próprio mais-valor desse setor, tendo em vista que o processo de reprodução ampliada pressupõe que o mais-valor não pode ser consumido totalmente em bens de consumo como acontecia na reprodução simples do capital.

Posto o processo de acumulação no setor II, percebe-se a seguinte transformação na magnitude do capital desse setor após a sua acumulação de mais-valor:

$$\text{II. } 1.500c + 750v + 750m = 3.000 \rightarrow \text{II. } 1.600c + 800v + 800m = 3.200$$

Segundo Marx se as coisas transcorrem de maneira normal e a reprodução do capital acontecer sobre essa mesma base de reprodução ampliada, permanecendo inalteradas as demais circunstâncias, como por exemplo, o setor I continuar empregando metade de seu mais-valor para a acumulação, mantendo-se a taxa de mais-valor em 100% e a composição do capital inalterada, se obtém no decorrer dos próximos anos uma progressão continua da reprodução do capital. (MARX, 2014, p. 621)

Comprovando essa tendência, Marx (2014) nos expõe os esquemas de reprodução do capital em escala ampliada no transcorrer dos anos:

Primero ano:

I. 4.400c + 1.100v + 1.100m = 6.600

II. 1.600c + 800v + 800m = 3.200

Segundo ano:

I. 4.840c + 1.210v + 1.210m = 7.260

II. 1.760c + 880v + 880m = 3.520

Terceiro ano:

I. 5.324c + 1.331v + 1.331m = 7.986

II. 1.936c + 968v + 968m = 3.872

Apresentado os esquemas de reprodução do capital, onde Marx investiga a dinâmica entre os setores de produção capitalista, afirma-se que o movimento realizado pelo autor nos permite compreender o conjunto do ciclo econômico do capital e assim, sem ignorar os elementos sociais e históricos presentes em sua análise, considera-se que o estudo marxiano a respeito do ciclo do capital e dos esquemas de reprodução contribui para a investigação do padrão de reprodução do capital nas economias dependentes.

1.2.5 Teoria do preço

Ao desenvolver a teoria do preço faz-se necessário anteriormente apresentar a crítica empreendida sobre a teoria do valor marxiana que se relaciona diretamente com a determinação dos preços das mercadorias. Compreende-se de acordo com a teoria do valor que o fundamento comum presente em toda e qualquer mercadoria e que, nesse sentido, define o seu valor é o trabalho humano abstrato, no entanto, dado o culto das aparências que predomina na sociedade burguesa que tem seu interesse exclusivamente voltado para a busca do lucro, percebe-se que o caráter do trabalho como única propriedade capaz de criar valor desaparece. Em seu lugar, predomina a concepção de que a criação de valor é resultante de todos os elementos que compõem o capital investido inicialmente no processo de produção (capital constante e capital variável), e nesse sentido, o lucro é visto como resultante da diferença entre esse capital investido e o valor do capital ao final do processo, ou seja, como sendo expresso pela diferença entre o preço de custo e o preço de venda da mercadoria.

A contradição presente nessa interpretação pode ser compreendida quando estudamos as determinações das taxa de mais-valor e da taxa de lucro. Segundo Marx, a taxa de mais-

valor (M') é medida pela relação entre a massa de mais-valor produzida (m) e o capital variável adiantado (v) para a produção, ou seja, pela expressão: $M' = \frac{m}{v}$. No que se refere à taxa de lucro, o autor nos indica que ela é formada pelo produto da razão entre essa mesma massa de mais-valor (M') e todo o capital adiantado (capital constante e capital variável), sendo expressa dessa forma pela fórmula: $l' = \frac{M\prime}{c+v}$. (MARX, 2017, p. 75)

Nesse sentido, pela indicação marxiana acima se compreende que a taxa de mais-valor pode ser definida como a expressão do trabalho que foi apropriado pelo capitalista gratuitamente e a taxa de lucro se refere à relação entre o capital total adiantado no inicio do processo de produção e o excedente produzido pelo trabalho.

Ao se conformarem como "mediações da mesma grandeza", ou seja, do trabalho apropriado gratuitamente pelo capitalista, cabe indicar que essas taxas são inteiramente relacionadas. Conforme indicações de Marx, afirma-se que o aumento da composição orgânica do capital combinado com a manutenção da taxa de mais-valor e com o aumento do grau de exploração do trabalho provoca uma diminuição da taxa geral de lucro, e que esta taxa é sempre menor do que a taxa de mais-valor, sendo que sua igualdade só é possível mediante todo o investimento do capital na força de trabalho, que se constitui como capital variável. (MARX, 2017, p. 250)

Após ter compreendido as argumentações desenvolvidas por Marx no que se relaciona a determinação das taxas de mais-valor e de lucro, cabe indicar a relação mistificadora que o capital apresenta para a formação dessas taxas:

> o próprio mais-valor aparece não como produto da apropriação do tempo de trabalho, mas como excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo, que, por esse motivo, apresenta-se facilmente como seu verdadeiro valor (*valeur intrinsèque*), de modo que o lucro aparece como excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu valor imanente (MARX, 2017, p. 70).

Ao considerar o conjunto dos investimentos realizado em capital constante e variável no processo de produção como gerador de valor e tendo em vista que o capitalista é interessado exclusivamente no valor excedente proporcionado pelo produto, se mostra como indiferente para ele o montante total investido em capital constante ou variável, assim como exposto por Marx: "o custo de uma mercadoria em cuja produção ele investe £100 é, para ele, sempre o mesmo, não importando se foi desembolsado 90c+10v ou 10c+90v. Em todos os casos, ela lhe custa £100, nem mais nem menos" (2017, p. 188).

Ao aplicar na produção de determinada mercadoria as proporções apresentadas pelo autor de 90c+10v e de 10c+90v, e tendo como base a **teoria marxiana do valor** de que as

mercadorias apresentam seu valor determinado pelo trabalho nelas incorporados, considerando uma taxa de mais-valor de 100%, verifica-se a formação dos seguintes valores:

Tabela I - Formação da taxa de mais-valor e da taxa de lucro, conforme a Teoria do Valor.

Capitais	Taxa de mais-valor	Mais-valor	Valor da mercadoria	Taxa de Lucro
I. 90c +10v	100%	10	110	10%
II. 10c +90v	100%	90	190	90%

Fonte: Elaboração própria

Desse modo, com base na teoria do valor e pelos dados exemplificados, afirma-se que o valor de uma mercadoria é definido de acordo com a magnitude do investimento no capital constante consumido, no capital variável reproduzido somado com o tempo de trabalho não pago que é apropriado pelo capitalista.

No entanto, tendo em vista a aparência enganosa desse processo de que o lucro é resultado do capital total adiantado, pode-se dizer que o valor total das mercadorias é referenciado nesse contexto como sendo expresso pela soma do capital total adiantado somado com a taxa de lucro esperada[9], assim como exemplificado:

Tabela II - Expressão fenomênica do valor da mercadoria considerando uma taxa de exploração de 100%

Capitais	Taxa média de Lucro	Valor do produto
I. 90c +10v	50%	150
II. 10c +90v	50%	150

Fonte: Elaboração própria

Com base apenas nessa aparência que mistifica a verdadeira essência do processo de exploração do capital, que tem sua formação de valor oriunda do tempo de trabalho excedente que é apropriado pelo capitalista gratuitamente, a lei do valor apresentada por Marx se mostra incompatível com a dinâmica apresentada pelo processo de produção na sociedade capitalista, assim como claramente comentado pelo autor: “Aqui, portanto, a teoria do valor parece ser incompatível com o movimento real, com os fenômenos efetivos da produção, de modo que se deveria renunciar absolutamente à pretensão de compreender estes últimos” (MARX, 2017, p. 188).

[9] A definição dessa taxa média de lucro, embora não se apresente dessa forma no interior da sociedade capitalistas, se constituí pela transferência de valor entre os capitalistas, o que permite que o setor com composição mais alta do capital se aproprie do mais-valor produzido pelo setor que possui uma composição mais baixa.

Pode-se afirmar que essa contradição que permite questionar a teoria do valor se fundamenta na própria sociedade capitalista que por sua própria natureza se constitui como um sistema contraditório. No que se relaciona a essa incoerência, própria da dinâmica desse modo de produção que considera que capitais da mesma magnitude produzem lucros idênticos, Marx resolve esse questionamento com base no seu estudo sobre a transformação dos valores das mercadorias em preços de produção, tendo em vista que para o autor as mercadorias não são vendidas de acordo com seu valor, mas segundo seu preço de produção.

Na tentativa de melhor exemplificação do que é defendido pelo autor, se reproduz abaixo as tabelas que demonstram como os componentes fixos (capital constante) que agregam "quantidades desiguais de valor em períodos iguais" são indiferentes para a formação da taxa de lucro e ainda como o mais-valor uniformemente distribuído ou o acréscimo do lucro médio aos preços de custo são os responsáveis por definir os preços das mercadorias:

Tabela III – Valor das mercadorias de acordo com a soma do capital variável, constante e taxa de lucro.

Capitais		**Taxa de mais-valor**	**Mais-valor**	**Taxa de lucro**	**c consumido**	**Valor das mercadorias**	**Preço de custo**
I. 80c + 20v		100%	20	20%	50	90	70
II. 70c +30v		100%	30	30%	51	111	81
III. 60c +40v		100%	40	40%	51	131	91
IV. 85c+ 15v		100%	15	15%	40	70	55
V. 95c + 5v		100%	5	5%	10	20	15
Total:	390c + 110v	-	110	100%	-	-	-
Média:	78c+22v	-	22	22%	-	-	-

Fonte: Marx, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2017. p. 191

No que diz respeito aos dados da tabela acima, Marx nos indica que com base em uma taxa de mais-valor para todos os capitais de 100%, o **mais-valor** de cada um desses capitais, será correspondente ao valor total investido no seu capital variável, ou seja, na força de trabalho. No que se relaciona ao **preço de custo** da mercadoria, que e sempre menor que o seu valor afirma-se que ele é formado pela soma do capital variável com o capital constante consumido. Já no que se refere ao **valor das mercadorias**, tem-se que ele é composto pela soma do montante investido no capital variável, mais a soma do capital constante consumido, que pode se referir a ele todo ou apenas a uma parte dele, e ainda a soma do mais-valor.

Ao identificar a média do mais-valor e ainda a média do capital total investido no processo de produção dos diferentes ramos, Marx consegue definir a taxa geral média de lucro (22%) ou o lucro médio de cada capital individual, que é formada pela média geral do mais-valor de todos os capitais (22) sobre a soma da média do capital total investido (78 de capital constante e 22 de capital variável), assim como determinado pela sua fórmula da taxa de lucro:

$$l = \frac{m}{c + v} = \frac{22}{78 + 22} = \frac{22}{100} = 22\%$$

Considera-se assim que a definição da taxa geral de lucro seja decisiva no processo de acumulação do capital, uma vez que a definição do lucro médio é determinante na definição dos preços das mercadorias e consequentemente no valor apropriado por cada capitalista, assim como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela IV – Preço das mercadorias de acordo com o lucro médio.

Capitais	Mais-valor	Valor das mercadorias	Preço de custo	Preço das mercadorias	Taxa de lucro	Diferença entre o preço e o valor
I. 80c + 20v	20	90	70	92	22%	+2
II. 70c +30v	30	111	81	103	22%	-8
III. 60c +40v	40	131	91	113	22%	-18
IV. 85c+ 15v	15	701*[10]	55	77	22%	+7
V. 95c + 5v	5	20	15	37	22%	+17

* Na primeira edição, "40". Alterado de acordo com o manuscrito de Marx. (N.E.A.)
Fonte: Marx, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2017. p. 191

Assim, segundo os dados da tabela e as indicações de Marx pode-se compreender que o preço das mercadorias ou seu **preço de produção** é formado pelo preço de custo de cada capital somado com o lucro médio.

Com relação à diferença entre o preço e o valor das mercadorias apresentado na tabela, cabe destacar:

> Na soma total, as mercadorias são vendidas a 2+7+17 = 26 acima do valor e 8+18 = 26 abaixo dele, de modo que os desvios dos preços se anulam reciprocamente mediante a distribuição igual do mais-valor ou do acréscimo do lucro médio de 22 a cada 100 de capital adiantado aos respectivos preços de custo das mercadorias I-V; na mesma proporção que uma parte da mercadoria é vendida acima de seu valor,

[10] Considera-se que existe um erro de digitação na presente edição dessa tabela, posto que de acordo com os dados e definições apresentados nesta tabela e nas anteriores o valor da mercadoria do capital IV deve ser 70 e não 701.

> outra parte é vendida abaixo. Apenas a venda por esses preços permite que a taxa de lucro para I-V seja uniforme, 22%, sem que se leve em conta a diferença composição orgânica dos capitais I-V (MARX, 2017, p. 192).

Ainda no que diz respeito à venda das mercadorias por preços abaixo ou acima do seu valor, mas sempre acima do seu preço de custo, Marx salienta que esse processo provoca a transferência de valor entre diferentes capitais, posto que os capitalistas individuais não se apropriam do mais-valor ou do lucro produzidos somente em sua esfera de produção, mas de parte do mais-valor ou do lucro correspondente a sua alíquota do capital total.

Essa condição além de reafirmar o papel decisivo do lucro médio na formação dos preços das mercadorias e no mais-valor apropriado por cada capitalista, ainda nos indica que o ramo com uma composição orgânica do capital mais elevada (maior investimento em capital constante se comparado ao capital variável), como é o caso dos capitais I, IV e V demonstrados na tabela, se apropriam do mais-valor produzido pelos capitais com menor inovações tecnológicas representados pelos capitais II e III, posto que a formação do lucro médio é determinante na formação dos preços de produção das mercadorias. Essa apropriação de valor, conforme já demonstrado, acontece porque no nível dos capitais individuais as mercadorias são vendidas acima ou abaixo do seu valor.

É importante destacar que essa diferença entre preço e valor das mercadorias acontece somente entre ramos de produção, haja vista que é essa diferença que permite a transferência de valor entre os diversos capitalistas que disputam sua participação na taxa do mais-valor socialmente produzido.

Afirma-se, nesse sentido, que no nível do capital global a soma dos valores é idêntica a soma dos preços de produção, ou seja, o preço da produção social global deve apresentar o mesmo percentual do mais-valor socialmente criado e apropriado pelos capitalistas. Essa condição reafirma a existência da lei do valor como determinante no modo de produção capitalista, visto que segundo essa lei a única fonte criadora de valor no interior do modo de produção capitalista é o trabalho humano.

Ainda no que diz respeito a definição dos preços das mercadorias, Marx destaca que apesar dos preços de produção se constituírem como base dessa formulação, estas tem seu valor determinado no processo de venda de acordo com o seu preço de mercado, que podem coincidir ou não com os preços de produção: “Se a diferença entre a demanda e o volume da produção é mais significativa, também o preço de mercado divergirá do valor de mercado de maneira ainda mais significativa, para cima ou para baixo” (MARX, 2017, p. 220). Nesse sentido, Marx afirma que o preço de mercado que se expressa como o valor socialmente

reconhecido da mercadoria, também se explica pela relação de oferta e demanda das mercadorias.

Dentro dessa definição dos preços de mercado também é importante considerar, segundo o autor, o papel do capitalista que empregam meios de produção mais aperfeiçoados e que, nesse sentido, vende suas mercadorias abaixo do preço de mercado, mas superior ao preço de produção e dessa forma se apropriam de um lucro extraordinário em relação aos demais capitalista, seus concorrentes, que para igualar suas taxas de lucro também devem investir em meios de produção que melhorem a sua produtividade. Desse modo, Marx afirma que a concorrência capitalista provocada pela disputa por maiores taxas de lucro provoca o aumento na composição orgânica do capital, visto que os capitalistas buscam elevar sua produtividade por meio do investimento em inovações tecnológicas, que representam o aumento do investimento em capital constante e ainda a redução do investimento em capital variável. (MARX, 2017)

No que se refere a essa mudança na composição orgânica do capital, afirma-se que ela se expressa como mais uma contradição do modo de produção capitalista, posto que a formação de valor que é oriunda exclusivamente do capital variável, ou seja, da força de trabalho sofre constantes reduções de valor diante da consideração de que a economia do trabalho vivo é considerada como a única forma do capital individual conseguir se valorizar perante os investimentos dos demais capitalistas.

Pode-se dizer que um dos resultados desse aumento da composição orgânica do capital, que se expressa pela combinação de maior investimento em capital constante se comparado ao variável é o que Marx denomina de **lei da queda tendencial da taxa de lucro** no desenvolvimento do capitalismo.

Ao desenvolver essa lei, é importante a indicação do autor de que esse funcionamento contraditório da dinâmica do modo de produção do capital, que se expressa na queda tendencial da taxa de lucro, não se configura como uma predisposição que acontece de forma incessante. Assim, em um determinado período a referida lei pode ou não se manifestar de acordo com os elementos e as condições que contribuem para sua efetivação ou contraposição. Nesse sentido, que se afirma que essa lei é tratada por Marx como uma tendência, ao se expressar como resultado das relações estabelecidas entre o processo de acumulação, composição orgânica do capital, progressos na produtividade e exploração.

Sendo assim, ao desenvolver as contradições presentes no processo da queda da taxa de lucro, Marx menciona a dinâmica de concentração e centralização do capital:

> A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro na medida em que com ela está dada a concentração dos trabalhos em grande escala e, com isso, uma composição mais alta do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera a concentração de capital e sua centralização por meio da expropriação dos capitalistas menores, da expropriação dos últimos produtores diretos que ainda disponham de algo a ser expropriado. Desse modo, a acumulação se acelera na proporção de sua massa, ainda que a taxa de acumulação diminua juntamente com a taxa de lucro (MARX, 2017, p. 281).

Observa-se nesse sentido que Marx indica que uma das contradições do modo de produção capitalista seja fruto do desenvolvimento das forças produtivas, que ao mesmo tempo em que permite a acumulação de capital, induz o processo de concentração e centralização e, por consequência, provoca a queda da taxa de lucro.

Ao tratar dos elementos que tem como objetivo contrarrestar essa queda tendencial da taxa de lucro, Marx nos indica os movimentos mais gerais do capital para reverter esse quadro: aumento do grau de exploração do trabalho, que ocorre pelo acréscimo da produção de mais-valia relativa e absoluta; compressão do salário abaixo do seu valor; barateamento do capital constante que sofre um aumento do seu volume, mas permanece com o mesmo valor; superpopulação relativa que pressiona os salários para baixo; comércio exterior, que permite o aumento da produção e taxas de lucro mais elevadas para os países mais desenvolvidos; e o aumento do capital acionário (portador de juros) (MARX, 2017).

Cabe destacar a afirmação de Marx de que, apesar dos elementos utilizados pelo capital na tentativa de neutralizar a queda da taxa de lucro, a manifestação dessa tendência se faz presente no desenvolvimento do capital que sofre constantemente com “a superprodução, a especulação, as crises e o capital supérfluo, além da população supérflua” (MARX, 2017, p. 282).

Exposto o processo que interfere diretamente na definição da taxa de lucro de cada capitalista individual, e nesse sentido na definição da taxa média de lucro, cabe concluir o desenvolvimento da teoria do preço marxiana que se relaciona diretamente com o nível dessas taxas de lucros.

Como desenvolvido no decorrer desse trabalho, a teoria dos preços marxiana desmitifica a ideia capitalista de que o lucro é resultado de todo o capital investido no processo de produção das mercadorias. Nesse sentido, afirma-se que a presente teoria comprova que a fonte do lucro não decorre do montante do capital investido, mas sim do mais-valor socialmente produzido que é criado exclusivamente pelo trabalho humano abstrato. Ao sustentar essa tese de que o trabalho é o único criador de valor e ao se deparar com a contradição de que as mercadorias não são vendidas por essa qualidade, ou seja, pelo

trabalho humano abstrato, Marx desenvolve a ideia de que as mercadorias são vendidas pelo seu preço de produção.

Ao definir que os preços das mercadorias representam um desvio do seu valor, dado que sua venda geralmente é feita por um preço superior ou inferior a esse montante, Marx desenvolve que esse movimento acontece somente no nível dos capitais individuais, que se apropriam de uma parcela do mais-valor socialmente criado de acordo e proporcionalmente com a sua magnitude. O autor corrobora essa afirmação de que o preço difere do valor somente no nível dos capitais individuais, posto que para reafirmar a lei do valor seja necessária a comprovação de que a soma dos valores seja idêntica com a soma dos preços de produção, assim como a soma do mais-valor global tem que ser igual à soma do lucro global.

Nesse sentido, percebe-se que a teoria marxiana que define que as mercadorias são vendidas segundo o seu preço de produção apresenta como base a percepção da redistribuição do valor socialmente produzido. Sustenta-se essa ideia, posto a comprovação de Marx de que o lucro médio permite junto com a magnitude do capital total investido (capital constante consumido mais capital variável) definir os preços de produção das mercadorias e, desse modo, o montante acumulado por cada capitalista de acordo com a sua magnitude no processo de produção global.

Posto essas determinações da teoria do preço e ao considerar que o valor socialmente criado resulta na determinação do mais-valor apropriado por cada capitalista individual, cabe desenvolver o processo de distribuição da renda e repartição do valor nesse contexto.

1.2.6 Distribuição da renda nacional e repartição do valor

Ao desenvolver a respeito do rendimento e de suas fontes, Marx nos indica que embora as fontes de riqueza pertençam a esferas distintas e não apresentam analogia entre si, existe uma correlação entre as formas do rendimento, visto que estas se constituem como resultados de formas sociais historicamente determinadas. Nesse sentido, para o autor a "trindade econômica" formada pelo capital, terra e trabalho apesar de fazerem parte da mesma formação econômica, apresenta contradições. (MARX, 2017)

O primeiro elemento apontado por Marx como surpreendente nesta fórmula formada pelo capital-terra-trabalho é o fato do capital, que se expressa como pertencente a determinado modo de produção, aparecer ordenado ao lado da terra e do trabalho que são elementos comuns em todos os modos de produção e que nesse sentido não guardam nenhuma relação com o capital. No que se refere ao segundo aspecto mencionado pelo autor, cita-se sua consideração de que capital-juros, terra-renda fundiária e trabalho-salário

aparecem respectivamente como fonte de juros (em vez de lucro), e renda fundiária e salário como seus produtos. (MARX, 2017, P. 879)

Essa contradição indicada pelo autor refere-se ao fato de que entre esses componentes mencionados - capital, terra e trabalho, somente o trabalho é capaz de criar valor. Para ele, a terra como um valor de uso, não possui nenhum valor e o capital compreendido como certa forma de valor, não pode valer mais do que seu valor real, ou seja, não pode produzir juros por si mesmo (MARX, 2017, p. 880). Pode-se afirmar que essa redução "capital-juros", ou seja, de que o capital por si mesmo é capaz de gerar mais capital, consideração amplamente aceita pela economia vulgar e ainda pelos detentores do modo de produção capitalista, provoca o desaparecimento de toda intermediação do processo realizado pelo trabalho que é a única força capaz de criar mais-valor no processo de produção capitalista.

Assim, dado que o mais-valor produzido é dividido em proporção a cota do capital social pertencente a cada capital, Marx nos indica a presente forma de distribuição de capital entre o juro e a renda fundiária:

> Nessa forma, o mais-valor aparece como o lucro médio que diz respeito ao capital, lucro médio que, por sua vez, desdobra-se em ganho empresarial e juros, podendo recair, sob essas duas categorias, em diferentes tipos de capitalista. Por meio do capital, no entanto, essa apropriação e distribuição do mais-valor, ou, a depender do caso, do mais-produto, encontra seu limite na propriedade fundiária. Assim como o capitalista ativo extrai do trabalhador o mais-trabalho e, com isso, sob a forma do lucro, o mais-valor e o mais-produto, também o proprietário fundiário extrai do capitalista uma parte desse mais-valor, ou mais-produto, sob a forma de renda fundiária, segundo as leis anteriormente desenvolvidas (MARX, 2017, p. 883).

Pode-se dizer, ainda conforme as indicações de Marx, que o lucro do capital e a renda fundiária são componentes do mais-valor que é produzido exclusivamente no processo de produção através do trabalho social objetivado. Posto, no entanto, o caráter mistificador do capital que considera que todos os elementos do capital são geradores de valor, tem-se que terra, capital e trabalho aparecem como três fontes distintas e independentes de criação de valor:

> Propriedade fundiária, capital e trabalho assalariado convertem-se, desse modo, em fontes de rendimento, na medida em que o capital atrai para o capitalista uma parte do mais-valor que ele suga do trabalho na forma de lucro, que o monopólio da terra atrai para o proprietário da terra outra parte desse mais-valor na forma de renda, e que o trabalho proporciona ao trabalhador, na forma salário, a última parte ainda disponível do valor; convertem-se como dizíamos, em fontes por meio das quais, uma parte do valor é transmutada em lucro; uma segunda, em renda; e uma terceira, em salário – trata-se de fontes reais, das quais se originam essas partes do valor e as partes respectivas do produto, nas quais aquelas existem e pelas quais podem ser trocadas; por fim, fontes das quais, como nascente última, brota, portanto, o próprio valor do produto (MARX, 2017, p. 889).

Essa mistificação de que todo o capital é portador da criação de valor contribui para legitimar e ainda obscurecer a verdadeira natureza do modo de produção do mais-valor que se funda essencialmente e exclusivamente na exploração dos trabalhadores, que tem sua jornada de trabalho prolongada para além do tempo necessário a produção de sua subsistência. Assim, o valor total criado pela força de trabalho é dividido em salário, lucro e renda, sendo que o salário é pago pelo tempo de trabalho socialmente necessário e o lucro e a renda são provenientes do tempo de trabalho excedente que foi apropriado pelo capitalista.

Ao se ter claro, por meio das indicações marxianas, que a formação da taxa de mais-valor decorre exclusivamente do trabalho não pago, cabe compreender a formação do produto total anual da sociedade dentro dessa relação, sendo necessário para tanto, compreender a formação da receita bruta e líquida:

> A receita bruta é parte do valor – e a parcela do produto medida por essa parte – que resta depois de deduzirmos da produção total a parte de valor – assim como a parcela dos produtos por ela medida – que repõe o capital constante adiantado e consumido na produção. A receita bruta é, pois, igual ao salário (ou à parte do produto destinada a reconverter-se na receita do trabalhador) + o lucro + a renda. A receita líquida, em contrapartida, é o mais-valor e, por conseguinte, o mais-produto que resta depois de deduzido o salário; portanto, ela representa, de fato, o mais-valor realizado pelo capital e que deve ser dividido com os proprietários fundiários e o mais-produto mediado por esse mais valor (MARX, 2017, p. 903).

Uma vez que a redistribuição da renda nacional está diretamente ligada com o valor da força de trabalho, que tem seu valor determinado de acordo com o tempo socialmente necessário a subsistência do trabalhador, Marx afirma que a apropriação do mais-valor pelos capitalistas apresenta como limite a quantidade de apropriação do trabalho que não é pago. Nesse sentido, observa-se uma disputa entre capitalistas e trabalhadores que buscam respectivamente ampliar, de um lado, o tempo de trabalho excedente e, de outro lado, o tempo de trabalho necessário.

No que diz respeito a repartição do valor, cabe indicar a disputa pela divisão do mais-valor entre as próprias frações capitalistas. Segundo Marx (2017, p. 924), a formação do lucro médio representa o limite da grandeza de mais-valor apropriada pelos capitais e a proporção dessa divisão é determinada pelas relações de concorrência e ainda pela oferta e procura.

Retomando assim a participação dos respectivos proprietários do capital e da terra no processo de produção, Marx verifica que estes capitalistas também disputam uma parte do mais-valor socialmente produzido. Nesse sentido, o autor coloca que o mais-valor se divide em: **lucro industrial** como resultado do processo produtivo; **juro**, proporcionado pelo empréstimo de capital ao capitalista produtivo; e **renda fundiária** que é proporcionada pelo

uso da terra que especificamente no modo de produção capitalista adquire a qualidade de propriedade fundiária.

No entanto, dado que a apropriação do mais-valor só acontece quando a mercadoria produzida é realizada, ou seja, quando ela é vendida, Marx afirma que no processo de repartição do mais-valor seja necessário à inclusão do capital comercial que é o responsável pela realização da venda de mercadorias. Desse modo, o autor afirma que a parte do mais-valor que é destinada a esse grupo é denominada de **lucro comercial**:

> Portanto, o capital de comércio de mercadorias – despojado de todas as múltiplas funções que podem estar vinculadas a ele, como armazenamento, remessa, distribuição, triagem, e restrito sua verdadeira função de comprar para vender – não cria valor nem mais valor, apenas medeia sua realização e, assim, ao mesmo tempo, o verdadeiro intercâmbio das mercadorias, sai passagem de uma a outra mão, o metabolismo social (MARX, 2017, p. 324).

A partir dessa afirmação, Marx deixa claro que enquanto o capital comercial é responsável unicamente pela mediação da realização do valor, ele não participa do processo de produção e nesse sentido, ele não é capaz de criar valor ou mais-valor, que é produzido unicamente no processo de produção, onde o capitalista industrial adquire o mais-valor por meio da exploração da força de trabalho.

Exposto o processo de disputa pelo mais-valor socialmente criado, Marx afirma que sua massa total é formada pela soma do lucro industrial, comercial, juro e renda fundiária. No que diz respeito ao lucro industrial e comercial, estes são definidos pelo autor como lucro empresarial, que juntamente com os juros formam o lucro médio. A composição de todas essas taxas, ou seja, do lucro médio com a renda fundiária é denominado por ele – Marx, como a totalidade do mais-valor.

Ainda no que se refere ao lucro comercial, Marx destaca que ele não é proveniente da venda das mercadorias acima do seu valor, ou seja, pela diferença entre o preço de produção e o preço de venda. Essa condição é posta já que no processo de formação da taxa média de lucro já esta incluído, além do lucro do capital produtivo o lucro do capital comercial. Nesse sentido, o autor nos indica que o capital comercial não vende as mercadorias acima de seu valor justamente porque conseguiu compra-las abaixo do seu valor ou do seu preço de produção. (MARX, 2017, p. 327)

Para melhor esclarecimento desse movimento, o autor indica que as mercadorias são vendidas abaixo do seu preço de produção, uma vez que a constituição do seu valor que é formado pelo preço da mercadoria (capital constante e variável consumido) mais o lucro médio também precisa levar em consideração o lucro do capitalista comercial. Nesse sentido,

o lucro médio, que determina os preços das mercadorias, não é determinado apenas pelo capital produtivo total, mas também pelo lucro correspondente do capital comercial:

> Está claro, então, que o lucro do capitalista industrial equivale ao excedente do preço de produção da mercadoria acima de seu preço de custo e que, diferentemente desse lucro industrial, o lucro comercial equivale ao excedente do preço de venda acima do preço de produção da mercadoria, o que constitui seu preço de compra para o comerciante; que, no entanto, o preço real da mercadoria é = seu preço de produção + o lucro mercantil (comercial). (...) O preço de venda do comerciante não é, portanto, superior ao preço de compra porque está acima do valor total, mas sim porque se encontra abaixo dele (MARX, 2017, p. 328).

Verifica-se assim, conforme as indicações do autor, de que apesar do capital comercial não participar do processo de produção do mais-valor, ao ser responsável por sua realização ele disputa sua apropriação. Nesse sentido Marx afirma que "quanto mais for o capital comercial em proporção ao capital industrial, menor será a taxa de lucro do capitalista industrial, e vice-versa." (MARX, 2017, p. 328)

Assim, visto que as diferentes frações capitalistas participam da distribuição do mais-valor socialmente criado e que o *quantum* de mais-valor apropriado por um setor reflete diretamente no valor apropriado pelos demais setores, assiste-se no interior da sociedade uma luta intercapitalista pela repartição desse mais-valor, ou seja, se trava uma disputa entre o capitalista fundiário, industrial, comercial e bancário em torno de uma maior apropriação do mais-valor para o seu setor.

No que diz respeito à disputa travada no campo da distribuição da renda nacional entre capital e trabalho, comprova-se mais uma vez que o modo de produção capitalista que apresenta como base a apropriação de mais-valor separa a sociedade em torno de duas classes sociais antagônicas que, por um lado, se manifesta pelos trabalhadores que lutam contra o processo de exploração e, por outro lado, os capitalistas que perseguem como finalidade do seu modo de produção o aumento constante do mais-valor e, nesse sentido, a maior exploração dos trabalhadores que é um pressuposto desse aumento.

CAPÍTULO 2 - TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

2.1 Formação e Desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência

A partir da discussão dos fundamentos do capitalismo e de sua crítica, considera-se que para a compreensão das particularidades da dinâmica do capitalismo e de sua forma de acumulação em diferentes formações sociais faz-se necessário compreender a sua particularidade de acordo com cada contexto histórico, social, econômico e político. Nesse sentido, para desenvolver as particularidades do capitalismo latino-americano considera-se como fundamental a discussão da Teoria Marxista da Dependência – TMD, que alinhada à perspectiva marxista, explica as particularidades do desenvolvimento do capitalismo dependente.

No entanto, antes de explicitar os conceitos teóricos e as principais determinações que envolvem a constituição da TMD faz-se necessário contextualizar o seu desenvolvimento histórico, apresentando assim a conjuntura econômica, social e política que se desenvolveu perante a formação desse importante referencial teórico.

Cabe destacar, que a opção por essa exposição à priori do desenvolvimento da TMD e de suas determinações relaciona-se a percepção de que para a compreensão dessa teoria é fundamental o conhecimento da dinâmica que formou e que ainda incide no desenvolvimento dependente do capitalismo latino-americano, além da clareza de que essa teoria foi muitas vezes encoberta pelos setores conservadores da sociedade.

A formação desse referencial teórico na América Latina desenvolveu-se na segunda metade dos anos sessenta e inicio dos anos setenta, quando a dependência se constituiu em um elemento que potencializou o avanço do debate das ciências sociais. Conforme as indicações de Osorio (2004) a incorporação desse debate pelo marxismo não aconteceu livre de contradições, mas marcada por um amplo movimento de avanços e retrocessos que só depois de uma década de debates conseguiu romper com o cordão umbilical heterodoxo que marcou seu nascimento na América Latina.

Ainda segundo Osorio, as bases que marcam o desenvolvimento das ciências sociais e que forneceram os elementos para o debate da dependência se relacionam com dois fenômenos contraditórios. Um deles refere-se à Revolução Cubana que aprofundou a crise política e teórica do marxismo ortodoxo prevalecente na América Latina, abrindo portas para uma nova reflexão sobre a realidade a partir do marxismo (OSORIO, 2004, p. 130).

O outro fenômeno citado pelo autor que impulsionou o desenvolvimento dessa temática se relaciona com a crescente integração dos países latino-americanos ao capitalismo

internacional que, no entanto, não logrou o êxito esperado e ainda contribui para a agudização das contradições sociais colocando fim a ideia de um capitalismo autônomo, democrático e progressista (OSORIO, 2004, p. 130).

No que se referem às tentativas de encobrir o desenvolvimento da TMD, pode-se citar a tentativa de desqualificação do debate das contribuições inscritas nesse campo, tendo como emblemático exemplo às obras de Ruy Mauro Marini, que considerado como um dos mais importantes autores dessa área sofreu com os ataques da classe conservadora que não permitiu a ampla divulgação de seu trabalho e ainda provocou uma série de deturpações a respeito do seu ensaio "Dialética da dependência".

Como expressão desse movimento de boicote intelectual no Brasil, merece ser assinalada a divulgação apenas do trabalho de Fernando Henrique Cardoso a respeito da dependência. Segundo Correa Prado (2011) a divulgação unilateral do trabalho de Cardoso gerou uma espécie de "pensamento único" sobre o tema da dependência que ficou centrado apenas na sua perspectiva.

Como destaque dessa divulgação unilateral do pensamento conservador é importante mencionar a divulgação do artigo "As desventuras da Dialética da Dependência" que se constituiu em uma crítica ao Trabalho de Marini escrito por Cardoso e José Serra que foi publicado no Brasil em 1979 sem a respectiva resposta de Marini feita no artigo "Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)".

No que se refere ao movimento de deturpação do trabalho de Marini pode-se citar, conforme desenvolvido pelo próprio autor em sua memória, a interpretação equivocada de Cardoso a respeito da confusão entre superexploração da força de trabalho com mais-valia absoluta e ainda a falsa tese atribuída a ele de que o desenvolvimento do capitalismo latino-americano exclui o desenvolvimento da produtividade (TRASPADINI e STEDILE, 2011, p. 87).

Cabe ainda destacar que o outro movimento que contribuiu para a baixa difusão da TMD foram os golpes militares. No Brasil, assistimos à ampla divulgação do trabalho de Cardoso que defende o capitalismo brasileiro em oposição à censura aplicada as obras marxistas de Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theôtonio dos Santos e Ruy Mauro Marini que ainda foram perseguidos pelo regime militar.

Ainda no que se refere aos golpes militares, vale destacar o chileno que desarticulou a maior parte dos intelectuais que discutiam essa temática e que se encontravam refugiados nesse país (OSORIO, 2004, p. 142).

No que se refere ao debate da dependência do ponto de vista da economia política, pode-se afirmar que ele está relacionado com a estrutura de exportação e importação, a qual sujeitava os países periféricos e da América Latina, diante da Divisão Internacional do Trabalho – DIT, a exportação de produtos primários (matéria-prima e alimentos), enquanto os países centrais se especializavam no desenvolvimento de atividades industriais com maior incorporação tecnológica.

Considera-se que o debate em torno da DIT seja importante, haja vista que além dessa monopolização das linhas de produção, ou seja, da especialização em produtos primários ou atividades industriais que ela também expressa, conforme as indicações de Osorio (2012), a capacidade de apropriação de valor, não se expressando somente como uma distribuição de funções diferenciadas que resulta em valores de uso diferentes, mas que possui efeitos no campo do valor enquanto tal, ao determinar a capacidade dessa apropriação.

Segundo as indicações de Martins (2011), esse modelo de desenvolvimento dependente dos países periféricos diante da DIT ancorou-se na teoria das vantagens comparativas desenvolvida pelo economista clássico David Ricardo[11].

Ainda segundo a interpretação do autor citado, o enfoque da teoria Ricardiana era a defesa de que cada país deveria se especializar na produção de mercadorias que lhes garantissem maior vantagem comparativa, haja vista a crença de que a especialização na produção de dada mercadoria era a única forma de difundir a elevação da produtividade. O presente modelo, ainda acreditava que o progresso técnico dos países centrais não traria resultados negativos para os países periféricos, visto que o modelo de especialização apresentava como base a complementariedade de uma economia pela outra (MARTINS, 2011).

A presente teoria da vantagem comparativa defendida por David Ricardo, ainda conforme as indicações de Martins (2011), não apresentava uma preocupação com a realidade diante da própria contradição do autor ao indicar as vantagens de um país em se especializar na indústria em relação às atividades de menor produtividade. Outra base de refutação da teoria proposta por esse economista são os momentos de crise econômica:

> Ao contrário do que afirmavam as teorias das vantagens comparativas, o resultado dessas práticas era um lento e progressivo descenso dos preços dos produtos primários em relação aos industriais, que se aceleravam durante as crises da economia mundial. De 1876-1880 a 1911-1913, os preços dos produtos primários haviam se deteriorado em relação aos produtos industriais, caindo de um índice 100 para 85,8. Esse índice se deteriora ainda mais durante a crise do entreguerras, alcançando 64,1 em 1936-1938 (MARTINS, 2011, p. 216).

[11] RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1996.

Tal afirmação corrobora mais uma vez que a dinâmica econômica dos países periféricos apresentada pela teoria das vantagens comparativas não estava de acordo com o movimento da realidade desses países, que sofriam constantemente com a deterioração dos termos de troca de seus produtos, principalmente em tempos de crise econômica.

No intuito de diagnosticar os problemas que conduziram ao atraso econômico da América Latina, diante da deterioração dos termos de trocas de suas mercadorias e ainda pela necessidade de buscar o desenvolvimento e a incorporação desses países ao mercado mundial foi criado pela Organização das Nações Unidas - ONU a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL no final dos anos 1940 e início do ano 1950, que apresentou como principais expoentes os teóricos Raul Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto (OSORIO, 2004, p. 88).

A teoria desenvolvida por essa vertente buscava explicar o atraso latino-americano por meio do conceito de desenvolvimento desigual, a qual colocava que os países da periferia levavam uma desvantagem em relação ao centro diante do menor progresso técnico e consequentemente pelo menor valor de troca de seus produtos (TRASPADINI E STEDILE, 2011).

Conforme indicação de Osório (2004, p. 134) ainda é importante indicar que a concepção cepalina, apresentava uma ênfase nos elementos econômicos como aspectos explicativos do subdesenvolvimento e não na economia-política, uma vez que suas análises ao se concentrarem em variáveis técnicas para explicar a dependência e os desequilíbrios econômicos desprezavam a dinâmica da luta de classes.

Ainda como expressão dessa estrutura dependente, Osorio (2009, p. 74) coloca que a CEPAL apresenta como tese a consideração de que a economia mundial está organizada como um sistema centro-periferia que coloca em desvantagem os países periféricos na repartição dos benefícios ao estabelecer uma relação assimétrica entre as economias do mercado mundial.

A superação dessa condição do baixo valor de troca das mercadorias dos países periféricos apresentado pelo pensamento cepalino foi por meio da elaboração da perspectiva nacional-desenvolvimentista que defendia que o caminho para alcançar um novo desenvolvimento econômico para a América Latina era por meio da política de substituição de importações, que dirigida pelo Estado, promoveria a industrialização latino-americana.

Sendo assim, Martins (2011) indica que o projeto nacional-desenvolvimentista com vistas a alcançar a substituição de importação pelo desenvolvimento da indústria apresentava

como eixos fundamentais a industrialização planejada e o recurso ao capital estrangeiro. No que se relaciona a busca da industrialização planejada com a finalidade de aumentar a produtividade, o referido autor afirma que o objetivo dessa medida era por meio da absorção de mão-de-obra excedente alcançar o nível do pleno emprego que permitiria a organização dos trabalhadores e empresários frente a defesa dos preços dos produtos de exportação, resolvendo assim a deterioração dos termos de troca.

O desenvolvimento dessa industrialização implicava no segundo eixo apresentado pelo autor, ou seja, no recurso ao capital estrangeiro que era visto como essencial e indispensável para a viabilização desse projeto, mas que posteriormente se tornaria irrelevante na medida em que os diferenciais de produtividade e renda entre a periferia e o centro também se tornassem menores (MARTINS, 2011, p. 220).

Embora o resultado esperado pela perspectiva nacional-desenvolvimentista fosse a superação do atraso econômico dos países dependentes, os resultados do processo de substituição de importação[12] proposto pela CEPAL entraram em crise diante das exigências de maior participação do capital estrangeiro no financiamento e investimento das indústrias.

Merece destaque nessa crise do nacional-desenvolvimentismo, o processo que liga à mudança das necessidades de importação dos países periféricos, haja vista que com o desenvolvimento da indústria se criou a necessidade de importação de outros bens necessários à produção de mercadorias desses países. A referida situação é claramente exposta por Martins (2011, p. 218):

> A industrialização de substituição de importações era um processo definido em três grandes etapas: a substituição de bens de consumo leves, de bens de consumo duráveis e de bens de produção. Entretanto, cada etapa de substituição, ao liberar a pauta importadora dos produtos que se produziam internamente, criava novas necessidades de importação relacionadas aos insumos necessários para internalizar a produção. O processo caminhava no sentido de uma crescente rigidez das necessidades de importar que se deslocavam dos bens de consumo para os produtos intermediários e os bens de capital.

Esse movimento que levou a crise do nacional-desenvolvimentismo é entendido como uma dependência que se perpetua ainda hoje na dinâmica dos países dependentes tendo em vista que esses países ainda carecem da importação de tecnologia dos países centrais, transferindo para estes centros grande parte da sua mais-valia produzida.

[12] No que diz respeito ao esgotamento do modelo de substituição de importações Martins (2011) nos indica: “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina” (1966) e “Teoria Política do desenvolvimento econômico” (1967) ambos de Celso Furtado; e “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro” (1964) de Maria da Conceição Tavares.

Outro motivo que levou a crise desse modelo desenvolvido pela CEPAL é apontado por Osorio como sendo decorrentes do rápido processo de monopolização provocado pelas parcerias entre capitais locais e estrangeiros e pela incapacidade da industrial nacional de criar empregos, levando consequentemente à intensificação do pauperismo (OSORIO, 2004, p. 133).

Cabe ainda destacar que a crise do modelo nacional-desenvolvimentista é agravada pelo surgimento das ofensivas da teoria da modernização, que apresentou como estratégia para o desenvolvimento a necessidade de abrir "um espaço muito mais ativo do capital estrangeiro no desenvolvimento dos países periféricos" (MARTINS, 2011, p. 223). Ainda segundo Martins essa teoria defendia que as nações subdesenvolvidas, através do apoio dos Estados Unidos, se modernizassem rapidamente e alcançassem o desenvolvimento sem cair nas tentações do comunismo. (MARTINS, 2011)

Esse investimento do capital estrangeiro para o desenvolvimento dos países periféricos defendida pela teoria da modernização tem sua legitimidade posta em questão a partir da crise econômica de 1962-1967 e com a ofensiva dos movimentos de massas da América Latina, abrindo espaço para o desenvolvimento de uma nova interpretação da realidade regional e mundial elaborada pelas teorias da dependência (MARTINS, 2011, p. 228/229).

O desenvolvimento das teorias da dependência, inserida na conjuntura da década de 1960 procura explicar as particularidades que conferem a estrutura da dependência ao capitalismo latino-americano. No presente contexto, a vitória da Revolução Cubana de 1959, que também contribuiu para a crise do pensamento cepalino, obrigou todas as forças sociais e políticas a trabalharem em torno dessa temática, possibilitando uma nova reflexão sobre a realidade latino-americana que acabou por contribuir para a fecundidade desse debate.

Aliada ao desenvolvimento da teoria da dependência vale assinalar, conforme as indicações de Traspadini e Stedile (2011), que a formação da Escola da Dependência confrontou-se com outras correntes ideológicas ditas de esquerda que também foram responsáveis por exercerem influência política na época, a saber: os partidos comunistas vinculados a Terceira Internacional, o foquismo e a já citada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. Apesar de tais correntes não se constituírem como objeto de nosso estudo, vale assinalar suas características, visto que elas exerceram influências no debate da época.

Ao tratar do desenvolvimento da ideologia da fração oficial do Partido Comunista, as indicações de Traspadini e Stedile (2011) afirmam que essa se limitava a uma interpretação mecanicista do materialismo histórico e das leis da economia política que acabaram por levar

essa vertente a realizar uma interpretação equivocada da realidade. Segundo esses autores, a partir da ideia de que a sociedade estava submetida à pobreza e as desigualdades sociais em virtude das relações pré-capitalistas e do impacto do imperialismo estadunidense essa corrente defendia a necessidade de uma aliança com a burguesia nacional no intuito de desenvolver as forças produtivas e superar o atraso econômico.

A referida proposta, ainda conforme Traspadini e Stedile (2011) se mostraram em desacordo com a realidade brasileira, tendo em vista que a aliança da burguesia nacional com o imperialismo, revelada principalmente pelo golpe militar brasileiro que foi apoiado pelo capital internacional foi uma forma de manter o poder político por meio da repressão, e ainda de realizar mudanças econômicas que favorecessem o capital internacional.

No que tange ao desenvolvimento da corrente foquista, que além de se desenvolver no Brasil também se expressou em outros países da América Latina, Traspadini e Stedile indicam que essa vertente se limitou a uma espécie de voluntarismo para explicar as condições de exploração e opressão. Segundo os autores, a forma defendida por essa corrente para fazer frente à esse situação era a derrota militar da burguesia nacional e internacional. A crítica realizada por eles ao tratar dessa teoria refere-se ao não desenvolvimento da explicação real e essencial do caráter da exploração e ainda da ausência sobre uma forma viável e concreta de revolução (TRASPADINI E STEDILE, 2011, p. 22).

Diante da crise teórica e política dessas três correntes de pensamento – do partido comunista, do foquismo e da CEPAL, se desenvolve segundo as indicações de Traspadini e Stedile (2011) a “Escola da dependência” nos anos de 1960 que apresentou uma abordagem ligada a influências weberiana e outra à perspectiva marxista. Ao considerar a interpretação da realidade latino-americana, ambas as vertentes reconheciam a situação dependente de seus países, no entanto, a forma de reconhecimento, a dinâmica e o modelo de desenvolvimento dessa dependência, assim como a alternativa de superação dessa situação eram encaradas de formas distintas.

Considera-se que a essência dessa disputa em torno do caráter da dependência entre a corrente de pensamento weberiana e marxista, relaciona-se a presente reflexão de Traspadini e Stedile (2011, p. 29):

> Assim, a Escola da Dependência abre, essencialmente, um debate e um enfrentamento direto entre duas correntes de pensamento e de luta política concreta: por um lado, o marxismo na América Latina, evocado pela luta protagonizada pelos trabalhadores do continente a partir de um novo enfoque de desenvolvimento pautado, no fim da propriedade privada, da exploração do trabalho e do Estado como comitê da burguesia. Por outro lado, os defensores do capitalismo e críticos do marxismo, sustentando a necessidade de uma relação direta interdependente entre países mais avançados tecnologicamente, para que ambos pudessem lograr um salto qualitativo em termo de desenvolvimento capitalista mundial.

No que se refere a vertente weberiana, ela desenvolveu-se liderada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que publicaram em 1969 a obra "Dependência e desenvolvimento na América Latina". A principal discussão desse grupo buscava explicar o porquê da permanência no atraso e da possibilidade de um desenvolvimento mais avançado na América Latina. A dependência e o atraso tecnológico latino-americano são considerados pelos teóricos como problemas internos, ou seja, decorrem do atraso tecnológico do empresariado nacional que só investem mediante a perda do comércio internacional (TRASPADINI E STEDILE 2011, p. 28).

A estratégia para o desenvolvimento defendido pelos autores rompe com a proposta desenvolvida pela CEPAL ao colocarem a necessidade de não se atribuir o subdesenvolvimento como uma determinação dos países centrais e a necessidade de analisar os determinantes externos e internos na interpretação da dinâmica dependente dos países da América Latina.

Outra interpretação a respeito da teoria weberiana da dependência é realizada por Martins (2011) que afirma que Cardoso e Faletto entendem a dependência como sendo proveniente do desenvolvimento ambíguo das sociedades de possuírem autonomia política, mas de terem laços econômicos definidos em função do mercado internacional. Nesse sentindo, ao se deter na dinâmica, nos limites e nas potencialidades das sociedades dependentes, Cardoso e Faletto defendiam que o modelo econômico e político para a América Latina era a dependência negociada, que combinava em sua estrutura a dependência, mas ao mesmo tempo o desenvolvimento (MARTINS, 2011).

Considera-se ainda importante indicar a crítica realizada por Bambirra (2013) e Traspadini (1999) ao trabalho desenvolvido pelos autores weberianos. Segundo Bambirra, o desenvolvimento teórico desses autores se restringiu a uma análise sociológica, deixando de lado a análise econômica que é a responsável por engendrar uma dinâmica especifica.

No que se refere a crítica realizada por Traspadini ao trabalho desses autores de vertente weberiana, deve-se citar o livro "A teoria da (inter) dependência de Fernando

Henrique Cardoso[13]", o qual se expressa como uma importante contribuição para a compreensão do caráter conservador da perspectiva da dependência apresentado por Cardoso e Faletto.

No que diz respeito à outra expressão da "Escola da Dependência", ou seja, a ligada a vertente marxista, Traspadini e Stedile nos indicam que ela realiza uma reflexão do porquê o desenvolvimento proposto pela CEPAL não ter condições de gerar na América Latina um desenvolvimento menos desigual. Essa vertente, diante da consideração de que a desigualdade é estrutural e necessária para a reprodução do modo de produção capitalista, que se baseia na exploração do trabalho, considera que a única medida possível para a classe oprimida diante dessa perspectiva é a revolução (TRASPADINI E STEDILE 2011).

No que tange a representação de seus teóricos, deve-se citar Ruy Mauro Marini, considerado o teórico mais importante dessa vertente pelo grande destaque da obra "Dialética da dependência" publicada em 1973. Esse trabalho conferiu ao autor o prestigio pela formulação da TMD que é marcada pelos seguintes apontamentos (OSORIO, 2004, p. 39)[14]:

> a) A dependência "é uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produções das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a produção ampliada da dependência" (Marini, 1973, p.18);
> b) A formação do capitalismo dependente só pode ser entendida "em função da acumulação de capital em escala mundial e em particular de seu ressorte vital, a cota geral de lucro" (Idem, 1973,p.16).
> c) A América Latina ajuda a contrabalançar as tendências de queda da taxa nas economias desenvolvidas, favorecendo o aumento da taxa de exploração (via redução do valor dos bens e salário, ao incrementar sua oferta no mercado mundial) e rebaixando o valor do capital constante (via exportação massiva de matéria-prima);
> d) Nas relações comerciais internacionais e dada a monopolização que exercem as economias industriais sobre bens industriais e tecnologia, se estabelece um intercambio desigual desfavorável às economias latino-americanas, que transferem valor aos países industriais;

[13] TRASPADINI, Roberta. A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso. 2 ed. São Paulo, Outras Expressões, 2014.

[14] a) la dependencia… "es una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción delas naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia" (Dd, p . 18); b) la formación del capitalismo dependiente sólo puede entender se "en función de la acumulación de capital en escala mundial y en particular de su resorte vital, la cuota general de ganancia" (Dd, p . 16); c) América Latina ayuda a contrarrestar las tendencias a la caída de la tasa de ganancia en las economías desarrolladas, favoreciendo el incremento de la tasa de explotación (vía reducción del valor de los bienes y salarios, al incrementar su oferta en el mercado mundial) y rebajando el valor del capital constante (vía exportación masiva de materias primas); d) en las relaciones comerciales internacionales y dada la monopolización que ejercen las economías industriales sobre bienes industriales y tecnología, se establece un intercambio desigual desfavorable a las economías latinoamericanas, las cuales transfieren valor a los países industriales; e) como mecanismo de compensación a esta exacción, el capital latino americano redobla la explotación con el fin de incrementar la masa de valor; esto se realiza sobre la base de la superexplotación de los trabajadores; f) apoyado en la superexplotación de manera permanente, el capitalismo dependiente genera un ciclo del capital en donde se produce una ruptura entre la esfera de la producción y la esfera de la circulación, que desde otra perspectiva no es más que el creciente divorcio entre el aparato productivo y las necesidades de consumo de las amplias mayor ías de la población; g) el fundamento de la dependencia es así la superexplotación, en tanto explica la forma fundamental de producción de plusvalía, y da cuenta del porqué el aparato productivo y la esfera de la circulación tienden a caminar desligados, reproduciendo un capitalismo que extrema las contradicciones inherentes al modo de producción capitalista.

> e) Como mecanismo de compensação desta sucção, o capital latino-americano redobra a exploração com o fim de incrementar a massa de valor; isto se realiza sobre a base da superexploração dos trabalhadores;
> f) Apoiado na superexploração de maneira permanente, o capitalismo dependente gera um ciclo do capital no qual se produz uma ruptura entre a esfera da produção e a esfera da circulação, que de outra perspectiva não é mais do que o crescente divórcio entre o aparelho produtivo e as necessidades de consumo das amplas maiorias da população;
> g) O fundamento da dependência é, assim, a superexploração, na medida em que explica a forma fundamental de produção de mais-valia, e dá conta do porquê o aparelho produtivo e a esfera da circulação tendem a caminhar desligados, reproduzindo um capitalismo que agudiza as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Considera-se assim que a partir da divulgação do artigo "Dialética da Dependência" Ruy Mauro Marini consegue definir uma interpretação de base marxiana do processo de acumulação do capital na América Latina. É importante lembrar que após a publicação desse artigo, Marini contribui ainda mais para o debate ao apresentar novos elementos no desenvolvimento da TMD em diversos de seus trabalhos como, por exemplo, nos artigos "Las razones del neodesarrollismo" (1978), "Plusvalía extraodinaria y acumulación de capital" (1979), "El ciclo del capital em la economia dependiente" (1979), entre outros.

É importante ainda mencionar que, além de Marini se constituem como grandes contribuições para o debate da teoria da dependência no campo marxista os trabalhos de André Gunder Frank, Paul Baran, Theôtonio dos Santos e Vânia Bambirra[15].

A influência exercida por André Gunder Frank e Paul Baran ao tema da dependência relaciona-se a discussão sobre "a apropriação internacional dos excedentes dos países periféricos e subdesenvolvidos por meio dos monopólios comerciais, produtivos e financeiros controlados desde os países centrais" (MARTINS, 2011, p. 237).

No que se refere ao papel exercido por Theôtonio dos Santos, Osorio (2004) considera que esse foi um dos autores que mais contribuíram para a construção do debate por meio de suas críticas a teoria do desenvolvimento e ainda pela formulação das diversas formas de dependência. Ainda no patamar das grandes expressões da TMD, considera-se a teórica Vânia Bambirra que realizou uma intensa crítica a tipologia proposta por Cardoso e Faletto e ainda propôs uma nova classificação dos países latinos americanos com base em sua estrutura produtiva.

Apresentado as principais determinações que incidiram na constituição e no desenvolvimento da teoria da dependência, considera-se essencial para a compreensão do

[15] Segundo Martins (2011) os principais trabalhos desenvolvidos por esses teóricos são: FRANK, A. G. "América Latina: subdesarrollo o revolucion", Ed. Era México, 1973; BARAN, P. "A economia política do desenvolvimento", 1957; DOS SANTOS, Theôtonio. Imperialismo y dependencia, Ed. Era México, 1978; BAMBIRRA, V. El capitalismo dependiente latinoamericano. Ed. Siglo, 1974. Cabe ressaltar que a presente indicação desses trabalhos não esgota as demais e importantes contribuições desses autores.

desenvolvimento do capitalismo e de sua forma de acumulação nos países que apresentam uma estrutura dependente o conhecimento do movimento que determina essa configuração nos países latino-americanos.

Nesse sentido, se desenvolve a partir da obra de Ruy Mauro Marini, formulador das teses da *economia política da dependência,* as principais determinações da TMD que incidem na configuração da dependência nos países da América Latina para posteriormente apresentar as principais categorias que apreendem e constituem o fundamento da dependência latino-americana do ponto de vista da economia política.

2.2 Teoria Marxista da Dependência: configuração da dependência latino-americana

Para compreensão da dependência latino-americana considera-se essencial o conhecimento da dinâmica que propiciou o desenvolvimento do capitalismo nesses países frente à economia capitalista mundial, haja vista as indicações de Marini (2011) de que o capitalismo latino-americano se desenvolveu de forma *sui generis* e que sua compreensão só adquire sentido se a investigação de sua dinâmica estiver inserida na perspectiva do sistema em seu conjunto, ou seja, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.

Ao tratar do desenvolvimento da América Latina, Marini afirma que ele foi realizado com uma estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional, haja vista que a expansão comercial do século XVI contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento, ao mesmo tempo em que permitiu o desenvolvimento do capital comercial e bancário da Europa, sustentou o sistema manufatureiro europeu e ainda propiciou o caminho para a criação da grande indústria (MARINI, 2011, p. 134).

No que diz respeito a essa articulação entre os países latino-americanos e a economia mundial, Marini (2011, p. 136) nos indica que ele só se realizou plenamente no século XIX quando o surgimento da grande indústria estabeleceu as bases sólidas para o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho - DIT.

Segundo o autor foi essa divisão das atividades produtivas, por meio da DIT, que possibilitou que a industrialização se efetivasse nos países centrais, uma vez que é a grande disponibilidade de produtos agrícolas produzidos pelos países latino-americanos que permitiram o amplo desenvolvimento industrial daqueles países (MARINI, 2011).

Nesse sentido, o autor afirma que foi a oferta dessas mercadorias agrícolas que permitiram aos países centrais se especializarem na indústria sem se preocupar com a

produção dos meios de subsistência e ainda contribuiu para diminuir o valor da sua força de trabalho, já que esses produtos eram adquiridos por valores cada vez mais baixos. Cabe destacar que Marini ainda compreende que essa oferta de meios de subsistência por preços deteriorados permitiu aos países centrais contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro, uma vez que a oferta de meios de subsistência com preços menores permite a elevação da taxa de lucro, que se relaciona diretamente com o valor desse capital e ainda com os elementos do capital constante.

Por meio dessa análise do autor, nota-se o seu esforço de relacionar a dinâmica da dependência aos processos indicados por Marx relacionados à acumulação e reprodução capitalista.

Apresentado essa dinâmica, Marini afirma que a DIT determina a forma de desenvolvimento desses países, posto que a estrutura econômica relaciona-se diretamente com a divisão das atividades produtivas entre os países centrais e dependentes.

Nesse sentido, exposto as referidas considerações a respeito da determinação da dependência latino-americana pela configuração da DIT convêm indicar o que o autor entende por dependência:

> (...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2011, p. 134/135).

No que diz respeito a essa relação que induz os países da América Latina a contribuírem e ainda a serem essenciais para a acumulação de capital dos países centrais é fundamental a indicação de Marini ao afirmar que os países dependentes não só responderam aos meros requisitos físicos dos países industriais como também contribuíram para que as formas de acumulação desses países se alterassem significativamente:

> Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma superexploração do trabalhador (MARINI, 2011, p. 138).

Essa condição de transformação do caráter da mais-valia de absoluta para relativa é posta por Marini diante da consideração de que ao fornecer a produção agrícola (alimentos),

para os países industrializados, se permite a diminuição do tempo necessário para a reprodução da força de trabalho dos países centrais que passam a depender mais da produtividade do trabalho do que da exploração da força de trabalho.

É notável que quando Marini afirma que os países da América Latina contribuíram para que os países centrais deslocassem sua produção de mais-valia absoluta para relativa, que o autor retoma as indicações marxianas. Segundo Marx, o desenvolvimento das forças produtivas não viabiliza por si só a diminuição do valor da força de trabalho, haja vista que é necessário que esse desenvolvimento incida no processo de produção dos meios de subsistência. Sendo assim, a partir da consideração de que os países centrais conseguiram adquirir nos países dependente os meios de subsistência para a classe trabalhadora por valores deteriorados, afirma-se que esses países conseguiram diminuir o valor de sua força de trabalho e assim passaram a depender mais da produtividade do trabalho do que da exploração da força de trabalho.

Cabe salientar a indicação de Marini que é importante não confundir os conceitos de mais-valia relativa e produtividade, visto que é fundamental se ter a clareza de que o aumento da produtividade não assegura a obtenção de mais-valia relativa, uma vez que esse aumento não significa que o capitalista seja capaz de criar mais valor, mas apenas que os trabalhadores conseguem produzir mais produtos no mesmo tempo. O autor ainda afirma que, ao se produzir mais no mesmo tempo se reduz o valor das mercadorias individuais, mas não garante uma obtenção maior de valor, apesar de que do ponto de vista individual, o capitalista aumenta sua produtividade para obter mais-valia extraordinária (MARINI, 2011, p. 138).

No que diz respeito a essa inserção da América Latina no cenário das trocas comerciais, cabe destacar que Marini afirma que esse desenvolvimento é realizado com base em uma maior exploração do trabalhador, uma vez que as perdas para o comercio internacional (transferência de valor) são compensadas no plano interno mediante a superexploração da força de trabalho[16], que é indicada como o fundamento da dependência.

Ainda no que diz respeito à configuração da dependência latino-americana, Marini indica que é importante discutir o processo de industrialização dessas economias, uma vez

[16] Marini (2011) refere-se a superexploração da força de trabalho como superexploração do trabalho, no entanto, considera-se que a superexploração incide sobre a mercadoria força de trabalho e não sobre o trabalho (que determina o valor de uso da mercadoria), por isso, nesse estudo adota-se o termo superexploração da força de trabalho quando o autor indica superexploração do trabalho. Cabe destacar que, apesar dessa confusão terminológica, considera-se que ela não prejudica e não altera a importante fundamentação teórica do autor. Esta questão foi fundamentada por Carcanholo (2013 – ver (IM)PRECISÕES SOBRE A CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃODA FORÇA DE TRABALHO In: Desenvolvimento e dependência : cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília : Ipea, 2013.

que esse movimento foi visto inicialmente como uma possibilidade de superação dessa condição de subordinação dos países da América Latina em relação aos países centrais.

É importante destacar a afirmação de Marini de que o desenvolvimento industrial dos países latino-americanos também foi um fator que contribui para o amplo desenvolvimento da indústria dos países centrais, haja vista que foi o fornecimento das matérias-primas industriais daqueles países que conformou e viabilizou o desenvolvimento industrial dos países centrais (MARINI, 2011, p. 137).

Dessa forma, o autor afirma que foi diante da exportação massiva de matérias-primas industriais por preços deteriorados, que os países da América Latina contribuíram mais uma vez para contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro dos países centrais, uma vez que uma das formas para diminuir a queda dessa taxa é a diminuição do valor das mercadorias que compõem o capital constante.

Cabe mencionar que ao desenvolver os mecanismos que tem como objetivo contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro, que Marini apoia-se nas indicações de Marx que menciona o processo de barateamento do capital constante como um mecanismo necessário para frear essa tendência e ainda como um fator que pode aumentar a taxa de lucro (MARX, 2017, p. 274 / p. 304).

Continuando o seu desenvolvimento, Marini afirma que a industrialização nos países latino-americanos se orientou de forma diferente dos países industriais clássicos onde a formação do mercado interno, ou seja, os consumidores eram a contrapartida da acumulação de capital (MARINI, 2011, p. 160). No que diz respeito às bases distintas dessa industrialização nos países dependentes o autor afirma que ela é decorrente da base de acumulação do capital que se fundamenta na superexploração da força de trabalho e, nesse sentido, não apresenta os trabalhadores como um elemento essencial para a realização do consumo de suas mercadorias, configurando assim o processo de ruptura do ciclo do capital (MARINI, 2011, p. 155).

Nesse sentido, apesar do processo de industrialização latino-americana, Marini afirma que “não chegou nunca a se conformar nesses países uma verdadeira economia industrial” (MARINI, 2011, P. 159) que provocasse uma alteração qualitativa no desenvolvimento econômico desses países, visto que a indústria continuou subordinada a produção de bens primários e que esse processo não se conformou como resultado de suas próprias necessidades, mas voltada para atender uma demanda já existente ao se estruturar a partir das exigências dos mercados dos países avançados (MARINI, 2011, p. 163).

Apresentado a conformação da dependência latino-americana, Marini indica que a estrutura econômica dos países dependentes encontra-se subordinada aos países centrais, uma vez que ao serem partes constitutivas da dinâmica do modo de produção capitalista, os países latino-americanos reproduzem constantemente o ciclo da dependência:

> A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 2011, p. 157).

Nesse sentido, ao apresentar que a economia latino-americana reproduz o seu caráter dependente em escala ampliada, Ruy Mauro Marini nos indica os fundamentos que condicionam essa estrutura, quais sejam: transferência de valor, superexploração da força de trabalho e ruptura do ciclo do capital. Sendo assim, para uma maior apreensão dessa dinâmica, serão desenvolvidas as referidas categorias que são consideradas como fundamentos da economia capitalista dependente.

2.3 Transferência de valor

No intuito de compreender o processo de transferência de valor dos países latino-americanos para os países centrais é importante problematizar o processo da troca de mercadorias realizada entre esses países. Conforme já desenvolvido no item anterior, através das indicações de Marini, a América Latina foi fundamental para o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista ao fornecer para os países europeus as condições para que estes se industrializassem.

Ao desenvolver a participação dos países latino-americanos no comercio mundial, por meio do fornecimento de produtos agrícolas e de matérias-primas industriais, Marini menciona que a América Latina contribui não só para o desenvolvimento acelerado da industrialização dos países centrais, mas também para que os obstáculos próprios da contradição do modo de produção capitalista fossem superados (MARINI, 2011, p. 143).

No que diz respeito à contribuição dos países latino-americanos para a superação do caráter contraditório da produção capitalista, o autor afirma que ela é fundamental para contrarrestar a queda da taxa de lucro dos países centrais, uma vez que ao fornecer produtos agrícolas (meios de subsistência para a classe trabalhadora) e ainda matérias-primas industriais com valores mais baixos, ela contribui para o aumento da taxa de lucro dos países

industrializados, já que se reduz o montante investido em capital constante e ainda contribui para diminuir o valor da força de trabalho, diminuindo assim o valor gasto no capital variável.

Essas indicações do autor, conforme desenvolvido no item anterior, respalda-se amplamente no desenvolvimento marxiano que afirma que a aquisição de meios de subsistência para a classe trabalhadora e de capital constante, ambos por valores deteriorados, são elementos necessários para viabilizar o processo de acumulação do capital e ainda para contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro.

Dando prosseguimento a sua reflexão, Marini indica que o aumento da oferta mundial de alimentos e ainda das matérias-primas industriais pelos países dependentes vieram acompanhados de uma queda no preço desses produtos que, no entanto, se deparam com a estabilidade dos preços das mercadorias industriais, provocando uma deterioração nos termos de troca (2011, p. 142).

Nesse sentido, o autor afirma que com a ampliação do mercado mundial, e a divisão das atividades produtivas entre os países industriais e não industriais por meio da DIT, estão colocadas as bases para a realização das trocas de mercadorias que, no entanto, não são trocadas segundo o seu valor, haja vista que são operados distintos mecanismos capazes de burlar a troca de mercadorias com valores equivalentes:

> Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar a transferência de valor, passando por cima das leis de troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (MARINI, 2011, p. 144).

Nesse sentido, o autor indica que perante a condição das mercadorias não serem trocadas segundo o seu valor, o modo de produção capitalista cria diferentes mecanismos que induzem a realização da **troca desigual** de diferentes mercadorias, possibilitando dessa forma à transferência de valor dos países dependentes para os países centrais.

Desse modo, Marini reafirma que a relação estabelecida entre as nações industrializadas e as produtoras de matérias-primas acaba por condicionar a dependência dos países da América Latina, uma vez que por meio dessa deterioração nos termos de troca se realiza a transferência de valor dos países periféricos para os países centrais (MARINI, 2011).

É fundamental indicar que ao desenvolver esse processo o autor se baseia na indicação marxiana de que as mercadorias não são vendidas segundo o seu valor, mas segundo o seu preço de produção. Segundo Marx, esse processo ao permitir que as mercadorias sejam

vendidas abaixo ou acima do seu valor permite a transferência de valor entre diferentes capitalistas.

Ao desenvolver esse processo de troca desigual, Marini indica que ele pode acontecer tanto pela produção de mais-valia extraordinária, quanto pelo monopólio da produção (MARINI, 2011, 145).

A produção da mais-valia extraordinária, conforme já apresentado no desenvolvimento da teoria marxiana, se baseia no aumento da produtividade do trabalho que é capaz de proporcionar uma baixa nos preços de produção dos capitalistas com maior desenvolvimento tecnológico se comparado a seus concorrentes menos desenvolvidos. Desse modo, os capitalistas com maior desenvolvimento produtivo são capazes de apropriar de uma mais-valia extraordinária, posto que eles vendem seus produtos de acordo com os preços de mercado e acima do seu preço de produção.

Ainda no que diz respeito a esse processo de produção que permite a obtenção de uma mais-valia extraordinária, Marini enfatiza que ele se explica tendo em vista o grande aparato tecnológico que os países centrais têm em sua disposição e que permite a redução dos custos de produção de suas mercadorias. A propriedade dessa tecnologia, por se restringir a porção do capital dos países centrais, permite a esses capitalistas uma apropriação maior de mais-valia se comparado aos capitalistas dos países dependentes que não possuem tecnologia amplamente desenvolvida.

Visto que a produção da mais-valia extraordinária acontece no nível da mesma esfera de produção, ou seja, entre produtores de bens primários ou entre produtores de manufaturas, é importante a indicação de Marini (2011) de que esse fenômeno da produção da mais-valia extraordinária acontece especialmente na concorrência entre as nações industriais, posto que nesses países “as leis capitalistas da troca são exercidas de maneira plena”. Ainda segundo o autor, apesar delas serem mais preponderantes naqueles países, ela também se faz presente nas nações que produzem bens primários, principalmente quando se desenvolve nesses países as relações capitalistas de produção (MARINI, 2011, p. 145).

Nesse sentido, Marini afirma que à produção da mais-valia extraordinária é resultado da redução do valor individual das mercadorias diante do maior aparato produtivo que determinado setor detém em relação às condições gerais de produção. Essa maior produtividade, que proporciona a obtenção de um lucro extraordinário para determinado capitalista em relação a seus concorrentes, se realiza a partir da diferença entre o valor social médio de produção e o valor individual da mercadoria produzida com maior produtividade. Esse processo permite a transferência de valor entre a produção média e a produção de maior

produtividade. Nesse sentido, Marini nos indica que a mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas, mas não modifica o grau de exploração do trabalho, já que não incide na taxa de mais-valia (MARINI, 2011, p. 139).

É importante indicar novamente que ao explicar esse processo de troca desigual, que Marini apoia-se fundamentalmente nas análises de Marx que afirma que os capitalistas que apresentam maior desenvolvimento das forças produtivas se apropriam da mais-valia dos setores com menor desenvolvimento tecnológico, o que é possibilitado visto que as mercadorias não são vendidas por seu valor, mas segundo seu **preço de produção** que é formado pelo **preço de custo** (capital constante consumido + capital variável) somado com o **lucro médio** (média geral da mais-valia de todos os capitais).

Ainda no que diz respeito à afirmação de Marini que a mais-valia extraordinária não modifica o grau de exploração, mas apenas altera a repartição geral da mais-valia é importante indicar que essa formulação também apresenta como base o pensamento marxiano que indica que o mais-valor extraordinário é obtido pela diferença entre o valor social médio e o valor individual da mercadoria, dado por meio do desenvolvimento das forças produtivas, que permite a transferência de valor entre os diferentes produtores de um mesmo ramo e não pela maior exploração do trabalhador.

No que tange a transferência de valor operada pelo monopólio da produção, Marini exemplifica que esse processo acontece pelas transações de mercadorias com classes distintas, ou seja, pela troca de manufaturas e matérias-primas. Conforme o autor, as trocas desiguais operadas por esse processo acontecem em virtude da ilusão da lei do valor, que permitem que as nações com maior produtividade se apropriem do valor produzido pelos países dependentes, ao fornecerem a esses países mercadorias por preços superiores a seu valor (2011, p. 145).

A operação de transferência de mais-valia exemplificada por Marini como sendo resultantes do monopólio da produção se expressa como reflexo da dependência dos países periféricos em relação tanto aos meios de produção, quanto do capital inicial necessário para ser investido na produção de suas mercadorias:

> (...) parte desse capital que entrou para ser investido sai imediatamente ao ser intercambiado por meios de produção adquiridos no exterior, particularmente máquinas e equipamentos; isso pode inclusive fazer com que a operação de entrada e saída se desvele e – o que aconteceu particularmente na década de 1950, mas segue tendo vigência (...) (MARINI, 2012, p. 27).

Nesse sentido, Marini indica que a estrutura da dependência, que obriga os países a realizarem transferências de parte de sua mais-valia para o exterior, pode ainda resultar em

uma transferência de valor superior ao que foi investido pelos capitalistas dos países dependentes.

Após apresentar a importância da inserção dos países da América Latina no mercado mundial e a sua contribuição para alterar o caráter da mais-valia de absoluta para relativa nos países centrais, Marini afirma que é importante indicar o caráter contraditório do aumento da mais-valia pelo incremento da produtividade. Segundo o autor, o aumento da produtividade apresenta como contrapartida um consumo maior de capital constante se comparado ao investimento menor no capital variável, o que faz elevar a composição orgânica do capital e baixar a taxa de lucro (MARINI, 2011, p. 141).

Conforme Marini, esse movimento de elevação da composição orgânica do capital se conforma com uma contradição do modo de produção capitalista, tendo em vista a redução do investimento no único elemento capaz de criar valor no processo de produção capitalista e ainda a elevação do valor investido no capital constante. Segundo ele, uma vez que a taxa de lucro é definida com base no montante total do capital investido na produção (constante + variável), o aumento da mais-valia pelo incremento da produtividade, ou seja, pela elevação do valor empregado em capital constante, faz com que ocorra uma queda na taxa de lucro.

Ainda segundo Marini, essa contradição que é crucial para a acumulação capitalista é contraposta por diversos procedimentos, que buscam tanto o processo de incremento da mais-valia, no sentido de compensar a queda da taxa de lucro, quanto o movimento de provocar uma redução no valor do capital constante com o intuito de impedir a queda da taxa de lucro. No que se relaciona a esse movimento de redução do valor do capital constante, pode-se compreender o papel dos países da América Latina que ao fornecerem matérias-primas industriais e alimentos com preços deteriorados aos países europeus, contribuíram não só com a expansão da produção capitalista industrial, mas também para que fossem superadas as contradições próprias da dinâmica de acumulação de capital (MARINI, 2011, p. 141).

Vale indicar que ao relacionar a elevação da composição orgânica do capital com a queda da taxa de lucro, assim como o movimento que busca contrarrestar essa tendência que Marini se fundamenta novamente nas indicações marxianas já desenvolvidas nesse trabalho.

Ao compreender esse processo de transferência de valor dos países dependentes para os países centrais, através da deterioração dos termos de troca, Marini afirma que os países da América Latina não se contrapõem a essa tendência, mas apenas “buscam compensá-la no plano da produção interna” mediante a superexploração da força de trabalho (2011, p. 147), que se torna um componente essencial na dinâmica de acumulação capitalista ao garantir a continua reprodução do capital em escala mundial.

No que diz respeito à relação da troca desigual com a superexploração da força de trabalho, é importante a indicação do autor (MARINI, 2008, p. 174):

> la superexplotación del trabajo es acicateada por el intercambio desigual, pero no se deriva de él, sino de la fiebre de ganancia que crea el mercado mundial, y se basa fundamentalmente en la formación de una sobrepoblación relativa. Pero, una vez en marcha un proceso económico sobre la base de la superexplotación, se echa a andar un mecanismo monstruoso, cuya perversidad, lejos de mitigarse, es acentuada al recurrir la economía dependiente al aumento de la productividad mediante el desarrollo tecnológico.

Assim, Marini indica que como medida de compensação dessa dinâmica e na busca de aumentar suas taxas de lucro, as economias dependentes são estimuladas a recorrer a superexploração da força de trabalho como um elemento fundamental e estrutural de seu desenvolvimento, que tem como objetivo não só a produção de mais-valia como um objetivo interno da classe capitalista, mas também como forma de viabilizar a dinâmica de acumulação do capital em escala mundial.

2.4 Superexploração da Força de Trabalho

Ao desenvolver os mecanismos que buscam compensar a perda de valor dos países dependentes para os países centrais, Marini indica que a característica essencial desses mecanismos é o fato de que são negadas aos trabalhadores as condições para que se reponha o desgaste da sua força de trabalho, causando assim o seu esgotamento prematuro. Sendo assim, compreende-se que a essência da superexploração apresentada pelo autor refere-se ao processo de violação do valor da força de trabalho. Ficando claro o significado da superexploração da força de trabalho para o autor, é importante desenvolver o seu processo para compreender como esse mecanismo se conformou como uma característica peculiar das formações sociais dependentes.

Conforme discutido no item anterior, diante da grande demanda dos países centrais por alimentos e matérias-primas industriais, os países da América Latina são levados a contribuir com a dinâmica de acumulação mundial pelo fornecimento dessas mercadorias com preços deteriorados. No intuito de compensar essa perda de valor é importante mencionar a superexploração da força de trabalho como um elemento que é estimulado por essa dinâmica e que faz parte da estrutura da dependência que busca incessantemente aumentar seu grau de exploração sobre a força de trabalho, e com isso suas taxas de mais-valia e de lucro.

Diante do cenário mencionado, Marini afirma que a América Latina busca compensar a perda de sua mais-valia recorrendo a três mecanismos que permitem uma maior exploração do trabalhador, que pode ser assim resumidos: intensificação do trabalho, sem o incremento

da capacidade produtiva; prolongamento da jornada de trabalho, aumentando o tempo de trabalho excedente; e redução do consumo do operário para além do seu limite normal, quando o tempo de trabalho necessário do operário se converte em tempo de trabalho excedente (MARINI, 2011, p. 147/148).

Ao desenvolver esses mecanismos, Marini afirma que eles negam aos trabalhadores as condições para que se reponha o desgaste da sua força de trabalho, uma vez que a intensificação e o prolongamento da jornada de trabalho provocam o esgotamento prematuro da força de trabalho e quando se reduz a possibilidade de consumo do operário para além do seu limite normal, se retira do trabalhador inclusive a sua possibilidade de consumo do que é estritamente indispensável para a sua conservação e reprodução (MARINI, 2011).

No que se refere ao ultimo mecanismo mencionado, onde a remuneração do trabalhador é inferior ao valor da sua força de trabalho, Marini apoia-se nas indicações de Marx, que afirma que o fundo necessário de consumo do operário se converte em fundo de acumulação do capital, configurando desse modo, uma forma específica de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2011, p. 148).

É importante relembrar que Marx, ao tratar da "transformação do fundo necessário de consumo do trabalhador num fundo de acumulação do capital" (2013, p. 675) aponta que esse mecanismo exerce um papel importante no movimento prático do capital e que ainda é uma tendência constante do capital de reduzir os trabalhadores a esse nível niilista.

Ainda como mecanismo que induz uma maior exploração sobre os trabalhadores, é importante a indicação do autor quando ele exemplifica que o aumento da qualificação passa a ser uma exigência para o ingresso no mercado de trabalho sem, contudo, significar um aumento de remuneração equivalente:

> las necesidades sociales son tan fundamentales como las estrictamente físicas para la reproducción de la fuerza de trabajo, acorde a las exigencias que plantea el mercado de trabajo y el mismo desarrollo de las fuerzas productivas. El obrero debe presentar El obrero debe presentar, por ejemplo, el nivel mínimo de calificación (o educación) exigido para poder vender su fuerza de trabajo, del mismo modo como no puede prescindir de la radio, e incluso de la televisión, cuando estos medios de comunicación se generalizan, so pena de convertirse en un bruto por debajo de nivel cultural de la sociedad en que debe vivir y producir (MARINI, 2008, p. 214).

Nesse sentido, Marini indica que apesar dos trabalhadores perceberem um aumento no valor de sua força de trabalho, ainda prevalece uma diferença exorbitante e crescente entre esse valor e a renda real recebida por eles, configurando assim um aumento na violação do valor da força de trabalho.

No que tange a esses mecanismos de exploração do trabalhador é importante às indicações de Marini de que eles podem acontecer de forma isolada ou combinada de acordo com as necessidades de acumulação do capital e ainda que, não é a rigor necessário existir a troca desigual para que estes mecanismos se operem, uma vez que a simples vinculação ao mercado mundial e a conversão da produção de valores de uso em valores de troca faz com que a busca pelo lucro seja desenfreada, principalmente onde se verifica o atraso no modo de produção existente (MARINI, 2011, p. 148).

Cabe ressaltar que a referida indicação de Marini baseia-se nas formulações marxianas que indica que, tão logo a produção de valores troca se fizeram presentes no interior das sociedades que a produção de mais-valor tornou-se o elemento preponderante nessas economias:

> Assim que os povos, cuja produção ainda se move nas formas inferiores do trabalho escravo, da corveia etc., são arrastados pela produção capitalista e pelo mercado mundial, que faz da venda de seus produtos no exterior o seu principal interesse, os horrores bárbaros da escravidão, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Isso explica por que o trabalho dos negros nos estados sulistas da União Americana conservou certo caráter patriarcal, enquanto a produção ainda se voltava sobretudo às necessidades locais imediatas. Mas à medida que a exportação de algodão tornou-se o interesse vital daqueles estados, o sobretrabalho dos negros, e, por vezes, o consumo de suas vidas em sete anos de trabalho, converteu-se em fator de um sistema calculado e calculista. O objetivo já não era extrair deles uma certa quantidade de produtos úteis. O que importava, agora, era a produção do próprio mais-valor (MARX, 2013, p. 310).

Nesse sentido, Marini afirma que embora esses mecanismos de extração de mais-valia não sejam uma característica vinculada necessariamente à troca desigual, que eles são mais aguçados nos países dependentes que precisam compensar a sua perda de valor por meio da superexploração da força de trabalho. Considera-se esse pressuposto, haja vista que os capitalistas dos países dependentes têm dificuldades para se apropriarem de uma massa maior de mais-valia, se comparado aos capitalistas dos países centrais, diante da constante transferência de valor para os países que apresentam um desenvolvimento superior das forças produtivas, por meio da troca desigual.

Ainda no que diz respeito à superexploração da força de trabalho, Marini afirma que ela é relacionada com os tipos de atividades desenvolvidas nos países centrais e dependentes, visto que a indústria extrativa e a agricultura, atividades preponderante na América Latina, ao aumentar a demanda por trabalho não aumentam na mesma proporção à demanda por capital constante, o que é diferente da situação da indústria fabril, onde o aumento do trabalho implica necessariamente no maior gasto de matérias-primas.

Dado essa condição, o autor afirma que as atividades produtivas dos países latino-americanos se baseiam, sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho, o que permite baixar a composição orgânica do capital que aliada a intensificação do grau de exploração da força de trabalho, faz aumentar as taxas de mais-valia e de lucro desses países (MARINI, 2011, p. 149).

É importante ter claro que, apesar dos países capitalistas dependentes terem uma baixa composição orgânica do capital que permite o aumento das suas taxas de mais-valia e de lucro, que esse aumento não significa uma maior apropriação de mais-valia e de lucro para os capitalistas dos países dependentes, haja vista que eles sofrem constantemente com as trocas desiguais que transferem grande parte dessa mais-valia para os países centrais que possuem um desenvolvimento tecnológico superior.

Ao desenvolver o tema da superexploração, Marini deixa claro que esse conceito não deve ser confundido com o de mais-valia absoluta, visto que também pode acontecer a produção de mais-valia relativa quando se aumenta a intensidade do trabalho e porque a produção de mais-valia absoluta não é a única forma de desenvolvimento do capitalismo dependente:

> Assinalemos, inicialmente, que o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa — a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real. (MARINI, 2011, p. 180):

Desse modo, Marini reafirma o caráter da sociedade capitalista que ao desenvolver as suas forças produtivas não suprime, mas acentua a exploração sobre o conjunto da classe trabalhadora, expressando nesse sentido a vigência da lei geral da acumulação capitalista desenvolvida por Marx, onde o autor defende que o aumento da produção de riqueza em um polo, corresponde ao aumento da miséria no polo oposto.

> Supor o contrário equivale a admitir que o capitalismo, à medida que se aproxima de seu modelo puro, converte-se em um sistema cada vez menos explorador e logra reunir as condições para solucionar indefinidamente suas contradições internas (MARINI, 2011, p. 184).

Nesse desenvolvimento da relação entre o aumento das forças produtivas e sua relação com a maior exploração do trabalhador considera-se fundamental a indicação de que essa

característica é inerente ao desenvolvimento do modo de acumulação capitalista não sendo, portanto uma característica privativa das formações sociais dependentes, mas que apresentam um caráter agudo nessas economias (MARINI, 2011, p. 182).

Segundo o autor, esse movimento é decorrente da forma contraditório de como os mecanismos de exploração incidem na geração da taxa de mais-valia, posto que, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das forças produtivas tende a reduzir o trabalho incorporado na mercadoria e, nesse sentido, também incidem na redução do seu valor e da massa de mais-valia produzida, esse movimento é contraposto visto que o desenvolvimento da produtividade não só cria uma maior possibilidade de exploração dos trabalhadores, mas acarreta nesse resultado.

Desse modo, o autor afirma que o aumento da produtividade permite sem estender a jornada de trabalho, ou até mesmo reduzindo-a, aumentar a exigência do tempo de trabalho efetivo do trabalhador e, portanto, a produção de uma massa superior de valor, compensando assim o risco do desenvolvimento das forças produtivas inibirem a produção de mais-valia.

Ao trabalhar essa relação entre aumento da produtividade, intensificação do trabalho e jornada de trabalho, Marini indica a relação entre esses mecanismos de exploração:

> O aumento da força produtiva do trabalho, ao implicar um menor gasto de força física, é o que permite aumentar a intensidade; mas o aumento da intensidade choca-se com a possibilidade de estender a jornada de trabalho e pressiona para reduzi-la. Inversamente, uma menor produtividade limita a possibilidade de intensificar o ritmo de trabalho e aponta para a extensão da jornada (MARINI, 2011, p. 183).

Ainda segundo o autor, mesmo que o aumento da produtividade e da intensidade do trabalho tenham se combinado com a não redução da jornada de trabalho nos países industrializados, essa relação não é invalida, mas apenas demonstra a incapacidade da classe operária desses países em defender seus interesses e significa o esgotamento prematuro da força de trabalho. Nessa mesma linha de argumentação, ele ainda afirma que as limitações para aumentar ao máximo a extensão da jornada de trabalho, obriga o capital dos países dependentes a recorrer ao aumento da produtividade e da intensidade do trabalho, o que também provoca o esgotamento prematuro e a violação do valor da força de trabalho (MARINI, 2011).

No que diz respeito a superexploração dos trabalhadores, afirma-se que ela seja amplamente legitimada diante do amplo Exercito Industrial de Reserva - EIR que ameaça a situação dos trabalhadores empregados diante da grande oferta de trabalhadores disponíveis e ainda contribui para pressionar os salários para baixo do valor real da força de trabalho.

Ainda como medida para desvalorização do valor da força de trabalho, Marini cita o recurso ao aparelho do Estado que é capaz de viabilizar uma série de reformas (como por exemplo, eliminando o fim da estabilidade, estabelecendo tetos salariais, retirando o direito de greve etc) capazes de contribuir ainda mais para diminuir o valor da força de trabalho e não permitindo a resistência dos trabalhadores (MARINI, 1979, p. 37).

Apresentado os mecanismos que permitem uma maior exploração física dos trabalhadores, Marini reafirma que a América Latina ao ser inserida no circuito da produção mundial capitalista se funda com base na superexploração da força de trabalho:

> chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (MARINI, 2011, p. 155).

Desse modo, o autor afirma que ao apresentar condições estruturais peculiares na formação do capitalismo dependente, ou seja, a superexploração da força de trabalho como um elemento essencial para a acumulação de capital, a América Latina precisa construir seu próprio modo de circulação do capital. Essa necessidade provém do fato de que, ao violar o valor da força de trabalho, pela superexploração, se retira dos trabalhadores a possibilidade de consumo e do capital a possibilidade de realização das suas mercadorias pelo mercado interno, acontecendo assim o que ele denomina de "ruptura do ciclo do capital" (MARINI, 2011)

Nesse sentido, no intuito de compreender a formação e a essência do capitalismo dependente, é fundamental investigar o modo de circulação próprio dessas economias, uma vez que "compreender o ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, portanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial" (MARINI, 2011, p. 154).

2.5 O ciclo do capital na economia dependente

Ao desenvolver a reflexão sobre o ciclo do capital na economia dependente, Marini observa que sua reflexão refere-se à forma que a economia latino-americana assumiu quando se conformou em seu seio "um setor de produção para o mercado interno que assumiu progressivamente o papel hegemônico na dinâmica econômica" (MARINI, 2012, p. 21).

No desenvolvimento de sua interpretação do ciclo do capital, Marini analisa as três fases desse movimento, que são formados pelos momentos da circulação, produção e

circulação, lançando mão da formula D – M ... P ... M’ – D’ que é capaz de descrever todo o ciclo do capital.

Percebe-se que ao desenvolver o ciclo do capital na economia dependente que o autor apresenta como base o ciclo do capital desenvolvido por Marx, que analisa o processo de circulação do capital nos seus diferentes ciclos, assim como desenvolvido no item “1.2.3” desse trabalho.

Segundo o autor, na primeira fase desse ciclo, compreendida como o primeiro momento da circulação é onde se consegue determinar a origem do capital dinheiro que comparece para iniciar o ciclo do capital. Sendo assim, o autor afirma que essa origem pode ser identificada pela participação do capital privado interno ou investimento privado interno, pelo investimento público que tem origem no Estado ou pelo capital estrangeiro que pode investir de forma direta ou de forma indireta via empréstimos e financiamentos (MARINI, 2012).

No que se refere ao investimento público realizado pelo Estado, o autor destaca que a fonte de investimento utilizada por esse setor corresponde à parte da mais-valia arrecadada via impostos sobre o capital, sobre os rendimentos, sobre o trabalho e os trabalhadores e ainda pelas empresas estatais que produzem diretamente a mais-valia. Essa capacidade de apropriação faz com que esse ente apresente um importante papel no ciclo de reprodução do capital:

> Como se pode ver, a importância do papel do Estado no ciclo do capital propriamente dito (e não em termos mais gerais da criação de condições para a valorização, caso em que esse papel é ainda mais amplo) é considerável, dada a capacidade que possui de transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho. Isso explica, de certo modo, o peso que o investimento público tem na economia dependente (MARINI, 2012, p. 24).

Diante de sua capacidade de apropriação de recursos, Marini afirma que o Estado se mostra essencial na circulação do capital ao tornar viável o processo de valorização, não só via investimentos diretos por meio das empresas estatais, mas também de forma indireta, via investimento em infraestrutura, isenção de impostos, manipulação de preços dos produtos estatais entre outros.

Ainda no que diz respeitos aos investimentos estatais Marini cita os gastos sociais e burocráticos do Estado. Em relação aos relacionados com o investimento social, o autor afirma que embora eles sejam considerados gastos improdutivos, eles são fundamentais para a valorização do capital, ao preservar e qualificar a força de trabalho. No que diz respeito aos

gastos burocráticos do Estado, realizado pela sua burocracia civil, policial e militar, Marini afirma que eles cumprem uma função importante para a manutenção da ordem no sistema capitalista (MARINI, 2012).

Ao tratar do papel do capital estrangeiro no processo de circulação do capital na economia dependente, o autor nos indica que ele pode se apresentar tanto como um investimento direto, quando o capitalista estrangeiro investe diretamente e detém a propriedade total ou parcial de um investimento produtivo, ou de forma indireta quando o capital estrangeiro apenas realiza empréstimos e financiamentos para os capitalistas ou para o Estado. Ainda segundo o autor, esse tipo de investimento é responsável por drenar grande parte do valor produzido nessas economias para os países centrais, na forma de lucro ou juros (MARINI, 2012, p. 26).

Visto que o Estado e o capital estrangeiro exercem um papel preponderante na economia dependente, Marini afirma que "o ciclo econômico da economia dependente, as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com o exterior e é suscetível em ampla medida a ser influenciado pelo Estado" (MARINI, 2012, p. 26).

Ainda na primeira fase de circulação do capital o autor indica que é necessário considerar para a análise do seu ciclo o processo de aquisição dos meios de produção e da força de trabalho. Tem-se que o primeiro elemento, ou seja, os meios de produção que são constituídos pelos equipamentos, maquinarias, terra etc, são adquiridos não só no país de origem, mas também no exterior, enquanto a força de trabalho é constituída majoritariamente pelos trabalhadores nacionais (MARINI, 2012).

O autor afirma que essa necessidade de importação dos meios de produção contribui para que parte da mais-valia produzida seja transferida para o exterior como forma de pagamento por essa aquisição. Essa situação, embora não seja uma característica particular dos países dependentes se apresenta de forma mais intensa nessas economias:

> A aquisição de meios de produção no mercado mundial não é por si só uma característica da economia dependente. Nenhum país capitalista, nenhuma economia em geral vive hoje isolada. O que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que essa característica adquire e o fato de que ela responde a própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital (MARINI, 2012, p. 27).

Cabe colocar a indicação do autor de que além dessa transferência de valor operada pela aquisição de meios de produção, ainda predomina a transferência de valor pela dependência tecnológica que implica na necessidade de importação de conhecimento para operação e manutenção dos equipamentos.

Em síntese, pode-se concluir que o ciclo do capital, em sua primeira fase de circulação, encontra-se duplamente dependente em relação ao exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro, quanto ao capital mercadoria (MARINI, 2012, p. 28).

Percebe-se que ao desenvolver o primeiro ciclo do capital, ou seja, o primeiro momento da circulação, que Marini apresenta seus elementos tendo como base o primeiro ciclo do capital desenvolvido por Marx denominado por ele de capital monetário. Apesar dessa diferença nas terminologias, verifica-se que Marini procura investigar nesse ciclo os elementos que Marx aponta como parte desse processo que é à entrada do capital dinheiro que realiza a compra dos meios de produção e da força de trabalho.

Ao tratar do segundo ciclo do capital, definido como o momento da produção e da acumulação, haja vista que esse é o momento onde se produz a mais-valia, Marini (2012, p. 28) nos indica que este é determinado pelo ciclo anterior, ou seja, pelo ciclo da circulação. Para o autor, embora nesse momento a origem do capital seja apagada, a forma como a primeira fase se realiza determina e condiciona o processo de produção:

> Isso significa que, a partir das condições geradas na primeira fase da circulação, a concentração do capital se acentua, por circunstâncias próprias à esfera da produção em si. As empresas que operam em condições privilegiadas e obtêm sistematicamente uma mais-valia extraordinária concentram porções cada vez maiores da mais-valia produzida e, por conseguinte, do capital que é investido na economia dependente, por meio do que adquirem uma posição de dominância indiscutível (MARINI, 2012, p. 28).

Segundo Marini, o processo acima descrito, que provoca a **concentração** do capital, refere-se ao desnível tecnológico entre os países dependentes e os países avançados que acaba por gerar uma diferença substancial no lucro adquirido entre esses capitalistas. Essa disparidade na obtenção do lucro relaciona-se ao fato de que o avanço dos meios de produção, ou seja, o avanço tecnológico permite a diminuição dos custos de produção, proporcionando ao capitalista que possui essa inovação tecnológica a obtenção de um lucro extraordinário frente aos demais capitalistas que não contam com o desenvolvimento de suas forças produtivas.

Nesse sentido, Marini indica que o avanço tecnológico que acaba por proporcionar o menor custo de produção pode provocar também a "**centralização** brutal do capital mediante a absorção dos capitais menores pelos maiores, devido à incapacidade dos primeiros para fazer frente à concorrência" (MARINI, 2012, p. 30).

Ainda segundo o autor essa situação de centralização é provocada pela quebra das empresas menores que são obrigadas a vender seus produtos a preços inferiores ao seu custo

diante da redução do valor das mercadorias, que passam a ser representados de acordo com o custo de produção das empresas que apresentam grande avanço tecnológico.

Afirma-se que essa indicação do autor a respeito do processo de concentração e centralização do capital, encontra-se respaldada no desenvolvimento de Marx que afirma que esses mecanismos são desenvolvidos amplamente a partir do desenvolvimento das forças produtivas.

Continuando sua reflexão, Marini afirma que a partir dessa situação de concentração e centralização e tendo como base as constantes transferências de mais-valia que as empresas médias e pequenas estão sujeitas, além da baixa capacidade de obtenção de lucros, ocorre uma reação dessa fração da classe capitalista com o intuito de compensar essa perda:

> Essa reação consiste em, diante da sangria crescente de sua mais-valia, e dada a impossibilidade de detê-la mediante o aumento da produtividade do trabalho, tais empresas médias e pequenas tratarem de recompor sua taxa de lucro através da elevação da taxa de mais-valia, obtida à custa de – sem variação significativa na produtividade – extrair mais trabalho não remunerado de seus operários (Marini, 2012, p. 30).

Segundo o autor, essa extração de mais trabalho não remunerado liga-se ao processo de aumento da intensidade, do prolongamento da jornada de trabalho e do rebaixamento salarial. Todas essas condições ligam-se ao fato de que "a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor e, por conseguinte, dá-se uma superexploração dos trabalhadores" (MARINI, 2012, p. 30).

Em relação a essa condição de superexploração, é importante mencionar a indicação de Marini de que essa situação prevalece historicamente diante das difíceis condições de reinvindicações da classe trabalhadora, que sofre tanto com os fatores extraeconômicos, derivados da ação do Estado, quanto pela formação do Exercito Industrial de Reserva - EIR que ameaça o setor empregado e ainda força os salários para baixo do seu valor.

Cabe apontar, segundo as indicações de Marini, que o outro efeito ainda presente na fase da produção na economia dependente é a subordinação, que faz com que a produção seja muitas vezes imposta ao invés de ser um desdobramento das necessidades internas. Essa condição, segundo o autor (2012, p. 32) faz com que sejam importados para os países dependentes produtos que não atendem as necessidades da sua massa consumidora e muito menos da classe trabalhadora.

A última fase do ciclo do capital, denominada como a segunda fase da circulação é compreendida como o momento em que a mercadoria entra no mercado buscando sua troca por dinheiro. Segundo Marini, nesse momento em que a mercadoria circula ela apresenta três

categorias fundamentais, quais sejam: bens de consumo necessários, bens de consumo suntuários e bens de capital (MARINI, 2012, p. 32).

No desenvolvimento da ultima fase do ciclo do capital percebe-se que Marini articula o desenvolvimento marxiano referente ao último ciclo do capital, denominado de ciclo do capital-mercadoria com os esquemas de reprodução, haja vista que ao estudar a produção total divide a sociedade em dois setores: meios de produção e meios de consumo, que por sua vez é dividido em meios de consumo de subsistência e meios de consumo de luxo.

Ao desenvolver esse ciclo, Marini indica que bens de consumo necessários, também conhecidos como bens salários são os bens consumidos pelos trabalhadores e burgueses. No entanto, o autor adverte que se deve ter em vista que esses bens não devem ser ligados somente às necessidades de subsistência, bastando que sejam consumidos ordinariamente pelos trabalhadores para serem considerados como tal. Dado essa condição, Marini defini esses bens como "aqueles que entram na composição do consumo dos trabalhadores e determinam, portanto, o valor de sua força de trabalho" (MARINI, 2012, p. 32).

Ao definir que os bens da classe trabalhadora não podem se constituir apenas de bens de subsistência, Marini apoia-se novamente nas indicações de Marx que afirma que a necessidade de consumo dessa classe não é posta somente por esses bens, bastando que seja parte do consumo dos trabalhadores por "força do costume", ou seja, uma determinação social (MARX, 2014, p. 507).

A segunda categoria de mercadorias apontada pelo autor refere-se aos bens suntuários que são entendidos como as mercadorias que podem ser necessárias, mas que não chegam a ser um item significativo do ponto de vista análise. Sendo assim, o autor defini esses bens como aqueles que não fazem parte do consumo ordinário dos trabalhadores (MARINI, 2012, p. 32).

Segundo Marini, a terceira categoria de mercadorias, constituída pelos bens de capital diz respeito a matérias-primas, bens intermediários e máquinas que servem para a produção tanto dos bens de consumo, como dos bens de capital (MARINI, 2012, p. 32).

Embora esses bens de capital seja a base para a produção dos bens de consumo, Marini afirma que nas economias dependentes essa posição se apresenta de forma contraditória, uma vez que nesses países se predomina a produção de bens de consumo diante da oferta externa de bens de capital. A referida situação constitui-se para o autor como mais uma expressão da agudização das contradições inerentes ao modo de produção capitalista (MARINI, 2012, p. 33).

Ao tratar da realização do ciclo do capital em sua segunda fase de circulação e assim da possibilidade de realização das vendas das mercadorias produzidas, Marini indica que a superexploração da força de trabalho acarreta na "redução da capacidade de consumo dos trabalhadores e restringe a possibilidade de realização desses bens" (MARINI, 2012, p. 33)

Outro fator que segundo o autor contribui para a redução do mercado interno são as constantes transferências de mais-valia para o exterior. Deve-se considerar ainda que a parte da mais-valia que fica no interior da economia dependente deve ser divida em duas partes, uma que se orienta para a acumulação e outra que aparece como o rendimento do capitalista, sendo que somente está ultima é direcionada para a aquisição de bens para o consumo individual dessa classe, contribuindo em parte para a realização das mercadorias produzidas no âmbito do mercado interno (MARINI, 2012).

Ao afirmar que a parte da mais-valia que fica no interior da economia dependente deve ser dividida em duas partes, uma que vai para o consumo do capitalista e outra que deve ser reinvestida no processo de produção, é importante indicar que Marini realiza essa análise tendo em vista o processo de reprodução em escala ampliada desenvolvido por Marx, que afirma que parte da mais-valia é direcionada para o consumo dos capitalistas, servindo para a realização de parte da produção, e a outra parte é reinvestida novamente no processo de produção, como uma condição para a acumulação em escala ampliada que indica que o capitalista consegue produzir mais mais-valia com base na mais-valia criada pela exploração da força de trabalho.

Diante dessa dificuldade de realização das mercadorias produzidas no interior da sua economia, determinado tanto pela superexploração da força de trabalho, quanto pelas transferências constantes de mais-valia para o exterior, Marini afirma que os países da América Latina precisam deslocar parte da sua circulação de mercadorias em direção ao mercado mundial através das exportações (MARINI, 2012).

Desse modo, o autor considera que o processo de circulação, produção e circulação do capital da economia dependente são intrinsicamente relacionados, estruturando uma dinâmica própria no ciclo do capital nessas economias:

> Resumindo, poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas, o papel que joga o capital estrangeiro na primeira fase da circulação, tanto sob a forma dinheiro como sob a de mercadoria, assim como o fato de que a produção determina transferências de mais-valia (que se farão visíveis na segunda fase da circulação), fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho. Esses fatos levam à concentração do capital e a monopolização precoce, ao mesmo tempo que divorciam a estrutura da produção das necessidades de consumo das massas. A distorção na distribuição da renda que daí se origina dinamiza, na segunda fase da

> circulação, o setor do mercado capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos de produção suntuária, forçando o agravamento dessa distorção à medida que tais ramos aumentam sua produção e demandam mais mercado. Os limites com que se choca essa segunda fase da circulação, tanto pela transferência de mais-valia ao exterior como pela deformação da estrutura da renda interna, empurram-na em direção ao exterior, levando-a a buscar a realização de partes das mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior (MARINI, 2012, p.35)

Assim, o autor afirma que a configuração do ciclo do capital na economia dependente apresenta uma estrutura que tende a fazer com que esse ciclo se perpetue, ou seja, tem em vista permitir que a dinâmica da dependência seja sempre mantida através da troca desigual em que os países periféricos tenham sempre que transferir parte de sua mais-valia para os países centrais com base na superexploração da força de trabalho.

2.6 Os esquemas de reprodução do capital e o processo de acumulação

Outra indicação essencial para compreender o ciclo do capital nas economias dependentes relaciona-se as indicações de Marini a respeito dos esquemas de reprodução do capital, haja vista que, ao ser analisado a luz da teoria do valor, da mais-valia e da sua ligação com a tendência à queda da taxa de lucro, ele permite compreender o movimento da reprodução do capital em análises concretas (MARINI, 1979).

Segundo Marini, é fundamental retomar os esquemas de reprodução desenvolvidos por Marx, visto que é notável o desequilíbrio intersetorial nas economias latino-americanas, onde se predomina a produção de bens suntuários de capital estrangeiro em detrimento da produção de bens de consumo necessários e de bens de capital (MARINI, 1979).

No desenvolvimento da interpretação desse esquema, Marini nos indica que a preocupação marxiana era resolver a contradição existente entre o valor e o valor de uso. Nesse sentido, ao se preocupar em como se repõe a base do produto anual do valor do capital absorvido pela produção e como se entrelaça esse movimento de reposição com o consumo dos trabalhadores e capitalistas, Marx considera o valor sob sua forma natural de meios de produção e meios de consumo e considera esse valor com intina conexão com o valor de uso. Essa relação entre valor e valor de uso, é entendida quando se considera que as mercadorias (valores de uso) devem ser trocadas por seus equivalentes de valor (MARINI, 1979, p. 11).

Para desenvolver essa investigação acerca da participação do consumo na reposição do produto anual, e como esse movimento se entrelaça com a produção dos setores capitalistas, é importante relembrar que Marx divide a produção social nos seguintes setores:

Setor I – produção de meios de produção;
Setor II – produção de meios de consumo;
Subsetor IIa – produção de meios de consumo necessários;
Subsetor IIb – produção de meios de consumo de luxo.

Para utilizar os esquemas de reprodução de Marx na análise da realidade concreta, Marini indica que ele realiza uma importante modificação no suposto de Marx que para investigar os esquemas de reprodução do capital, supõe sempre a mesma produtividade, duração e intensidade do trabalho, não variando a composição orgânica do capital, o grau de exploração e a relação básica de distribuição[17] (MARINI, 1979).

Segundo Marini, as mudanças na produtividade e na intensidade do trabalho modificam a taxa de mais-valia de forma diferente ao se tratar de um capital individual ou de um ramo de produção. Nesse sentido, o autor nos indica que no nível do capital individual tanto a maior produtividade, quanto a maior intensidade do trabalho provocam a produção de mais-valia extraordinária, sendo que o aumento da produtividade não necessariamente provoca a superexploração da força de trabalho, enquanto o aumento da intensidade tende a produzir a superexploração, uma vez que a elevação da intensidade do trabalho pode subir o valor da força de trabalho e este valor tende a não ser repassado ao trabalhador (MARINI, 1979).

No que diz respeito aos ramos de produção, Marini nos indica que o aumento da produtividade só produz mais-valia extraordinária se o ramo em questão pertencer ao subsetor IIb ou ao ramo de produção que produz meios de produção para esse setor. Sendo que, se o aumento da mais-valia acontecer pelo aumento da intensidade do trabalho, a possibilidade da mais-valia extraordinária acontece para qualquer setor (MARINI, 1979, p. 17).

O autor também nos indica que se o aumento da intensidade e da produtividade do trabalho acontecer no setor I e no subsetor IIa, acontece uma mudança em toda a economia e na sua relação básica de distribuição (e, portanto, no grau de exploração) onde a mais-valia extraordinária da lugar a produção da mais-valia relativa. No entanto, se o aumento da produtividade e da intensidade do trabalho acontecer somente no setor IIb, não se modifica a relação básica de distribuição no conjunto da economia, embora esse setor possa alterar a

[17] Considera-se fundamental advertir que a alteração proposta por Marini (1979) para verificar a possibilidade de utilização do esquema de reprodução em analises concreta não questiona a problematização colocada por Marx no desenvolvimento do esquema de reprodução capital, uma vez que o autor sinaliza que Marx precisou realizar esse movimento de abstração para o objetivo que se propunha.

repartição da mais-valia pela obtenção de uma mais-valia extraordinária (MARINI, 1979, p. 17).

Baseando-se nessas considerações, Marini nos indica como acontecem as mudanças nas relações intersetoriais de acordo com o aumento da produtividade dos diferentes setores e subsetores de produção. Ao apresentar o incremento da mais-valia no setor I, o autor nos indica que esse aumento, decorrente do aumento da produtividade e da intensidade do trabalho, aumenta a massa de valor de uso produzida por esse setor, mas não modifica o seu valor. Uma vez que a massa de valor de uso foi ampliada, considera-se que aumenta também a escala de acumulação e o valor do capital constante disponível nos subsetores IIa e IIb, embora não na mesma proporção (MARINI, 1979).

Caso o mercado de IIa e IIb não se expanda no ritmo do crescimento do seu capital constante, a massa de valor realizada pode ser inferior ao valor produzido, o que segundo Marini provoca não só a pressão para o setor I reduzir o valor do seu capital constante, como também pode fazer com que os capitalistas do subsetor IIa e IIb migrem para o setor I, diante da expectativa de maiores taxas de lucro. Essa migração, no entanto, faz com que ocorra uma nivelação das taxas de lucro, desaparecendo o lucro extraordinário do setor I (MARINI, 1979).

Outro movimento que pode acontecer quando se assiste ao incremento da produção de valores de uso no setor I é o crescimento do mercado para o setor II. Esse crescimento, no entanto, é mais importante para o subsetor IIb, dado que o capital variável, no melhor dos casos, permanece constante no setor I. Assim, pode-se afirmar que a partir do crescimento do mercado, percebe-se que o lucro extraordinário do setor I, que é destinado para o consumo improdutivo dos capitalistas, consome as mercadorias do setor IIb, permitindo que esse subsetor também amplie o seu mercado. Somente após essa dinâmica, onde os lucros de I e IIb dão lugar a ampliação da escala de acumulação que o subsetor IIa e os ramos do setor I que produzem para ele, pode com atraso e de forma subordinada se integrar ao movimento expansivo do capital, eliminando portanto, o lucro extraordinário de I:

> Una observación: es evidente que, como la plusvalía se acumula en cualquier sector, el incremento de la plusvalía de I puede destinarse a la acumulación en II, lo que asegura no solo la realización del producto c, sino que también podría teóricamente compensar, por el aumento de v en II, la reducción relativa de v en I. Pero esto sólo se dará si la plusvalía incrementada, al convertirse en capital excedente en el sector I, presiona hacia la baja la cuota de ganancia (del mismo modo como pasaría con la que emigra de II) y tiende a nivelarla con la del sector II. (MARINI, 1979, p. 20)

Nesse sentido, para expandir o seu mercado o setor I precisa garantir a ampliação da escala de acumulação para toda a economia, assegurando desse modo o seu crescimento e a

realização das massas de mercadorias produzidas, no entanto, isso só acontece na medida em que ocorre a tendência à nivelação da taxa de lucro e se elimina a sua mais-valia extraordinária.

Ao tratar do incremento da mais-valia no subsetor IIa, Marini afirma que esse setor não apresenta condições de sustentar a produção de mais-valia extraordinária tendo em vista o seu movimento: segundo ele, o incremento da mais-valia no setor IIa vem acompanhado de uma massa maior de mercadorias, que se não for seguida de uma diminuição de seu valor não permite um crescimento do consumo por parte do setor I e do subsetor IIb já que manteve constante nesses capitais a participação do capital variável. Coloca-se ainda que a demanda por essas mercadorias sejam reduzidas dentro do próprio setor, que sofre com a redução da participação do capital variável na composição do seu produto diante do incremento da produtividade. O autor afirma que esse impasse seria resolvido, assim como no caso do setor I, seja pela redução do valor e dos preços individuais das mercadorias de IIa, seja pela migração de capitais de I e IIb para o subsetor IIa (MARINI, 1979, p. 20).

Supondo o aumento da mais-valia no setor IIb, Marini nos indica que diferente do setor IIa é possível que esse setor mantenha o valor individual das suas mercadorias, já que a sua demanda é derivada da mais-valia. Nesse sentido, ao transferir em menor medida o aumento da produtividade para os preços das mercadorias, se comparado ao setor I e ao subsetor IIa, afirma-se que o subsetor IIb estabelece com os demais um relação que implica na transferência intersetorial de mais-valia, via preços, semelhante ao movimento do intercambio desigual, que permite a esse setor a obtenção de mais-valia extraordinária. Ao provocar essa transferência de mais-valia entre os setores, a massa de lucro do setor I e do subsetor IIa é reduzida, sendo o que ramo de produção do setor I que produz para o setor IIb pode se ressarcir dessa perda recorrendo também a mais-valia extraordinária (MARINI, 1979).

O resultado desse movimento de incremento da mais-valia pelo aumento produtividade do trabalho e a possibilidade do subsetor IIb apresentar um crescimento exponencial em relação aos demais setores e subsetores pela obtenção da mais-valia extraordinária é acentuada em países onde se predomina a superexploração da força de trabalho, onde se combina salários baixos e lucros elevados.

2.7. Ruptura do ciclo do capital

Uma vez exposto os fatores a serem analisados no ciclo do capital na economia dependente, assim como o movimento de acumulação de acordo com os setores de produção e sua produtividade, apresenta-se como Marini desenvolveu a perspectiva de ruptura do ciclo do

capital nas economias dependentes, que sendo estruturada a partir da superexploração da força de trabalho apresenta marcas singulares.

Conforme desenvolvido nos itens anteriores, os países dependentes foram chamados para contribuir e viabilizar o desenvolvimento da economia capitalista mundial pelo fornecimento de alimentos e matérias-primas industriais com preços deteriorados, tendo que transferir grande parte de sua mais-valia produzida para os países centrais. Com a intenção de compensar essa perda de valor, afirmou-se também que os países dependentes lançaram mão da superexploração da força de trabalho como um elemento estrutural para viabilizar a sua inserção na dinâmica de acumulação capitalista.

Nesse sentido, tendo em vista que a produção dos países latino-americanos de alimentos e matérias-primas industriais era redirecionada para atender as demandas do mercado externo, não se considerava como necessário o consumo dos trabalhadores para a realização das mercadorias, viabilizando desse modo a superexploração da força de trabalho.

Ao não depender da capacidade de consumo interna para a realização de sua produção, Marini afirma que no interior dos países dependentes ocorre uma "separação de dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias". Dado essa separação, o autor ainda indica que surge no cerne dessas sociedades uma das contradições do modo de produção capitalista, que ao mesmo tempo em que coloca os trabalhadores como fundamentais na compra de mercadorias, tende a reduzir ao máximo o valor da sua força de trabalho (MARINI, 2011, p. 155).

Conforme Marini (2011), apesar dos países dependentes não dependerem do consumo interno para a realização de sua mercadoria, a superexploração da força de trabalho interfere diretamente na determinação da sua taxa de mais-valia. Nesse sentido, dado o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores, em favor da exportação para o mercado externo, assiste-se ao incremento dos lucros capitalistas dos países dependentes que desenvolvem expectativas de consumo que precisam ser satisfeitas por meio das importações.

Vale mencionar que essa indicação de Marini relaciona-se ao desenvolvimento de Marx no que se refere à redistribuição da renda nacional, tendo em vista que o autor afirma que o mais-valor do capitalista é determinado de acordo com o tempo socialmente necessário à subsistência do trabalhador. Assim, haja vista que nas economias dependentes predomina a superexploração da força de trabalho, ou seja, uma violação no seu valor o que contribui diretamente para o aumento da massa de mais-valia apropriada e ainda possibilita o aumento do consumo dos capitalistas desses países.

Segundo o autor, essa dinâmica provoca uma estratificação do mercado interno, uma vez que a produção dos meios de subsistências dos trabalhadores era proveniente da produção interna, enquanto os bens de consumo da classe capitalista eram adquiridos por meio das importações:

> A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera "baixa", onde se encontram os trabalhadores — que o sistema se esforça por restringir —, se baseia na produção interna, a esfera "alta" de circulação, própria dos não-trabalhadores — que é aquela que o sistema tende a ampliar —, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação (MARINI, 2011, p. 157/158).

Desse modo, o autor indica que esse movimento de exportação e importação entre a América Latina e os países europeus baseava-se numa suposta harmonia, haja vista que os países latino-americanos ao mesmo tempo em que exportavam matérias-primas e alimentos, importavam também bens de consumo manufaturados europeus, encobrindo a "dilaceração da economia latino-americana, expressa pela cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas" (MARINI, 2011, p. 158).

Ao ser desencadeado o processo de industrialização latino-americana, decorrente da crise da economia capitalista mundial, Marini afirma que suas bases foram criadas pela economia de exportação que, sendo estruturada pela contradição da ruptura do ciclo do capital e da superexploração da força de trabalho, incidiu de maneira decisiva no curso dessa industrialização latino-americana, que foi radicalmente diferente da industrialização da economia clássica (MARINI, 2011, p. 160).

Nesse sentido, dado as especificidades do desenvolvimento latino-americano, o autor afirma que a sua produção industrial aconteceu de maneira diversa da industrialização dos países centrais, que apresentavam a formação do mercado interno como contrapartida da acumulação do capital ao permitir que os trabalhadores fossem consumidores das mercadorias produzidas:

> A possibilidade que tem o capitalista industrial de obter no exterior, a preço baixo, os alimentos necessários ao trabalhador, leva a estreitar o nexo entre a acumulação e o mercado, uma vez que aumenta a parte do consumo individual do operário dedicada à absorção de produtos manufaturados. É por isso que a produção industrial, nesse tipo de economia, concentra-se basicamente nos bens de consumo popular e procura barateá-los, uma vez que incidem diretamente no valor da força de trabalho e portanto — à medida que as condições em que se dá a luta entre os operários e os patrões tende a aproximar os salários desse valor - na taxa de mais-valia. Vimos que essa é a razão fundamental pela qual a economia capitalista clássica deve se orientar para o aumento da produtividade do trabalho (MARINI, 2011, p. 161).

O autor ainda afirma que ao desenvolver a acumulação com base no aumento da produtividade do trabalho, o capitalista tem como resultado o aumento de sua mais-valia que em parte não é destinada ao processo de acumulação. Esse montante não acumulado permite que os capitalistas dos países industriais impulsionem a produção de bens manufaturados, assim como a produção de artigos supérfluos. Ao descrever essa dinâmica, Marini afirma que a circulação tende a se dividir em duas esferas, de maneira similar a economia latino-americana, mas com uma diferença substancial:

> a expansão da esfera superior é uma consequência da transformação das condições de produção e se torna possível à medida que, aumentando a produtividade do trabalho, a parte do consumo individual total que corresponde ao operário diminui em termos reais. A ligação existente entre as duas esferas de consumo é distendida, mas não se rompe (MARINI, 2011, p. 161).

Outro fator indicado por Marini para impedir a ruptura do ciclo do capital nas economias centrais é a forma como se ampliou a economia mundial. Segundo o autor, dado a limitação da produção de bens supérfluos, a ampliação da produção desses bens só poderia ser realizada quando essas mercadorias mudassem o seu caráter, ou seja, se transformassem em produtos de consumo popular no interior da própria economia industrial (MARINI, 2011).

No que diz respeito ao processo de industrialização latino-americana é importante a indicação do autor de que ele só foi possível mediante fatores externos como, por exemplo, a partir da crise do capitalismo internacional, que vigente no período entre guerras, deslocou o eixo da acumulação desses países para o setor industrial. Cabe apontar que essa crise internacional, limita não só a produção para o mercado externo, mas também faz com que a esfera da alta circulação interna (produção das mercadorias de luxo destinadas aos capitalistas) que contava com a oferta de bens manufaturados de consumo externos, fosse obrigada a deslocar seu centro de gravidade para a produção interna (MARINI, 2011, p. 159).

Tendo em vista que esse processo aconteceu sobre as bases da economia exportadora e de maneira distintas da industrialização dos países centrais, Marini reafirma que ela não apresentava o consumo dos trabalhadores como uma necessidade do seu processo de circulação, permitindo que esse consumo sofresse uma compressão permanente.

Conforme Marini, no inicio da industrialização latino-americana a participação dos trabalhadores era insignificante, haja vista que a demanda das mercadorias produzidas era muito superior à oferta e ainda pelo fato de que, mesmo que houvesse um equilíbrio entre oferta e demanda essa estabilidade não resultaria numa ampliação do mercado de imediato, mas na possibilidade do capitalista, considerando a margem entre o preço de produção e o preço de mercado, ampliar a sua massa de lucro em função do aumento do preço das

mercadorias. No entanto, dado o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas desses países, que faz com que o preço de produção seja determinado fundamentalmente pelos salários, os capitalistas pressionam o valor da força de trabalho para baixo, que combinado com a intensificação e com o prolongamento da jornada de trabalho, permite a concentração de capital no setor industrial (MARINI, 2011).

Nesse sentido, dado que o processo de industrialização e a acumulação decorrente desse movimento se baseiam fundamentalmente na exploração da força de trabalho, o autor afirma:

> Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical (MARINI, 2011, p. 164).

Nesse sentido, Marini verifica que no período inicial do desenvolvimento da industrialização latino-americana a produção era independente das condições de salário dos trabalhadores. Um dos motivos apontados pelo autor relaciona-se ao fato de que a produção era composta por bens que entravam de maneira muito escassa ou até mesmo não entravam no consumo do trabalhador e por isso não determinavam o valor da sua força de trabalho. Nesse sentido, como a desvalorização das manufaturas não influenciavam na taxa de mais-valia, já que elas não compunham o valor da força de trabalho, os capitalistas não se preocupavam em desenvolver sua produtividade, mas apenas em depreciar o valor da força de trabalho por meio da maior exploração do trabalhador, reduzindo desse modo os salários para além do limite normal (MARINI, 2011, p. 164).

O outro motivo apresentado da produção latino-americana acontecer independente das condições dos trabalhadores relaciona com o fato de que oferta de mercadorias cresce a custa da redução do poder de compra dos operários, o que não é um problema para os capitalistas já que as manufaturas não são elementos essenciais para o consumo individual dos operários (MARINI, 2011, p. 165).

Embora a economia latino-americana não precisasse recorrer ao aumento da produtividade no período inicial do seu processo de industrialização, o autor afirma que em certa altura do seu desenvolvimento, quando se generaliza o consumo das manufaturas na economia clássica, ou seja, quando os bens supérfluos se converteram em bens de consumo popular, a economia industrial dependente é obrigada a desenvolver as suas forças produtivas.

Segundo Marini, a ampliação das condições de consumo das camadas médias, possibilitada pela mais-valia não acumulada, induz a um esforço para aumentar a produtividade, uma condição indispensável para baratear as mercadorias. O outro movimento que tenderia a ocorrer seria uma mudança qualitativa na base de acumulação do capital, que permitiria o operário também consumir bens manufaturados. No entanto, essa possibilidade de consumo dos trabalhadores é neutralizada tendo em vista a ampliação do consumo dos setores médios, que ao extraírem uma parte maior da mais-valia, induz a compressão do nível salarial (MARINI, 2011, p. 165).

Com o avanço da industrialização na América Latina, Marini afirma que se altera a composição das suas importações, que passam a se constituírem principalmente por matérias-primas, produtos semielaborados e ainda maquinários destinados para a indústria. No entanto, dado que o investimento em capital constante necessário para essa produção não era suficiente, os países dependentes tiveram de recorrer ao capital estrangeiro, que contavam com uma abundância de recursos que precisavam ser investidos, se tornando um financiador dos investimentos da indústria (MARINI, 2011).

Nesse mesmo período, Marini indica que se verificou nos países centrais um grande desenvolvimento do setor de bens de capital, fazendo com que essas economias estimulassem a industrialização com o proposito de criar mercado para a sua indústria pesada e ainda para exportar para a periferia equipamentos e maquinários já obsoletos. Nesse sentido, o autor ainda afirma que a industrialização latino-americana corresponde a uma nova DIT, já que são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial enquanto os grandes centros se dedicam a atividades industriais mais avançadas (MARINI, 2011, p. 167).

Segundo o autor, o desenvolvimento tecnológico nas sociedades dependentes assume um caráter peculiar nessas formações, visto que o aumento da produtividade decorrente do aumento do progresso tecnológico provoca a diminuição dos trabalhadores produtivos, ao mesmo tempo em que aumenta a população que se dedica as atividades não produtivas, ou seja, ao setor de serviços (MARINI, 2011, p. 168).

Ao se estruturar em uma sociedade que se baseia na maior exploração dos trabalhadores, afirma-se ainda que “o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real” (MARINI, 2011, p. 169).

A esse respeito, ainda considera-se importante a afirmação do autor de que contribui para a desvalorização do valor da força de trabalho o fato de que a produção industrial seja voltada para converter sua produção em consumo popular nos países avançados, mas jamais

nas sociedades dependentes, onde prevalece um abismo entre o nível de vida dos trabalhadores e a classe capitalista e média desses países.

Ao considerar que o desenvolvimento da produtividade aconteceu de maneira intensa na produção de bens supérfluos, que não correspondiam aos bens de consumo dos trabalhadores, Marini afirma que o desenvolvimento industrial latino-americano não contribui para aumentar a sua taxa de mais-valia. Essa condição é posta diante da indicação marxiana de que para acontecer à diminuição do valor da força de trabalho, por meio do aumento da produtividade, é necessário que essas forças produtivas incidam na produção dos bens de consumo que são necessários para a reprodução da força de trabalho, permitindo desse modo diminuir o seu valor e aumentar a taxa de mais-valia apropriada.

Nesse sentido, Marini afirma que haja vista que o desenvolvimento das forças produtivas ficou concentrado na produção de bens supérfluos, os capitalistas continuaram a sustentar a sua produção baseando-se na maior exploração dos trabalhadores, para garantir não só a acumulação de capital, mas também o seu consumo que é realizado mediante a massa de valor apropriada:

> A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor — e portanto de mais-valia — que da taxa de mais-valia (MARINI, 2011, p. 169).

O autor ainda afirma que ao se concentrar na produção de bens supérfluos, o desenvolvimento tecnológico acabaria por provocar grandes problemas de realização que, no entanto, foram solucionados pela intervenção do Estado que não só viabilizou a acumulação por meio de subvenções financeiras, como também contribui por meio da inflação, para diminuir o consumo dos trabalhadores. Essas medidas, ao diminuir ainda mais o consumo dos bens necessários, faz com que esse setor apresente uma estagnação em relação ao setor que é orientado para a produção de bens supérfluos, que inclusive apresentam elevadas taxas de crescimento (MARINI, 2011, p. 170).

O autor ainda nos indica que a separação entre essas duas esferas de circulação é uma condição posta pela dinâmica capitalista, “uma vez que a compressão do nível de vida das massas trabalhadoras passa a ser a condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais-valia” (MARINI, 2011, p. 170).

É importante a indicação de Marini de que, embora a ampliação da esfera alta de consumo no interior da economia seja fundamental para a realização da dinâmica capitalista, que ela encontra limites ao ser resultado da superexploração da força de trabalho. Nesse

sentido, visto que a economia dependente não estendeu aos trabalhadores o consumo da produção interna ela teve de recorrer não só a formação de um EIR, mas também foi obrigada a restringir aos capitalistas e camadas médias altas a realização de bens supérfluos (MARINI, 2011).

Segundo o autor, essa dinâmica própria das sociedades dependentes coloca a necessidade da economia latino-americana expandir sua produção para atender ao mercado externo, fazendo com que “a exportação de manufaturas, tanto de bens essências quanto de produtos, converte-se então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afligem”, trazendo de volta para a América Latina a ressureição do modelo da velha economia exportadora. (MARINI, 2011, p. 171)

CAPÍTULO 3 – TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

3.1 A dependência do contexto da globalização capitalista, segundo Marini

Exposta a dinâmica de conformação da TMD, assim como seus principais aportes a partir de Ruy Mauro Marini reafirma-se a importância de discutir esse referencial teórico para compreender as novas conformações da dependência latino-americana no contexto da globalização do capital.

Ao desenvolver as bases para a globalização capitalista, Marini afirma que ela está relacionada com o desenvolvimento de novos parques industriais que foram criados tanto a partir da inovação tecnológica dos países centrais, que transferiam equipamentos obsoletos para os países mais atrasados, quanto pela intervenção do Estado que buscou facilitar o investimento capitalista em seus territórios como, por exemplo, por meio da isenção de impostos, cessão de terrenos e construção de infraestrutura (MARINI, 2008a).

Ainda segundo o autor, diante da heterogeneidade tecnológica, posta por esse investimento apenas nos setores que produzem bens de consumo suntuários e bens de capital, ocorre uma agudização das transferências de mais-valia internamente através da definição dos preços de produção e ainda se acelera o grau de concentração nessas economias (MARINI, 2008a).

Considera-se ainda importante relembrar que esse movimento, como já indicado por Marini, também é responsável por transferir grande parte da mais-valia produzida dos países dependentes para os países centrais, dado a necessidade de pagamento por essa aquisição dos meios de produção e também pela necessidade de qualificação para a operação e manutenção desses novos equipamentos.

Ainda como parte desse movimento é importante mencionar a indicação de Marini de que o investimento preponderante na indústria de bens de consumo de luxo, que tem seu mercado amplamente restrito dado a superexploração da força de trabalho, provoca o surgimento das *crises* no interior dessas economias, que não tiveram alternativas senão a destinação de sua produção para o mercado externo. Esse movimento, no entanto, diante da ampla concorrência no plano internacional começou a ser prejudicado pelos mecanismos protecionistas, bloqueando dessa forma a circulação internacional de mercadorias e capitais, provocando a fragmentação do mercado mundial. (MARINI, 2008a)

É importante assinalar que ao se referir a relação entre as crises capitalistas e a restrição do consumo, que Marini apoia-se no desenvolvimento de Marx, quando esse autor

afirma que a razão de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição do consumo em contraste com o repentino desenvolvimento das forças produtivas (MARX, 2017, p. 541).

No que diz respeito a crise capitalista, Marini afirma que sua superação é percebida quando essa é revertida com o retorno dos investimentos produtivos nos países dependentes, situação que começa a ser alterada a partir do último terço dos anos setenta quando a revolução tecnológica provoca mudanças substanciais tanto nos níveis de emprego e remuneração, quanto na organização do capital e da força de trabalho. Segundo Marini, esse novo padrão econômico combinou crescimento econômico e aumento do desemprego diante da fraca resistência dos trabalhadores (MARINI, 2008a).

Ainda segundo o autor, essa nova fase é marcada por uma nova DIT onde a força de trabalho não é mais ocupada apenas diante do seu território nacional, mas de acordo com o mercado mundial, que conforma um amplo exercito industrial de trabalhadores.

Segundo o autor, essa situação é posta mediante o processo de segmentação de todo o processo produtivo, que se instala onde consegue obter maiores vantagens em relação tanto ao baixo valor da força de trabalho e dos meios de produção, quanto pelas vantagens oferecidas pelo aparato estatal. Essa situação, conforme já desenvolvido provoca não só as pressões para a redução do valor da força de trabalho, como também a precarização do trabalho que passa a ter sua jornada prolongada e ainda mais intensa.

Por sua vez, Marini nos indica que a expansão do comercio mundial implicou na necessidade de padronização das mercadorias, obrigando a difusão das tecnologias, principalmente as relacionadas com os processos de produção das mercadorias. Segundo o autor, essa propagação tecnológica foi responsável pela *homogeneização do processo produtivo*, ou seja, permitiu a igualação da produtividade e da intensidade do trabalho possibilitando assim a nivelação cada vez mais efetiva dos valores e, desse modo, a vigência cada vez mais acentuada da lei do valor (MARINI, 2008a).

Uma das consequências dessa homogeneização, é o aumento da importância do trabalhador no processo de valorização capitalista, na medida em que somente a maior exploração seja capaz de produzir uma massa maior de mais-valia para determinado capitalista diante da ampla concorrência a nível mundial. Essa maior exploração, pode apresentar-se pelo aumento da jornada de trabalho e/ou pelo aumento da intensidade, como também pela violação do valor da força de trabalho que pode se estender por toda a economia mundial:

> De este modo se generaliza a todo el sistema, incluso los centros avanzados, lo que era un rasgo distintivo - aunque no privativo - de la economía dependiente: la superexplotación generalizada del trabajo. Su consecuencia - que era su causa - es la de hacer crecer la masa de trabajadores excedentes y agudizar su pauperización, en el momento mismo en que el desarrollo de las fuerzas productivas abre perspectivas ilimitadas de bienestar material y espiritual a los pueblos (MARINI, 2008a, p. 267).

Essa afirmação de Marini, ao relacionar o aumento das forças produtivas com o aumento da agudização da pauperização dos trabalhadores, relaciona-se diretamente com a lei geral da acumulação capitalista desenvolvida por Marx, onde o autor afirma que quanto maior a riqueza social e o capital em funcionamento, maior serão também o EIR e a miséria da população. Vale ressaltar que sua afirmação correspondente a vigência mais acentuada da lei do valor, se relaciona com lei marxiana que indica que o único elemento capaz de criar valor seja o trabalho humano abstrato, o que diante da homogeneização do processo produtivo torna-se mais claro.

No que diz respeito a essa relação entre desenvolvimento das forças produtivas e aumento da exploração, é importante mencionar que Marini (2008a) afirma que não se trata de suprimir o desenvolvimento dessa produtividade, mas de distribuir de modo mais equitativo o resultado desse avanço como, por exemplo, pela redução da jornada de trabalho. Essa questão, no entanto, como diz o próprio autor, implica colocar sobre bases radicalmente distintas as formas de desenvolvimento econômico mundial.

Perante essa homogeneização do processo produtivo, em que a superexploração da força de trabalho torna-se uma alavanca e condição necessária para a obtenção das maiores taxas de mais-valia e de lucro, Marini afirma que a questão central é a luta da classe trabalhadora, que precisa assumir não só o controle da política econômica, como também a direção do Estado, que demostra uma incompetência em garantir a defesa da economia perante a política internacional:

> La incompetencia que están demostrando las clases dominantes latinoamericanas y sus Estados para promover la defensa de nuestras economías transfiere hacia los trabajadores la exigencia de tomar la iniciativa. La amenaza de desindustrialización que se cierne sobre la región, los rezagos que presenta el sistema educacional, y la insuficiencia de las políticas, científicas y tecnológicas, aunados a la falta de políticas centradas en el desarrollo económico, ponen a América Latina en la antesala de una situación caracterizada por la exclusión de amplios contingentes poblacionales respecto a las actividades productivas, por la degradación del trabajo y el deterioro de los patrones salariales y de consumo (MARINI, 2008a, p. 269).

Desse modo, o autor afirma a necessidade da classe trabalhadora tomar o poder do Estado que é exercido pelas classes dominantes e estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico compatível com a ampla universalização dos direitos da classe trabalhadora, haja vista a estreita relação entre as questões econômicas e o poder político. Para tanto, afirma o

autor, as bases da globalização que criaram a existência do proletariado internacional, permitem também a organização social dessa classe em um nível superior (MARINI, 2008a).

Exposto brevemente os fundamentos e ainda a configuração da dinâmica econômica mundial a partir da dinâmica de globalização capitalista, conforme analisado por Marini, que implicou na generalização da superexploração da força de trabalho, desenvolvem-se as principais contribuições de Jaime Osorio e Adrián Sotelo, haja vista que os apontamentos desses autores, a partir da TMD, buscam compreender a dinâmica econômica, política e as características estruturais que a dependência assume no interior das formações sociais na contemporaneidade.

Assim, analisar as formulações desses autores, significa verificar os aspectos que têm sido elaborados, no campo da TMD, para compreender a dinâmica atual do capitalismo e iniciar uma investigação acerca do seu potencial heurístico para enfrentar os desafios atuais da análise social e econômica.

3.2 Dependência no contexto da mundialização, segundo Jaime Osorio

Ao desenvolver o processo de mundialização do capital, Osorio afirma que dado que o sistema capitalista precisa se expandir, extensiva e intensivamente, para contrarrestar as tendências à queda da sua taxa de lucro considera-se necessário compreender as bases em que ocorre a mundialização[18] do capital, que não é algo inerente ao capitalismo, mas que também não é um fenômeno inédito, já que ela se relaciona com o processo histórico do seu desenvolvimento (OSORIO, 2014).

Nessa linha de argumentação, Osorio considera fundamental esclarecer os processos particulares que envolvem a mundialização e o imperialismo, que embora interdependentes e situados no nível do sistema mundial, dizem respeito a processos de natureza distintas:

> A existência de uma economia mundial – isto é, de "um sistema de relações de produção e de relações de troca correspondentes que abarcam a totalidade do mundo" – é uma condição para que emerja o imperialismo, noção que se situa como uma periodização particular dentro do processo de acumulação e reprodução do capital, em que se chegou ao predomínio do capital monopólico e, mais especificamente, do capital financeiro.
> A mundialização abarca, ao contrário, uma etapa particular do processo de constituição do sistema mundial e da necessidade do capital se apropriar extensiva e intensivamente do espaço nas diferentes fases do ciclo do capital. (OSORIO, 2014, p. 165)

[18] "Preferimos utilizar a noção de mundialização e não a de globalização, pois está última tende a enfatizar os processos de homogeneização do mundo (por exemplo, a chamada 'mcdonaldização' ou o modelo estadunidense de consumo), ignorando o elemento central: a manutenção ou aprofundamento da heterogeneidade entre economias e regiões em termos econômicos e políticos, processo que parte do campo produtivo e financeiro. Para os críticos da noção de mundialização, o capital – afirmavam – tem uma vocação mundial desde suas origens. No entanto, essa vocação se concretiza sob formas e modalidades diversas em diferentes etapas e momentos, o que não só permite como exige uma periodização. (...)" (OSORIO, 2014, p. 179)

Nesse sentido, o autor considera que a categoria do imperialismo apresenta a capacidade de permitir a leitura de processos centrais do capitalismo, como por exemplo, o grau de monopolização alcançado, as características e tendências do capital financeiro e sua relação com o capital produtivo.

No que diz respeito às bases da mundialização, Osorio (2014) afirma que elas estão relacionadas com a crise da economia mundial, que coloca a necessidade do capitalismo alcançar um novo ciclo de crescimento, acelerando e criando novas tendências para operar em escala planetária. Essas tendências, segundo o autor, estão relacionadas com os mecanismos já assinalados por Marx para contrarrestar a queda da taxa de lucro, como por exemplo, o aumento da exploração, afetando profundamente as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, e o processo de monopolização, acompanhado do fortalecimento do capital financeiro:

> A mundialização atua, portanto, como um processo que potencializa a vocação imperialista do capitalismo, agudiza as bases da luta de classes, da luta imperialista e das relações desiguais entre economias imperialistas e regiões e economias dependentes (OSORIO, 2014, p. 168).

A esse respeito, o autor afirma que o processo de mundialização foi impulsionado mediante o avanço da comunicação e dos transportes, que permitiram a multiplicação e aceleração das transações financeiras e movimentações de capital, bem como a circulação de mercadorias, o que tornou rentável a segmentação dos processos produtivos e a formação da chamada “fabrica mundial” (OSORIO, 2014).

Ainda como resultado do avanço da comunicação e dos transportes, Osorio menciona a criação de uma “densa rede de relações e de poder econômico e político” (2014, p. 198) que exerce uma função mediadora entre os Estados hegemônicos e os Estados das regiões periféricas e semiperiféricas:

> Se antes tal ingerência operava predominante de forma direta, de Estado para Estado, hoje está mediada (embora não anulada) por essa rede, gerando também maior capacidade de controle e de poder a partir dos centros hegemônicos sobre os centros subordinados e de todos eles sobre a semiperiferia e a periferia do sistema e estabelecendo novas bases para as alianças entre as classes dominantes de alguns territórios sobre outros (OSORIO, 2014, p. 199).

Diante dessa nova organização do sistema econômico, que se torna mundializado, Osorio indica que se percebem novas dimensões e características na dinâmica de reprodução do capital, que ao invés de ter seu ciclo (capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria) atrelado a uma região, passa a ser segmentado e realocado na economia mundial de acordo com os interesses capitalistas. Contudo, é importante a indicação do autor de que

isso não significa a desterritorialização do capital, já que essa nova etapa reafirma sobre novas bases a existência "de *núcleos espaciais privilegiados de acumulação* frente a vastos territórios em que predomina a *desacumulação*" (OSORIO, 2014, p. 170, itálico do autor).

Como o intuito de corroborar essa ideia de que o capital financeiro não sofre com a desterritorialização, Osorio (2014) nos indica a preeminência do capital financeiro estadunidense. No entanto, o autor destaca que embora esse país tenha a capacidade de atrair capital financeiro de todas as regiões, ele constrói uma distância crescente entre o capital produtivo e o capital financeiro e especulativo.

Nesse sentido, Osorio afirma que embora o processo produtivo seja fragmentado e realocado, o mais-valor é redirecionado para os países centrais que possuem o controle produtivo por meio das suas empresas multinacionais que possuem filiais em todo o mundo. O autor ainda afirma que essa segmentação do ciclo do capital dentro da economia mundial apresenta como principal fator a possibilidade de superexploração da força de trabalho e a aquisição de matérias-primas por valores deteriorados em determinados territórios:

> A existência de amplas regiões – as periféricas – onde o capital pode remunerar os trabalhadores abaixo do seu valor da força de trabalho, constitui um dos fatores que favorece a atual segmentação dos processos produtivos e os investimentos imperialistas, que buscam se aproveitar dos baixos salários e/ou das matérias-primas. Em qualquer caso, buscam a recuperação ou a manutenção de níveis apropriados da taxa de lucro (OSORIO, 2014, p. 171).

É importante sublinhar a indicação do autor de que, mesmo diante da conformação do processo de mundialização, as noções de centro e periferia (ou nações desenvolvidas e dependentes) continuam válidas, uma vez que predomina a capacidade de apropriação de valor dos países centrais em relação aos países dependentes ou periféricos.

Nesse sentido, Osorio (2014) rebate o desenvolvimento das noções de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo, onde se predomina a ideia de que algumas regiões encontram na frente das outras, mas que no final é possível que todas alcancem a posição de Primeiro Mundo. Essa ideia, segundo o autor, desconsidera as relações que ligam o desenvolvimento de uma nação com o subdesenvolvimento de outra.

Considera-se que essa indicação do autor reafirma a lei geral da acumulação capitalista desenvolvida por Marx e retomada por Marini em escala mundial, haja vista que o desenvolvimento econômico dos países centrais, e suas enormes taxas de lucro, contribuem diretamente para o aumento da exploração e da pobreza nos países dependentes.

Cabe afirmar que o autor não descarta a existência da pobreza nos países centrais, mas indica que existe uma diferença de magnitude nesse processo, haja vista a diferente

conformação das relações capitalistas no interior das sociedades centrais e dependentes. A esse respeito, o autor nos relembra que em determinado período de seu desenvolvimento os países centrais incorporaram o consumo dos trabalhadores como essencial no seu processo de reprodução, o que não aconteceu nos países dependentes, onde a produção era voltada prioritariamente para o mercado externo.

Continuando sua análise, Osorio afirma que o capitalismo se reproduz de maneira diferenciada nos países centrais e dependentes o que origina no interior dessas nações *formas sociais e políticas* também diferenciadas, que embora sirvam ao mesmo propósito de viabilizar a dinâmica econômica apresentam especificidades de acordo com a sua inserção mundial.

Nesse sentido, o autor afirma que antes de compreender o papel do Estado na viabilização da dinâmica econômica mundial, é indispensável esclarecer as diferenças entre Estado, Estado-nação e soberania, já que essas categorias permitem compreender a relação entre o poder estatal, o nível de sua soberania e a viabilização de determinado processo de acumulação por meio das transferências de valores entre nações:

> Estado é a condensação das relações de poder político que atravessam a sociedade mediante as quais determinados agrupamentos humanos (classes, frações e setores) impõem seus interesses, tanto por meios coercitivos quanto consensuais.
> Em um processo simultâneo à emergência do capitalismo, na Europa toma forma o Estado-nação, entidade que requer – entre seus elementos centrais – fronteiras estabelecidas para o exercício do poder político sobre um território e o controle dos meios de violência através do estabelecimento de exércitos permanentes e da polícia. A soberania plena, por fim, remete à capacidade estatal de decidir com autonomia no interior e para o exterior, sem condicionamentos estabelecidos por outros Estados ou entidades (OSORIO, 2014, p. 186).

Exposto a diferença entre essas categorias, o autor nos indica que na perspectiva de compreender a dinâmica dependente no contexto da mundialização é indispensável considerar a contradição em que se insere o aparato estatal e se mostra como essencial para a manutenção da "ordem" nessa conjuntura:

> O que importa destacar é que o capitalismo demanda um sistema mundial, mas historicamente essa vocação somente pôde ser levada a cabo sobre as bases do estabelecimento de espaços-fronteiras (os Estados-nação) que impulsionam e, ao mesmo tempo, limitam aquela vocação. *Esta é uma contradição inerente ao capitalismo e que hoje, na mundialização, atinge toda a sua expressão* (OSORIO, 2014, p. 175, itálico do autor).

Ainda a respeito dessa discussão, o autor nos esclarece que a tendência da ausência de soberania estatal não é resultado da etapa de mundialização, mas inerente à história do capitalismo, visto que sempre houve um "exercício desigual de soberania". Esse

reconhecimento, no entanto, não elimina a consideração do autor de que com o advento da mundialização, o exercício da soberania entre os países centrais e dependentes tenha se acentuado, o que também afetou os países centrais (OSORIO, 2014).

Por outro lado, o autor indica que é necessário considerar que nesse período surgiram tendências que parecem caminhar pelo caminho oposto, como por exemplo, pela criação de novos Estados nacionais (gestados após a queda do mundo socialista na Europa) e as lutas de "povos" e nações" que buscam seus reconhecimentos enquanto Estados (OSORIO, 2014, p. 178).

Embora essa sinalização, o autor afirma que a luta em torno da constituição de novos Estados nacionais ou Estado-nação não se mostram como suficientes para a garantia da soberania desses países, haja vista que mesmo depois desse processo, que também pode servir aos interesses dos países centrais, prevalece a lógica de subordinação das economias dependentes e periféricas em relação aos países centrais.

No que diz respeito à relação entre soberania e o poder político, é importante a sinalização de Osorio de que apesar da ausência do primeiro elemento, ainda prevalece o poder político dos Estados, posto que além de manter a ordem, ele ainda é responsável por viabilizar o atendimento dos interesses capitalistas não só dos países dependentes, como também dos centrais:

> De todo modo, as readequações vividas pelo Estado-nação não implicam um enfraquecimento do Estado em si mesmo, enquanto centro de poder político. Ao contrário, tanto no mundo imperialista quanto na periferia aqueles que detêm o poder se entrincheiram no Estado conseguindo assim que seus interesses possam ser apresentados como interesses "da nação" – quando não da humanidade -, e potencializando sua força para concretizá-los a partir do Estado (OSORIO, 2014, p.178).

No que diz respeito a esse poder político, o autor nos indica que ele só é forte no interior das sociedades dependentes porque os projetos da classe dominante desses países mantêm forte confluência com os interesses da classe dominante do mundo central, abdicando da construção de um projeto autônomo. Osorio ainda afirma que somente no período das duas guerras mundiais e da crise de 1929-1930, período em que a região central enfrentava dificuldades, que as classes dominantes latino-americanas conseguiram desenvolver um projeto autônomo de nação que, no entanto, com a reorganização do mundo sob a égide dos Estados Unidos, foi abandonado por essa classe que se uniu as iniciativas da burguesia central (OSORIO, 2014).

É importante sinalizar que essa condição de dependência não resulta apenas de fatores externos, mas também da dinâmica estabelecida no interior dessas próprias sociedades, haja

vista que as alianças com o capital internacional também se mostra vantajosa para o capital local que usufrui da exploração dos trabalhadores, explicando a contradição entre o aumento da concentração de renda nesses países, diante do empobrecimento da maioria da população (OSORIO, 2014).

Dado essas condições, o autor reafirma a necessidade do capital de manutenção dessa dialética que combina a *ausência da soberania estatal* com o *poder político forte* do Estado como uma necessidade para a expansão do capitalismo em escala mundial:

> Estado forte e Estado-nação fraco são as duas caras de um Estado que necessita de um poder político férreo e soberanias restringidas na organização política da periferia (OSORIO, 2014, p. 192, itálico do autor).

Nesse sentido, o autor indica que é inerente à dinâmica do capital o fortalecimento da política estatal, que inclusive é gerida por empresários que ocupam esse aparato para garantia dos seus interesses particulares, que são transformados muitas vezes em supostos interesses públicos.

Nesse sentido, Osorio nos indica que *"a atual etapa da mundialização expressa a neo-oligarquização dos Estados"* (2014, p. 197), haja vista que as classes dominantes ligadas aos bancos e as grandes industrias assumiram o poder político com o intuito de organizar o sistema mundial de acordo com os seus interesses. Como exemplo desse processo, o autor cita o papel do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que apesar de se proclamarem como entidades que se movem de forma autônoma em relação aos interesses estatais, percebe-se que sua política é voltada para atender prioritariamente os países centrais que além de contarem com mais recursos ainda são responsáveis por dirigir essas entidades.

Diante da exposição da relação estabelecida entre Estado, Estado-nação e poder político, Osorio nos indica a contradição dessa relação no marco da mundialização do capital:

> A mundialização reproduz assim a contradição que atravessa o capital entre o âmbito econômico e o âmbito político. A expansão econômica do capital, que busca apagar as fronteiras, se vê limitada no terreno político pela presença do Estado-nação, que fixa fronteiras. Mas este é apenas um aspecto da contradição. Ao mesmo tempo, a mundialização capitalista somente pôde alcançar os níveis atuais, e somente poderá seguir avançado, ao estar apoiada no Estado-nação, que poderá se redefinir, ampliando, por exemplo, os espaços "nacionais" a serem controlados, mas que manterá os traços essenciais que o definem como tal e, com isso, manterá as disputas entre Estados capitalistas (OSORIO, 2014, p. 200).

Desse modo, o autor afirma que as frações burguesas não buscam a fragilização, mas o fortalecimento do Estado, o que acontece de forma diferente nos países centrais ou dependentes e periféricos. Enquanto, nos primeiros predomina a busca pelo Estado-nação forte, que dita e impõe as regras do sistema capitalista mundial, no segundo, ou seja, nos

países dependentes e periféricos, onde a soberania é restrita, se busca um Estado mais eficiente em termos administrativos e políticos, com o fim de garantir não só a estruturação da economia de acordo com os interesses hegemônicos, mas também com o intuito de manter o controle sobre a classe trabalhadora (OSORIO, 2014).

Desse modo, o autor afirma que além das características já próprias de um Estado classista, os Estados dependentes ainda apresentam particularidades ligadas a sua condição de subordinação aos países centrais.

Como uma dessas particularidades dos países dependentes, o autor cita a debilidade da classe dominante que é subordinada aos interesses do capital internacional. Essa subordinação, como desenvolvido, não permite a criação de um projeto autônomo de desenvolvimento, haja vista que "*no capitalismo dependente todo projeto político soberano deve necessariamente assumir conotações anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, anticapitalista e popular*" (OSORIO, 2014, p. 206 itálico do autor).

Posto essa debilidade, o autor afirma a necessidade capitalista da atuação do Estado, não só como um ente que garante a ordem social, através de um forte poder político e por meio dos seus aparatos repressivos, mas também por meios de suas funções econômicas essenciais ao funcionar como um intervencionista que tem força para impulsionar os projetos hegemônicos.

3.3 Dependência no contexto da mundialização da lei do valor, segundo Adrián Sotelo

No seu processo de investigação da globalização-mundialização[19], Sotelo (2009) afirma que o eixo central que caracteriza a globalização é a lei do valor marxiana, ao descrever e explicar os processos de generalização do trabalho abstrato na sociedade capitalista contemporânea. Nessa perspectiva, ao defender que a globalização deve ser entendida a partir da Teoria do valor elaborada por Marx, o autor explicita:

> Isto supõe redefinir e adequar as funções de cada uma das formas que adota o capital no ciclo de reprodução – isto é, o *capital dinheiro*, o *capital produtivo* e o *capital mercadorias* – aos processos produtivos, industriais e agrícolas no contexto da Terceira Revolução Industrial sustentada na aplicação dos princípios da microeletrônica, da informática, das ciências dos novos materiais e da biotecnologia (SOTELO, 2009, p. 30, itálicos do autor).

[19] O autor junta os termos globalização e mundialização com um hífen, tendo em vista que: "busco indicar que o conceito anglo-saxão "globalização" não pode significar absolutamente nada se isolado do conceito marxista de origem francesa "mundialização", o qual não apenas vincula novas noções como internacionalização, ciclo do capital, lei do valor, taxa de lucro etc., mas também possibilita orientar a concepção marxista global em direção ao estudo dos fenômenos contemporâneos do capitalismo (SOTELO, 2009, p. 28).

A partir dessa consideração, Sotelo apresenta sua interpretação a respeito da nova dinâmica do capital inserido no contexto da Terceira Revolução Industrial, desencadeada após a Segunda Guerra Mundial e que se baseia no desenvolvimento de computadores e da robótica. Segundo esse autor, nessa "nova ordem internacional", o capital tende a diminuir seus ciclos de rotação do capital fixo, busca elevar sua produtividade e ainda obter lucros extraordinários (SOTELO, 2009).

Assim como desenvolvido por Marini (1996), Sotelo adverte que o mercado globalizado requer uma série de fatores para se expandir. Entre eles, deve-se citar tanto a simultaneidade da produção, que deve acontecer em várias partes do mundo, quanto o processo de subcontratação (*outsourcing*), que é a transferência de determinadas atividades para outras empresas com a intenção de reduzir custos e aumentar a produtividade (SOTELO, 2009).

Ainda conforme o autor, a viabilização desse processo carece de uma série de legislações, normas e regulamentos que possibilitem romper os obstáculos, que do ponto de vista capitalista, podem prejudicar seus negócios, propagando-se a ideologia neoliberal. Afirma-se que, apesar dessa ideologia defender a não intervenção estatal na economia, ela conta com o Estado como um ente fundamental para viabilizar o desenvolvimento capitalista (SOTELO, 2009).

No que diz respeito ao papel do Estado nesse processo, Sotelo indica a desestruturação do Estado-nação, haja vista que suas funções ficam restritas a aspectos repressivo-militares, burocrático-administrativos, geoestratégicas e ainda de subsidiário ao grande capital (SOTELO, 2009).

Salienta-se que essa indicação a respeito da restrição das funções do Estado também já foi apresentada por Marx, quando o autor relaciona o avanço do desenvolvimento capitalista com o aumento da pauperização da classe trabalhadora:

> No mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe. Após toda revolução que marca uma fase progressiva na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder do Estado revela-se com uma nitidez cada vez maior (MARX, 2011a, p. 55).

Nesse contexto de mundialização da economia, Sotelo refere-se aos processos de concentração e centralização do capital, desenvolvidos por Marx, como mecanismos ainda inerentes ao processo de acumulação do capital. Ao tratar desses mecanismos, o autor nos afirma que o processo de *concentração* implica na monopolização dos meios de produção e

da força de trabalho, enquanto a *centralização* estimula o processo de monopolização de capitais, se distinguindo do processo anterior já que não existe a criação de valor, mas apenas a alteração na repartição dos capitais já existentes (SOTELO, 2009).

Ainda no que diz respeito ao mecanismo de *centralização* do capital, é importante a indicação do autor de que através de sua ampliação em escala ampliada a partir do século XX, que ela se tornou em uma "poderosa alavanca de acumulação e possibilita a homogeneização das condições de organização e exploração da força de trabalho no mundo todo" (SOTELO, 2009, p. 37).

A partir dessa ampliação do processo de centralização do capital, Sotelo nos indica, ainda a partir das indicações de Marx, a elevação da composição técnica do capital, uma vez que diante do processo de centralização do capital e do seu investimento em novas máquinas ocorre uma diminuição da demanda por capital variável.

No que diz respeito às duas poderosas alavancas da centralização, que de acordo com Marx são o *crédito* e a *concorrência*, Sotelo afirma que esses dois elementos entraram em crise a partir do século XIX, haja vista o enorme endividamento externo dos países dependentes e ainda a grande integração das grandes empresas, que por meio das fusões, buscam controlar a produção e o mercado mundial para alcançarem lucros extraordinários (SOTELO, 2009).

A partir dessas novas configurações da economia na dinâmica de mundialização do capital, Sotelo afirma:

> Se num princípio a lei do valor serviu como suporte da concentração e centralização do capital, posteriormente, são estes processos que redefinem e projetam a lei do valor, sem, contudo, anulá-la, como sugere a ideologia pós-modernista (SOTELO, 2009, p. 39).

Desse modo, o autor afirma que foi perante a expansão da economia em escala mundial, que aconteceu a partir da Terceira Revolução Industrial, que se assiste o aumento exponencial da produtividade do trabalho e o processo de globalização da lei do valor que é manifestado pelo domínio das empresas transnacionais, pelo mercado, pelo capital financeiro e ainda pelo Estado.

Ao assinalar a extensão da lei do valor com o processo de globalização capitalista, Sotelo indica o aprofundamento e a expansão dos seguintes elementos que compõem a formação do valor:

> a) o valor de uso cria sua antítese: o valor de troca; b) o trabalho concreto se converte em trabalho abstrato; e c) os trabalhos privados com a forma de equivalente se trocam por trabalhos determinados pela sociedade e não já pelos produtores individuais, ao que coadjuva o desenvolvimento tecnológico e a ciência (SOTELO, 2009, p. 44).

Nesse sentido, o autor indica que a partir da expansão das relações capitalista em todo sistema mundial se reorganizam as condições de organização e exploração da força de trabalho. Como característica imanente desse processo de globalização, Sotelo cita a exclusão das sociedades ou ramos produtivos que não se adequarem as normas impostas pela mundialização e como uma expressão desse movimento, o autor (2009) exemplifica a dissolução de comunidades indígenas ou sociedades cooperativas que produzem valores de uso para seu próprio consumo.

Desse modo, o autor afirma que dado às condições cada vez mais difíceis de produzir valor, postas pelo processo de concentração e centralização do capital, assim como pelo desenvolvimento da especulação financeira, são impostas lógicas de superexploração da força de trabalho como um mecanismo necessário para a recuperação das taxas de lucros capitalistas. O autor ainda afirma que a superexploração torna-se uma característica também dos países centrais, não se restringindo aos países dependentes e periféricos. (SOTELO, 2009)

Assim, diante da estruturação da superexploração da força de trabalho como um mecanismo necessário para o desenvolvimento do capital na contemporaneidade, desenvolvem-se as características desse processo por meio da interpretação de Jaime Osorio e Adrian Sotelo.

3.4 Desenvolvimento da categoria “Superexploração da Força de Trabalho”, segundo Jaime Osorio

No desenvolvimento da categoria superexploração, enquanto expressão da violação do valor da força de trabalho, Osorio busca explicar a importância dessa categoria para interpretar a reprodução do capital em formações sociais dependentes a partir das indicações desenvolvidas por Marx e Marini.

Segundo o autor, para compreender o significado dessa categoria é necessário considerar os diferentes níveis de abstração e de unidades de análise no marxismo, quais sejam: “modo de produção, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação econômico-social e conjuntura” (OSORIO, 2009a, p. 171).

Compreendendo esses níveis e considerando que cada um possui suas especificidades ao tratar de problemas particulares, compreende-se que o desenvolvimento marxiano referente

ao modo de produção capitalista, realizados por meio da obra “O Capital”, se conforma como “o ponto de partida para analisar a organização das unidades de análise menos abstratas (ou mais concretas), *mas não as esgotam*” (OSORIO, 2009a, p. 171).

Nesse sentido, compreendendo a noção de superexploração enquanto violação do valor da força de trabalho e categoria que explica a forma de reprodução do capitalismo nos países dependentes, o autor afirma que Marx não desenvolve esse problema em sua análise, haja vista o nível de abstração adotado pelo autor. Esse argumento desenvolvido por Osorio pode ser facilmente encontrado em Marx quando ele desenvolve o processo de formação do mais-valor relativo e ainda a tendência à queda da taxa de lucro:

> (...) Mas só chegaria a tal resultado por meio da compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. (...) Apesar do importante papel que desempenha no movimento real do salário, esse método é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral (MARX, 2013, p. 389).
>
> Isso [compressão do salário abaixo do seu valor] só é mencionado aqui empiricamente, já que, de fato, tal como muitas outras coisas que caberiam ser referidas, esse aspecto não guarda nenhuma relação com a análise geral do capital, mas diz respeito à exposição da concorrência, que não é tratada nessa obra. No entanto, é uma das causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro (MARX, 2017, p. 274).

Dessa forma, embora Marx não aborde o tema da superexploração, ou seja, o processo de violação do valor da força de trabalho fica evidente que o autor conhece e reconhece a importância desse processo e que ele, assim como indicado por Osorio, não realiza essa análise tendo em vista seu nível de abstração.

Sendo assim, Osorio afirma que a partir da perspectiva de que para compreender a realidade é necessário adotar a lógica “ontológica e dialética, que assuma a contradição como própria do ser” (OSORIO, 2013, p. 55) compreende-se que são os processos de negação que permitem a superação da dicotomia, que ao estabelecer a verdade entre opções de “isso ou aquilo” não incorpora a relação que aparece entre os extremos (OSORIO, 2013).

A partir dessa indicação da negatividade, Osorio afirma o rompimento ou a violação do valor:

> Em vez de nos perguntarmos sobre as relações sociais que constituem o valor, e as formas que o encobrem – dinheiro, preços, lucro, etc. –, tendemos a tomar as formas como “coisas”, sem a negatividade que os constitui. E assim o valor se constitui como algo dado, fixado, sem conflitos. Como relação social, o valor contém sua própria negação enquanto violação ou rompimento do valor. *A violação do valor não é senão a contrapartida da constituição do valor*, em um mundo no qual se desata um afã desenfreado por trabalho excedente, por trabalho vivo, única fonte do valor. Romper a lei do valor da força de trabalho emerge então como a contraparte necessária da expansão e desenvolvimento do valor. Por isso Marx recorrentemente

> faz referência a diversos mecanismos e procedimentos que violam o valor das mercadorias e, em particular, do valor da força de trabalho, cujo denominador comum é se apropriar de mais valor, justamente aquele que corresponde ao valor da força de trabalho (OSORIO, 2013a, p. 56).

Desse modo, Osorio afirma que Marini através da obra Dialética da Dependência (2011) formulou as respostas que permitem compreender porque essa negatividade se tornou o fundamento da reprodução do capital nas economias dependentes, ao passar para um nível de análise menos abstrato e mais concreto:

> Esses limites [que Marx se auto-impõe por razões de método] já não existem quando postos em níveis mais concretos de análise, e, particularmente, quando se considera o sistema capitalista mundial: aí é necessário distinguir as particularidades entre as economias que funcionam como centro do sistema e outras que operam como semiperiféricas e dependentes (ou periféricas, na linguagem da Cepal dos anos 1950 e 1960) (OSORIO, 2009a, p. 174).

Sendo assim, Osorio afirma que foi a partir dessa lógica que Marini postulou "a tese mais significativa gerada até agora para identificar o núcleo central de como se reproduz o capitalismo dependente" (OSORIO, 2009a, p. 174).

Considera-se ainda fundamental a sinalização do autor de que a tese desenvolvida por Marini (2011), referente à afirmação de que a acumulação dos países da América Latina é baseada na superexploração do trabalhador, não exclui a possibilidade dessa violação do valor da força de trabalho também acontecer nos demais países que compõem o sistema mundial:

> Essa tese não nega a existência de superexploração nas chamadas economias centrais, seja de maneira conjuntural, seja em tempos de maior duração. A diferença reside em que, nas economias dependentes, essa modalidade de exploração se encontra no centro da acumulação. Não é então nem conjuntural nem tangencial à lógica de como essas sociedades se organizam. E ganha sentido quando se analisa o capitalismo como sistema mundial, que reclama transferência de valores das regiões periféricas para o centro, e quando as primeiras, como forma de compensar essas transferências, acabam transformando parte do "fundo necessário de consumo do operário" em "fundo de acumulação de capital", dando origem a uma forma particular de reprodução capitalista e uma forma particular de capitalismo: o dependente (OSORIO, 2009a, p. 174/175).

Desse modo, o autor afirma que nos países centrais a superexploração não se constituí como eixo dinamizador e estruturante da economia, embora ela tenha se ampliado principalmente nos períodos de crise econômica. Essa situação, no entanto é distinta do que acontece nos países capitalistas dependentes onde Osorio afirma que a superexploração da força de trabalho atua como um elemento estrutural da dinâmica de acumulação, que busca compensar a transferência de valor para os países centrais a partir desse elemento.

Cabe ressaltar que essa formulação, entendida como central para a discussão da dependência latino-americana é elaborada por Marini (2011) e defendida por Osorio ao

tratarem do caráter estrutural da superexploração como um elemento essencial na dinâmica de reprodução do capital.

Outro elemento necessário de ser apontado é que a superexploração constitui-se em uma categoria diferente da noção de maior exploração, haja vista que "a noção de exploração no capitalismo remete ao problema de apropriação por parte do capital de um produto excedente gerado pelos trabalhadores" enquanto "a superexploração remete a uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho" (OSORIO, 2009a, p. 175).

Cabe apontar que essa indicação de Osorio no que diz respeito à exploração da força de trabalho baseia-se nas indicações de Marx que ao investigar o processo de formação do mais-valor afirma que ele é decorrente do tempo de trabalho que não é pago ao trabalhador e apropriado pelo capitalista. Esse autor ainda define que essa exploração pode se traduzir na obtenção de um mais-valor relativo ou absoluto, dependendo do método que o capital utiliza para aumentar a sua taxa de exploração. Para retornar a essa reflexão, basta resgatar o que foi desenvolvido nos itens 1.1, 1.2.1 e 1.2.2 desse trabalho.

Baseando-se nesse desenvolvimento marxiano, ao desenvolver o processo de exploração, Osorio afirma que ela pode acontecer por diversas maneiras: "prolongando a jornada de trabalho, elevando a produtividade do trabalho e reduzindo o tempo de trabalho necessário, intensificando o trabalho, apropriando-se de parte do fundo de consumo (ou de parte do trabalho necessário) para transformá-lo em fundo de acumulação" (OSORIO, 2009a, p. 175).

Apresentado o que se entende por exploração da força de trabalho e na perspectiva de demonstrar que essa categoria é diferente do processo de superexploração da força de trabalho, Osorio retoma as indicações de Marini (2011) explicitando que essa é uma forma particular de exploração, ao se referir ao movimento de violação do valor da força de trabalho. Essa violação, segundo Osorio (2013), pode acontecer tanto de forma direta pela apropriação dos salários ou, de forma indireta, pelo aumento da intensidade do trabalho ou pelo prolongamento da jornada de trabalho, que mesmo acompanhados do aumento do valor da força de trabalho não são suficientes para repor o desgaste físico e mental dos trabalhadores, reduzindo o seu tempo de vida útil.

> Nesse quadro é que devem ser lidas certas frases do trabalho de Marini, em que a superexploração é assimilada à "maior exploração do trabalho" (Dialética da Dependência, p. 23, por exemplo). Sua afirmação, vista no contexto geral das formulações da Dialética da Dependência, é para diferencias entre uma exploração que se apoia no "aumento da capacidade produtiva", o que pode ser alcançado respeitando o valor da força de trabalho e propiciando melhores salários e maior consumo (que predomina no mundo "central"), das formas de exploração que se

> sustentam na violação do valor da força de trabalho (que predomina no mundo dependente) (OSORIO, 2009a, p. 176).

Ainda no que diz respeito à relação entre exploração, superexploração e as formas de aumentar a mais-valia, é importante a indicação de Osorio (2013) que a formas de aumentar a mais-valia, por meio da maior exploração, não devem ser confundidas com a superexploração, uma vez que elas não implicam na violação do valor da força de trabalho, haja vista que é possível se ampliar a jornada ou a intensidade do trabalho sem que isso implique na redução do tempo de vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, o autor afirma que somente em prolongamentos e intensidades constantes da força de trabalho, quando a expectativa de vida dos trabalhadores é reduzida, não sendo recompensada sequer pelo pagamento de horas extras que é possível relacionar as formas de aumentar a taxa de mais-valia com as formas de superexploração:

> Somente a apropriação de parte do fundo de consumo, para transferi-lo ao fundo de acumulação, constitui de modo simultâneo uma forma de aumentar a taxa de mais-valia e, por sua vez, uma forma de superexploração. Pelo contrário, o aumento da produtividade em setores produtores de bens-salário (sem aumento simultâneo de intensidade) constitui uma forma de aumentar a taxa de mais-valia sem constituir uma forma de superexploração (OSORIO, 2013, p. 63).

Em relação a essas formas de superexploração da força de trabalho, o autor ainda afirma que elas estão relacionadas de acordo com as condições especificas de cada ramo de produção e ainda com uma forma especifica de geração de mais-valia. Ao relacionar essas formas de superexploração com as formas de extração de mais-valia desenvolvidas por Marx, Osorio afirma que o aumento da jornada de trabalho é uma forma fundamental de produção de mais-valia absoluta e tende a acontecer nas indústrias com menor desenvolvimento tecnológico, enquanto o aumento da intensidade do trabalho, ao estar ligado com o desenvolvimento da produtividade, combina a produção de mais-valia relativa e absoluta e tende a acontecer nos setores com maior desenvolvimento tecnológico (OSORIO, 2009).

É importante mencionar que essa indicação do autor também se relaciona com o desenvolvimento de Marini que indica que a superexploração é relacionada com os tipos de atividades que são desenvolvidas nos países dependentes, que apresentam atividades produtivas que se baseiam, sobretudo no uso intensivo e extensivo da força de trabalho (MARINI, 2011, p. 149).

Nesse sentido, visto que nos países dependentes ocorre a superexploração da força de trabalho, que corresponde à violação do seu valor, Osorio desenvolve as dimensões que compõem esse valor de acordo com as indicações elaboradas por Marx. Segundo o autor

(2009a), o valor da força de trabalho apresenta duas dimensões, que é o valor diário e o valor total, sendo que esse último valor além de determinar o primeiro é representado pelo total de dias que o trabalhador pode vender sua mercadoria (força de trabalho) em boas condições, além dos anos em que o trabalhador não participa do processo de produção, ou seja, o tempo de aposentadoria.

No que tange a definição desse valor diário, Osorio indica, novamente com base nas ideias desenvolvidas por Marx, que ele é calculado de acordo com o valor dos meios necessários para assegurar a reprodução da força de trabalho, sendo que esses meios não se restringem apenas a necessidades de alimentação, mas também aos bens que fazem parte do desenvolvimento cultural e social (OSORIO, 2009a).

O autor ainda destaca que à medida que esse desenvolvimento social e cultural implica na necessidade de novos bens para a reprodução dos trabalhadores que ele se relaciona com a contradição na definição do valor da força de trabalho, haja vista que: por um lado se afirma a necessidade de aumentar esse valor, diante do aumento de bens necessários a sua reprodução, e por outro lado, diante do incremento da produtividade percebe-se a tentativa do capital de diminuir o valor desses bens e consequentemente o valor da força de trabalho (OSORIO, 2009a).

Dessa forma, o autor indica que não é a quantidade de bens consumidos que determina a superexploração ou não da força de trabalho, haja vista que:

> O desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens vão transformando esses bens necessários em épocas determinadas. Por isso, não há nada de estranho no fato de que, nas periferias urbanas pobres, multipliquem-se as antenas de televisão, apesar de seus habitantes não contarem com alimentos básicos. O que deve surpreender não são as antenas, mas que, nesse grau de desenvolvimento social, existam pessoas que não possam contar com os bens materiais básicos, próprios da época em que vivem, e satisfazer ao mesmo tempo e de maneira suficiente o resto de suas necessidades (OSORIO, 2009a, p. 179).

Assim, o autor reafirma que a superexploração não implica necessariamente na redução do consumo, mas que seja consumida uma massa de bens inferior ao necessário para a reprodução da força de trabalho em condições normais.

Essa lógica imposta na dinâmica de reprodução do capital, em que a superexploração da força de trabalho se conforma como um elemento essencial para compensar as transferências de valores, sustenta-se em outra contradição posta no interior dos países dependentes que não coloca os trabalhadores como um fator fundamental para a realização da sua produção, haja vista que essa é destinada prioritariamente para o mercado externo.

Essa dinâmica, relacionada com a discussão do ciclo do capital desenvolvida por Marx e que segundo Marini (2011) expressa à ruptura do ciclo do capital na economia dependente também é desenvolvida por Osorio, que inclusive realiza uma proposta para analisar o padrão de reprodução do capital na economia dependente. No entanto, antes de considerar a proposta elaborada por esse autor, é importante desenvolver as considerações de Adrián Sotelo para interpretar a realidade da superexploração da força de trabalho na contemporaneidade, assim como as contribuições desses autores para compreender a dinâmica econômica dependente no contexto da mundialização do capital.

3.5 Contribuições de Adrián Sotelo para interpretar a superexploração da força de trabalho na contemporaneidade

No desenvolvimento da categoria superexploração, Sotelo refere-se a esse processo como uma articulação que envolve a "intensificação do trabalho, o aumento da jornada laboral e a expropriação de parte do consumo do operário por parte do capital (...) independente que se viole ou não a lei do valor" (2008, p. 152).

Baseando-se nos estudos desenvolvidos por Marini, Sotelo (2009a) afirma que o processo de superexploração do trabalho, vigente nas economias dependentes e periféricas estende-se significativamente para os países desenvolvidos como estratégia essencial para a sobrevivência do capitalismo como modo de produção e exploração. Ainda segundo o autor, a instalação desse processo nos países avançados relaciona-se com as organizações sindicais e políticas fracas, que combinadas com a crise capitalista permitiram a emergência da superexploração em todo sistema mundial:

> Nos últimos anos, as políticas do capital, a reestruturação produtiva e a força desagregadora do capitalismo financeiro de matiz especulativo, com sua onda de bolhas financeiras, provocaram o surgimento de um conjunto de fenômenos que podem ser resumidos em três vertentes: a *desregulação* do trabalho, a implementação da *flexibilidade* do trabalho e, finalmente, o fenômeno conhecido e detectado pelos trabalhadores e estudiosos de perspectiva crítica concernente à *precarização* do trabalho. Esses três elementos articulados constituem um *novo regime que, de maneira progressiva, tendencial e inexorável* – na medida em que não seja contrabalanceado pela luta dos trabalhadores e da sociedade – está se impondo praticamente em todo o mundo e em todas as dimensões das relações sociais e humanas: nas fábricas, nas oficinas, na indústria, nas localidades, regiões e países, assim como na vida cotidiana, que cada vez mais fica exposta às vicissitudes que marcam e sobredeterminam a lógica do capital na sua vertente neoliberal e mercantilista (SOTELO, 2009a, p. 119/120, itálico do autor).

Nesse sentido, o autor afirma que a combinação desse processo de *desregulamentação, flexibilização* e *precarização* do trabalho se conformaram como uma relação favorável ao capital que diante do seu processo de deslocamento em busca de relações

sociais, políticas e trabalhistas mais favoráveis, criaram no interior dos próprios centros as periferias capitalistas.

Como resultado desse processo de expansão do capital, possibilitado pela facilidade do seu deslocamento, Sotelo (2009a) cita o impacto negativo no mercado de trabalho que ao invés de priorizar a formalidades jurídico-trabalhistas, tem sido constituído principalmente por contratos precários que implicam na diminuição de direitos historicamente conquistados.

Ainda conforme o autor, essas recém-criadas periferias no interior dos centros capitalistas desenvolvidos, do ponto de vista da economia política e da TMD, cumprem tanto pela divisão internacional do trabalho, quanto pela própria dinâmica regional, diversas funções que podem ser assim resumidas: a) servir como plataforma para recepção de grandes empresas que buscam aproveitar vantagens como proximidade geográfica, diferenças salariais, jornadas de trabalho flexíveis, nenhuma ou pouca legislação trabalhista, baixo ativismo sindical e disposição de governos neoliberais; b) pressionar as empresas localizadas em países desenvolvidos a pressionar a classe operária para baixar os salários, aumentar as taxas de exploração e acirrar a concorrência dos trabalhadores por postos precários e escassos de oportunidades de empregos; c) assumida a superexploração do trabalho em qualquer modalidade do capitalismo, as novas periferias se tornam concorrentes das antigas, o que é aproveitado pelos países imperialistas para o aprofundamento da desigualdade e da rentabilidade do capital; d) pressão em torno das antigas periferias para aprofundar as políticas neoliberais e ajustar suas economias a lógica mercantilista e de lucros (SOTELO, 2009a).

Ao analisar essas funções, o autor afirma que essa possibilidade de deslocamento do capital que contribui para a formação de novas periferias e para a universalização do processo de superexploração da força de trabalho sustenta-se no amplo contingente de trabalhadores desempregados que contribuem para pressionar a redução do valor da força de trabalho e ainda na fragilidade de organização dessa classe. Cabe apontar que essas medidas são amplamente legitimadas pelo Estado, que além de serem os responsáveis pela retirada de direitos trabalhistas ainda buscam o investimento capitalista por meio da isenção de impostos e tributos que poderiam ser destinados à garantia de direitos sociais.

É importante sinalizar que essa indicação do autor sustenta-se nas elaborações de Marx e Marini que afirma que o amplo EIR contribui para pressionar a redução do valor da força de trabalho.

Baseando-se nos estudos mais recentes de Marini (2008a), Sotelo afirma que a superexploração se estabelece como o fator principal para enfrentar o agravamento da

concorrência capitalista que mediante a homogeneização do capital tende a provocar a igualação das composições orgânicas do capital que se relaciona diretamente com a definição da taxa de lucro. Desta forma, o autor defende que aconteceu a generalização da superexploração da força de trabalho enquanto um importante fator da economia mundial em seu processo de valorização e acumulação de capital que, no entanto, "não anula as relações estruturais de dependência com os centros imperialistas" (SOTELO, 2016, p. 40).

Nesse sentido, é importante a sinalização do autor de que o processo de expansão da superexploração da força de trabalho nos países centrais não implica no fim da transferência de valor dos países dependentes para essas economias, mas que esse mecanismo é mais uma forma dos países imperialistas aumentar a sua apropriação de mais-valia diante dos obstáculos crescentes de valorização:

> Neste contexto, a superexploração do trabalho se implanta nos países do centro do sistema mundial como mecanismo de contenção da queda da rentabilidade e dos investimentos de capital, sem alterar sua essência ou substituí-la nos países dependentes. Portanto, não se apaga a relação de dominação centro/periferia, metrópole/satélite ou império/dependência (SOTELO, 2016, p. 46).

Posto o caráter estrutural da superexploração nas economias dependentes, que se configura como um movimento essencial para compensar as transferências de valores para os países centrais, Sotelo (2016) afirma que ele está relacionado com o elemento *específico* e *característico* que prevalece historicamente nessas economias. Segundo o autor, ao se articular de forma subordinada a economia mundial e tendo como base o regime de superexploração, esses países apresentam dificuldades de produzir sistematicamente a mais-valia relativa, enquanto nos países centrais a produção da mais-valia relativa é hegemônica no sistema produtivo.

É importante o esclarecimento do autor de que essa especificidade dos países latino-americanos não se relaciona com o não desenvolvimento da produtividade, mas com o seu aumento que tem como resultado a incorporação da intensificação do trabalho no processo de exploração (SOTELO, 2009).

Essa relação entre a superexploração e o aumento da produtividade, baseia-se nas indicações desenvolvidas por Marini (2011, p. 169):

> É assim como, incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real.

Desta forma, Sotelo afirma que ao contribuir ainda mais para o aumento da exploração, o desenvolvimento das forças produtivas combina a produção de *mais-valia absoluta*, ao permitir o aumento da jornada de trabalho, a produção de *mais-valia relativa*, mediante a intensificação do trabalho e ainda a *superexploração da força de trabalho*, quando está é remunerada abaixo do seu valor. (SOTELO, 2009)

Nesse sentido, o autor indica que o aumento da produtividade contribui tanto para o aumento da superexploração da força de trabalho nos países dependentes, ao permitir a intensificação do trabalho, quanto nos países centrais que diante dos obstáculos para a produção de mais-valor, também começam a recorrer a esse mecanismo como forma de aumentar a sua acumulação:

> Se a superexploração do trabalho operava como um mecanismo peculiar das formações sociais dependentes, na atualidade ela se projeta na economia internacional através da homogeneização dos processos tecnológicos, da crise, da automatização flexível, das inovações tecnológicas, da flexibilidade do trabalho e das recorrentes crises financeiras (SOTELO, 2009, p. 59).

Ao serem criadas as bases para que a superexploração também faça parte do regime de acumulação dos países centrais, Sotelo afirma que "a superexploração se converte no elo que ata os novos sistemas de organização do trabalho como o pós-fordismo, o toyotismo e outros, como a reengenharia organizacional[20]" (SOTELO, 2016, p. 44).

Ainda segundo esse autor, essas distintas correntes servem para "entender as mudanças que se operaram na reestruturação do mundo do trabalho a partir da introdução de novas formas de organização e exploração da força de trabalho pelo capital, seja nos países capitalistas desenvolvidos ou nos dependentes e subdesenvolvidos" (SOTELO, 2009, p. 22).

Posto que a superexploração passe a se constituir como elemento tanto países centrais, quanto dos dependentes, o autor aponta que ela apresenta diferenças substancias nessas formações:

> A diferença substancial, em ambos "tipos" ou modalidades de capitalismo, consiste em que nos países dependentes a superexploração funciona sob a égide de processos de produção e de trabalho fundados na mais-valia absoluta, na intensificação do trabalho e, por último, na redução do fundo de consumo do trabalhador. No capitalismo avançado, ao contrário, a superexploração se circunscreve aos ciclos dominantes do capital – que funcionam em termos regionais e internacionais – sob a hegemonia da mais-valia relativa, o incessante aumento da capacidade produtiva do trabalho, a aplicação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e de trabalho e, por último, em função dos processos internos dos mercados de consumo que exigem certo poder de compra das classes trabalhadoras para dinamizá-los, ainda que em muitas frações delas os níveis salariais estão sendo reduzidos,

[20] Para compreender como essas distintas correntes se conformam ver: SOTELO, A. A Reestruturação no mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Trad. Fernando Corrêa Prado. Ed. Edufu, 2009.

> engendrando populações trabalhadoras de baixos salários, pobres, precárias, polivalentes, com baixo poder de compra e acesso limitado para adquirir os meios de consumo básicos para a vida. (SOTELO, 2008a, p. 46)

Assim, o autor nos indica que enquanto "nos países dependentes a superexploração determina a dinâmica da produção da mais-valia relativa" (SOTELO, 2008a, p. 43), nos países desenvolvidos e centrais é a produção de mais-valia relativa, além das relações políticas do Estado que podem reduzir o valor da força de trabalho que determinam a dinâmica da superexploração (SOTELO, 2008a).

Nesse sentido, posto que a superexploração da força de trabalho se conforma como uma característica do sistema econômico mundial e que apresenta particularidades de acordo com a formação social em questão, cabe apontar as características que ela adquire nas formações sociais dependentes, haja vista que ao apresentar um caráter estrutural nesses países ela tende a se manifestar de forma mais latente.

Ao analisar as transformações no mundo do trabalho e sua relação com a esfera produtiva no contexto contemporâneo, Sotelo afirma que a superexploração do trabalho se combina com o avanço da tecnologia, que ao invés de melhorar as condições de vida e emprego da população, contribui ainda mais para elevar os mecanismos de superexploração da força de trabalho. Ainda segundo o autor, contribuem também para o aumento da superexploração as legislações trabalhistas, que reformadas pelo neoliberalismo entre as décadas de 1980 e 90, sustentaram o aumento da mais-valia apropriada pelo capital (SOTELO, 2009).

Percebe-se pelas indicações do autor o importante papel do Estado, que ao ser responsável pelas legislações trabalhistas, atua no sentido de viabilizar a maior apropriação de mais-valia, constituindo-se ainda na contemporaneidade como um ente fundamental no processo de acumulação do capital. Afirma-se ainda que ao desenvolver a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da superexploração, que Sotelo retoma as indicações desenvolvidas por Marx e Marini que afirmam que o desenvolvimento das forças produtivas contribui para o processo de prolongamento e intensificação do trabalho.

Ainda como característica da superexploração da força de trabalho nos países dependentes, Sotelo cita a introdução do fordismo e do taylorismo nessas economias que se constituem como formas de produção que permitem e viabilizam o avanço do processo de superexploração da força de trabalho (SOTELO, 2009).

Aliado ao desenvolvimento do fordismo e do taylorismo, Sotelo ainda cita o exemplo do Brasil onde a ausência de reformas estruturais como, por exemplo, a agrária explica a

profunda crise social que existe nesse país, que tem suas ações políticas direcionadas para atender prioritariamente os detentores dos meios de produção:

> A introdução do fordismo e do taylorismo restringidos é similar à forma como a América Latina se industrializou na segunda metade do século XX: sem reformas e para atender a uma "demanda preexistente" da sociedade oligárquico-latifundiária e exportadora (SOTELO, 2009, p. 185).

Desse modo, o autor indica que as relações desenvolvidas na América Latina não se conformaram com a perspectiva de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, mas aprofundou o processo de superexploração, o que pode ser comprovado por meio da perspectiva neoliberal que desmonta os direitos dos trabalhadores ao defender processos de trabalho flexíveis, precários e polivalentes.

3.6 Proposta para uma análise do Padrão de Reprodução do capital, segundo Jaime Osorio

Baseando-se nos estudos de Ruy Mauro Marini que discute a ruptura do ciclo do capital na economia dependente e ainda no ciclo e nos esquemas de reprodução do capital elaborados por Marx, Jaime Osorio defende que é necessário compreender como o capitalismo se estrutura de maneira heterogênea nas diferentes formações econômico-sociais. Entretanto, antes de apresentar o procedimento de investigação proposto pelo autor para a interpretação do padrão de reprodução do capital, considera-se fundamental esclarecer a importância do seu estudo, haja vista que segundo o autor a teoria marxista apresenta diferentes níveis de análise, com maior ou menor grau de abstração, que permitem a compreensão de reflexões específicas:

> O maior grau de abstração entre esses níveis de análise refere-se à sua capacidade de apreender relações sociais e processos que fundamentam a realidade social, para o que é necessário deixar de lado certos aspectos do movimento histórico a fim de compreender a sua essência. Assim, a maior abstração é *fortemente histórica, na medida em que aponta a essência daquelas relações e processos*. Em nível de menor abstração, tais relações e processos vão se tornando mais complexos e passam a apresentar novas características históricas, porque sua essência se expressa sob novas e diversas formas e particularidades (OSORIO, 2012, p. 38).

Ao estabelecer níveis mais abstratos e concretos de análise, Osorio afirma que é nessa perspectiva que se estabelecem as noções de "modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, formação econômico-social e conjuntura" (2012, p. 38).

No desenvolvimento da noção de "modo de produção", o autor afirma que sua interpretação é fundamental para explicar as características históricas da vida em sociedade, sendo uma formulação geral e abstrata que particulariza historicamente as formas e os modos

de produzir. No que diz respeito à noção de “modo de produção capitalista”, Osorio afirma que essa determinação foi amplamente desenvolvida por Marx em O Capital, onde o autor estabelece a partir de determinações essenciais as formulações particulares do modo de produção capitalista, que se conforma com uma dinâmica específica no interior da sociedade:

> É a partir da aurora do desenvolvimento do capitalismo que a história se constitui em história universal e que os mais diversos rincões do planeta se integram, com graus de intensidade variados, em um sistema mundial, dando passagem ao sistema mundial capitalista. Nesse nível situam-se problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital, com suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso (OSORIO, 2012, p. 39).

Assim, posto que o capitalismo se estrutura como um sistema mundial, onde os diferentes países se integram de maneira heterogênea nessa formação, é importante conhecer as particularidades e as conexões estabelecidas em determinado contexto histórico e ainda no seu espaço territorial específico.

Nesse sentido, para o conhecimento da forma de reprodução do capital, Osorio nos indica a importância das dimensões da “formação econômico-social”, enquanto expressão da constituição do capitalismo em uma unidade político-econômica e territorial limitada, e da “conjuntura” enquanto uma unidade político-temporal onde se percebem modificações significativas nas correlações de forças entre os agrupamentos, tanto no seio dessas formações, quanto no sistema mundial (OSORIO, 2012).

É importante mencionar que Osorio não considera que as noções de “modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, formação econômico-social e conjuntura” devem ser interpretadas de forma isoladas, mas como uma unidade no plano de análise do padrão de reprodução do capital:

> A categoria padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura). Dessa forma se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios (OSORIO, 2012, p. 41).

A partir da consideração que o padrão de reprodução do capital adquire novas formas com as mudanças do sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, Osorio propõe um estudo capaz de identificar o ascenso, auge, declínio e crise da reprodução do capital e ainda capaz de diferenciar os padrões que se estabelecem em diferentes momentos históricos.

Para tanto, em sua proposta para investigar como o capital se reproduz em determinado momento histórico, o autor utiliza como base o ciclo do capital e os esquemas de

reprodução desenvolvidos por Marx no livro II de O capital, e que inclusive foram objetos de desenvolvimento nesse estudo respectivamente nos itens 1.2.3 e 1.2.4.. Entretanto, cabe colocar que Osorio, assim como Marini, abandona alguns pressupostos levantados por Marx sem, no entanto, abandonar o vinculo entre o valor e o valor de uso e ainda as relações entre o setor I (meios de produção) e o setor II (meios e consumo).

Ao discutir o ciclo do capital para a investigação da sua análise, Osorio relembra com base nas indicações marxianas, que para realizar o seu ciclo o capital deve passar por suas três fases, que são o ciclo do capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria, sendo que é a unidade desses ciclos e a passagem do capital social por cada um deles que caracteriza a produção capitalista (OSORIO, 2012, p. 44).

Ressalta-se que, ao utilizar os ciclos do capital como eixo de análise para o padrão de reprodução do capital, Osorio afirma que esses ciclos apresentam uma série de virtudes e limitações para essa análise. No que diz respeito às virtudes apresentadas, elas se relacionam com uma dupla historicização: primeiro, ao responder às razões que levam o capital a produção de valores de uso específicos, que gera formas capitalistas diversas. Ao tratar da segunda historicização permitida pela análise do ciclo do capital, o autor cita o processo de emergência, auge e declínio de determinado padrão de reprodução do capital, assim como o surgimento de um novo, o que está relacionado com razões econômicas e políticas, que permitem compreender o maior ou menor grau de exploração sobre os trabalhadores. Ainda segundo o autor, essa dupla historicização permite compreender melhor a dinâmica dominante, econômica e política, e ainda o terreno em que se desenvolve a luta de classes (OSORIO, 2012).

Ao falar das limitações do ciclo do capital para a interpretação do padrão de reprodução do capital, Osorio indica a não consideração do lucro e dos processos que conduzem a queda da sua taxa, e consequentemente as crises, processo que Marx só aborda no livro III de O capital. Embora esse seja um limite, o autor adverte que é possível integrar essa análise no ciclo do capital, o que é essencial, uma vez que a ausência desse debate não permite compreender e explicar a crise e ascenso de novos padrões de reprodução (OSORIO, 2012).

Apresentado o ciclo do capital, assim como suas possibilidades e limitações, Jaime Osorio (2012) nos indica que é importante conhecer como acontece a forma de reprodução do capital em cada fase desse processo, apresentando assim os fatores que devem ser analisados para uma efetiva pesquisa do padrão de reprodução do capital.

Ao tratar do primeiro ciclo do capital, ou seja, do ciclo do capital-dinheiro, Osorio indica que a investigação dessa fase relaciona-se com a origem, montante e destinação do capital. No que diz respeito à origem desse investimento, ele pode ser proveniente do capital privado, nacional ou estrangeiro, e do capital público estatal. Considera-se importante ainda a identificação do montante desse investimento e para que ele se destina, uma vez que eles permitem identificar os ramos e setores que estão ocupando um lugar central na acumulação e reprodução do capital.

Nesse sentido, o autor nos indica a importância de conhecer quais os ramos e segmentos produtivos são privilegiados no investimento capitalista, já que nem todos os ramos possuem a capacidade de contribuir com a expansão dos demais setores a partir do seu próprio progresso. Outra necessidade apontada refere-se à identificação dos valores de uso produzidos, haja vista que sua destinação apesar de tender a ser dirigido para onde tenha demanda, também pode ser criada, sendo que nem todos os valores de uso produzidos atendem as mesmas necessidades sociais.

Uma vez determinado a origem, o montante e ramo onde o capital-dinheiro será investido, considera-se fundamental investigar como acontece a destinação do valor investido tanto na compra dos meios de produção, quanto na compra da força de trabalho. Assim, deve-se identificar se os meios de produção adquiridos pelos setores I (meios de produção) e II (meios de consumo) são provenientes do mercado interno ou externo, haja vista que, caso essa compra seja realizada por meio do mercado externo, ela implica que parte significativa do valor produzido nas economias dependentes saia imediatamente para o exterior como forma de pagamento por essa aquisição.

No que diz respeito ao exame da compra da força de trabalho para a investigação do padrão de reprodução do capital, Osorio considera importante identificar os setores e ramos industriais que mais demandam força de trabalho em determinados momentos históricos, assim como suas características diferenciadas, localização territorial, qualificação e tipos de contratos prevalecentes.

É importante indicar que ao desenvolver a análise desse ciclo do capital que Osorio baseia-se nas indicações de Marx que definido esse ciclo de capital-monetário, correspondente a fase em que o dinheiro é transformado em mercadoria, pela compra da força de trabalho e ainda dos meios de produção. Cabe ainda destacar, que Marini também desenvolve esse processo ao indicar que nesse ciclo se consegue identificar a origem do capital dinheiro que comparece para iniciar o processo de produção de mercadorias, através da compra de meios de produção e força de trabalho.

Ao analisar a fase do capital produtivo, momento em que a força de trabalho mostra a sua capacidade de criar valor, Osorio afirma que deve ser considerada nessa análise a forma que o capital consome a força de trabalho. Segundo ele, essa obtenção do mais-valor pode apresentar quatro formas: “violação da força de trabalho abaixo do seu valor; prolongamento da jornada de trabalho; incremento da produtividade do trabalho; e a intensificação do trabalho” (OSORIO, 2012).

É importante considerar que, ao desenvolver a proposta teórica para a análise dessa fase do ciclo do capital que Osorio baseia-se nas formulações marxianas que indicam que é somente nessa fase que se tem a criação de mais-valor. Desse modo, a proposta do autor consiste em analisar a sua forma de obtenção, o que ainda relaciona-se com as indicações marxianas que indicam que a mais-valia pode acontecer tanto de forma absoluta, quanto relativa. Cabe apontar, que esse autor também retoma e desenvolve as indicações de Marini, já que em sua investigação ele inclui a dinâmica de violação do valor da força de trabalho como mais uma maneira do capital aumentar a sua massa de mais-valor apropriada.

No que diz respeito à violação do valor da força de trabalho, o autor afirma com bases nas indicações de Marini que ela acontece quando o trabalhador tem um salário insuficiente ou um processo de trabalho com sobredesgaste (seja pelo prolongamento da jornada ou pela intensificação do trabalho) que encurtem o seu tempo de vida útil e de vida total.

No desenvolvimento de sua investigação ele ainda coloca como importante considerar na definição do valor da força de trabalho, que a sua remuneração não pode ser reduzida a um assunto puramente salarial, mas as condições necessárias que o trabalhador deve encontrar para produzir e reproduzir sua força de trabalho, retomando novamente as indicações marxianas a respeito da constituição do valor da força de trabalho (OSORIO, 2012, p. 51).

Ao tratar do prolongamento da jornada de trabalho, Osorio afirma que ela permite o incremento da mais-valia mediante o aumento do tempo de trabalho excedente, caracterizando a obtenção de uma mais-valia absoluta. Embora esse prolongamento implique na elevação da força de trabalho, é importante mencionar que ultrapassando certos limites os desgastes físicos e mentais não conseguem ser repostos, configurando assim não só a violação do valor da força de trabalho, como também a redução da expectativa de vida dos trabalhadores.

Outro método citado pelo autor que permite aumentar a obtenção de mais-valia no processo de produção refere-se ao incremento da produtividade, que por sua vez possibilita a geração de uma mais-valia relativa. Por meio do seu aumento, desde que no setor que produza meios de consumo para os trabalhadores, é possível diminuir o valor da força de trabalho. É importante colocar que, se o incremento da produtividade estiver relacionado com a produção

de bens necessários, ele pode possibilitar o aumento do consumo dos trabalhadores que, no entanto, não supõe o incremento no valor da força de trabalho que pode inclusive sofrer com uma queda, posto a diminuição do valor das mercadorias perante a elevação da produtividade.

Essa afirmação do autor relaciona-se com as indicações de Marx e Marini, que afirmam que o aumento da produtividade na produção de bens de consumo de subsistência contribui para diminuir o valor da força de trabalho.

Seguindo em seu processo de desenvolvimento, o autor indica que é necessário considerar que a maior produtividade permite maior submissão e exploração dos trabalhadores, propiciando dessa forma a elevação da intensidade do trabalho. Desse modo, o autor afirma que por meio dos avanços tecnológicos e da organização do trabalho, "o capital busca transformar todos os 'tempos mortos' na produção em tempos de valorização" do capital, implicando em uma maior quantidade de trabalho despendido com o incremento da remuneração que, no entanto, a partir de certo ponto se mostra insuficiente para recompor os desgastes que reduzem a vida útil do trabalhador (OSORIO, 2012, p. 57).

No processo de investigação da ultima fase do ciclo do capital, ou seja, na segunda fase da circulação onde a mercadoria precisa ser vendida e assumir novamente a forma dinheiro na forma acrescida, o autor nos indica que é necessário averiguar para qual mercado essa mercadoria se dirige, porque esses mercados são sempre uma categoria social. Nesse sentido, ele afirma que é necessário distinguir se a mercadoria se conforma como meios de produção, destinada a recompor os gastos desses meios, ou se ela é destinada ao consumo individual, como meios de consumo necessários, de luxo ou suntuários:

> A quais desses mercados a produção se dirige predominantemente? A forma que assumem (ou melhor, como se constroem) os mercados nos dá uma ideia do lugar que os setores e ramos da produção ocupam em uma economia e vice-versa. Em médio e longo prazo, são elementos que tendem a alcançar uma relativa coerência em seu desenvolvimento (OSORIO, 2012, p. 60).

Ainda nessa fase, Osorio indica que é necessário investigar o tipo e a quantidade de valores de uso lançados no mercado, para permitir entre outros motivos, identificar o nível de desenvolvimento de uma economia e dos ramos ou setores-eixo da produção. Por essa identificação o autor afirma que é possível entender os problemas derivados das flutuações do mercado em relação a determinados valores de uso como, por exemplo, as variações em tempos de crise econômica que tendem a afetar mais as economias que produzem bens de consumo não indispensáveis, do que as que produzem bens de consumo salarial, já que o consumo dos meios de subsistência é indispensável e realizado independente das crises.

Posto a transformação da mercadoria em dinheiro acrescido, Osorio afirma que o capital tem condições de continuar seu processo de acumulação que, no entanto, não se reproduz sempre com as mesmas condições dado as condições de produção capitalista. Segundo o autor, diante da queda tendencial da taxa de lucro, posta pela elevação da composição orgânica do capital, estabelece a tendência de crises cíclicas no interior do ciclo do capital.

Ao afirmar que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, o autor afirma que elas se expressam de acordo com as fases do ciclo do capital: do ponto de vista da forma dinheiro, observa-se que ela se manifesta pela sobreacumulação relativa de capitais em relação a taxa de lucro existente. Ao assumir a forma mercadoria, o capital pode ter dificuldade de realização de suas mercadorias, expressas pelo sobreprodução de meios de produção ou de meios de subsistências, que não conseguem ser realizados ou são vendidos por um preço mais baixo do que seu valor.

Ao tratar do consumo, Osorio indica que a produção capitalista não é voltada para atender as necessidades da população e que por isso o capitalismo sempre gera as crises de subconsumo. Além dessa crise do consumo, o autor ainda indica que as crises são caracterizadas pela "desproporção entre setores: o de meios de produção e o de meios de consumo" (OSORIO, 2012, p. 68)

Desse modo, o autor afirma que as crises podem propiciar o esgotamento de dado padrão de reprodução do capital, criando condições para o surgimento de um novo padrão que em seu desenvolvimento sofre com um processo de transição onde "o antigo não termina de morrer ou de subordinar-se e o novo, de se impor e prevalecer" (OSORIO, 2012, p. 70).

Nesse sentido, Osorio indica que após a identificação da transição de um padrão para o outro e na tentativa de verificar se um padrão já se estabeleceu, é necessário analisar os seguintes elementos:

> Quando um novo padrão prevalece, é porque o capital encontrou novas condições para se reproduzir, provocando mudanças nos setores ou ramos que desempenharão o papel de eixos da acumulação, na organização do trabalho, nas condições técnicas, nas mercadorias produzidas, nos mercados aos quais dirigirá sua produção, nos agentes que farão investimentos, no tipo de associação com o capital estrangeiro, enfim, no conjunto ou em alguns dos principais estágios que marcam o rumo do ciclo do capital (OSORIO, 2012, p. 70).

Dado que é necessário que se estabeleça uma série de alterações para a afirmação de um novo padrão de reprodução do capital, o autor afirma que um dos mecanismos necessários para compreender o capital em seu conjunto seja os instrumentos da política econômica, que

contribuem para que o ciclo do capital seja mais fluido e favorável às necessidades capitalistas (OSORIO, 2012).

Nesse sentido, dado a relação intrínseca entre política econômica e a conformação do padrão de reprodução do capital, Osorio indica que é necessário o conhecimento dos instrumentos utilizados pela política econômica para viabilizar dado padrão de reprodução do capital:

Tabela V - Instrumentos da política econômica

Campo de aplicação	Instrumento
Monetário	Taxas de juros
Fiscal	Impostos (pessoas e empresas) Gasto Público
Comércio exterior	Tipos de câmbio Nível de tarifas de importação
Investimento estrangeiro	Impostos sobre lucros e dividendos Empréstimos
Consumo	Impostos de compra e venda Seguridade Social
Mão de obra	Taxas salariais
Produção	Subsídios Controle de preços
Investimento	Taxa de juros Isenção de impostos Investimento público

Fonte: OSORIO (2012, p. 71)

Segundo o autor, esses instrumentos determinados pela ação estatal, interferem diretamente na valorização capitalista que sempre busca fazer prevalecer seus interesses no interior do aparato do Estado, manifestando a imbricação do econômico com o político. É importante, distinguir quais frações (capital financeiro e/ou bancário, capital industrial, o agrícola, e o capital comercial) e setores (grande, médio e pequeno capital) são privilegiados pela política econômica, tendo em vista que:

> Tais diferenciações são importantes porque a política econômica não pode resolver da mesma maneira as necessidades de reprodução de todas as frações e setores. Alguns setores ou frações se verão mais favorecidos e outros mais prejudicados. Isso significa, da perspectiva do campo da política, que no nível do Estado os setores mais favorecidos contam com maiores cotas de poder e as fazem sentir na aplicação de políticas econômicas que melhor propiciem seu desenvolvimento ou reprodução particular (OSORIO, 2002, p. 72).

Ao indicar que é importante identificar qual fração e setor a política econômica procura favorecer, vale mencionar que essa indicação respalda-se nas análises de Marx que indica a luta travada entre as diferentes frações capitalistas para apropriação da mais-valia. Segundo Marx essa disputa é travada haja vista que a apropriação de um setor determina o quantum será apropriado pelos demais. Além dessa disputa, também é necessário considerar a luta que, segundo Marx, é travada no campo da distribuição da renda nacional e que acontece entre capitalistas e trabalhadores, haja vista que a apropriação de mais-valia pelos capitalistas é limitada pelo valor dos meios de subsistência necessários da classe trabalhadora.

É importante mencionar que Osorio nos indica que não existe uma política econômica única, mas várias dependendo das correntes das quais elas derivam, apresentando assim ênfases, no Estado ou no mercado:

Tabela VI - Correntes da política econômica

Ênfase na ação estatal	**Ênfase na ação do mercado**
Keynesiana	Liberal
Estruturalista	Neoliberal
Neoestruturalista	Monetarista

Fonte: OSORIO (2012, p. 72)

Assim, Osorio afirma que em cada uma dessas correntes políticas ou econômicas, os instrumentos de aplicação da política econômica apresentados na Tabela V se aplicam de maneira diferente. O autor ainda afirma que a definição da aplicação de uma corrente ou outra está relacionada com a própria economia e com a política:

> Na economia porque distintos padrões de reprodução do capital requerem políticas econômicas diferentes; e na política pelo fato de que as exigências dos setores do capital que se convertem em eixos de determinado padrão tendem a buscar maiores cotas de poder estatal para, dessa forma, lograr a aplicação das políticas econômicas que melhor se ajustem a suas necessidades de reprodução (OSORIO, 2012, p. 72).

Nesse sentido, o autor afirma que diferentes padrões de reprodução do capital exigem diferentes políticas econômicas que por sua vez, requerem instrumentos apropriados para suas necessidades específicas. Ele ainda afirma que essas mudanças econômicas supõem fortes enfrentamentos no plano político, haja vista que a alteração de um padrão pode interferir na posição de classe de determinadas frações e ou/setores.

Segundo o autor, ainda é importante para a análise do padrão de reprodução do capital a identificação da relação entre os centros imperialistas e as economias dependentes, tendo em

vista que os processos que permitem a transferência de valor de uma região para outra se alteram com o tempo:

> Se na etapa colonial isso era possível por meios preferencialmente políticos (as colônias entregando tributos e impostos às metrópoles ou sofrendo despojos de riquezas e metais preciosos pela simples condição colonial), posteriormente tal processo tende a se apoiar de maneira predominantemente em mecanismos econômicos (deterioração dos termos de intercâmbio ou intercâmbio desigual, pagamento de *royalties*, transferências devido ao monopólio de conhecimentos, juros da dívida, etc.) (OSORIO, 2012, p. 77).

Assim, ainda no que diz respeito à transferência de valor, o autor afirma que se deve analisar o tipo de valores de uso produzidos, uma vez que essa produção não se relaciona somente com a divisão das atividades, por meio da divisão internacional do trabalho, mas que interfere na capacidade de apropriação do valor, visto que "manter prerrogativas monopolistas sobre determinados bens ou conhecimentos tem implicações na capacidade de apropriação do valor" (OSORIO, 2012, p. 77).

Nesse sentido, o autor afirma que a configuração desse processo de transferência de valor interfere diretamente nas condições em que se desenvolvem os países, incidindo diretamente na reprodução do capital, como por exemplo, na sua forma de acumulação, nas condições de exploração e superexploração da força de trabalho, na constituição do mercado interno e externo, entre outros (OSORIO, 2012).

O autor ainda indica que tendo em vista que o padrão de reprodução do capital está ligado com a dinâmica do sistema mundial, considera-se que para sua análise seja necessário identificar os elementos que tornam possível que as mudanças nos países centrais interferiram nos países dependentes, assim como as mudanças nos países dependentes também repercutem nos países centrais.

No entanto, o autor indica que como o padrão se manifesta de acordo com as especificidades de cada formação econômico-social, é importante se ater que "a busca de tendências e traços gerais não deve supor a perda de capacidade para dar conta das particularidades" (OSORIO, 2012, p. 80).

Ao tratar das ondas longas expansivas do capital (revolução industrial; primeira revolução tecnológica, segunda revolução tecnológica e terceira revolução tecnológica) o autor nos indica que elas evidenciam os ciclos do capital enquanto sistema mundial capitalista, apresentando dessa forma, a articulação da reprodução capitalista dos países

centrais, periféricos e semiperiféricos[21], porém de forma hierarquizada e com maior peso dos núcleos geográficos e econômicos que se encontram nas economias centrais.

No entanto, o autor indica que isso não significa que as regiões periféricas e dependentes operarão como simples reflexos do que acontece nos países centrais, mas que seu espaço de ação estará delimitado, em longo prazo, pelos movimentos de reprodução geral, embora em períodos curtos e conjunturais é possível ultrapassar tais delimitações (OSORIO, 2012, p. 82).

Segundo o autor, a partir da fase recessiva iniciada na segunda metade dos anos 1960 da quarta onda longa (terceira revolução tecnológica) das economias centrais, a América Latina também sofre com a queda do padrão industrial diversificado, que se manifestara em crise de crescimento, em crise da dívida externa e na chamada pela CEPAL de "década perdida" que se prolonga de maneira geral até nossos dias:

> Isso não supõe que não possam produzir-se momentos de crescimento, regionais ou em países determinados. Uma fase recessiva simplesmente implica uma tendência de os ciclos curtos de crescimento tornarem-se ainda mais curtos e os de estagnação ou recessão, mais prolongados. Na fase ascendente de uma onda longa, pelo contrário, as recessões serão mais curtas e os ciclos de crescimento, mais prolongados (OSORIO, 2012, p. 84).

Assim, o autor afirma que a partir desse momento emerge a noção de mundialização, que com o intuito de retomar as taxas de crescimento e de lucro, consiste em uma periodização do processo de expansão, extensiva e intensiva, do mercado mundial capitalista:

> A mundialização abrange a fase descendente, recessiva, do longo ciclo de expansão capitalista que se iniciou posteriormente à Segunda Guerra Mundial e que teve os Estados Unidos como eixo central da acumulação mundial. Essa fase descendente evidencia o fim de uma modalidade de reprodução do capital no centro, na semiperiferia e na periferia, assim como o fim da DIT que acompanhou tal reprodução no sistema mundial capitalista e das correlações de força que acompanharam esses processos, com a abertura de um período de significativas perdas de posição do trabalho com relação ao capital (OSORIO, 2012, p. 84).

Segundo suas considerações, essa fase de mundialização, com base nos novos avanços tecnológicos, expressa novas modalidades de produção e reprodução do capital, buscando recuperar as taxas médias de lucro e promovendo reestruturações em todas as formas organizativas de reprodução do capital, como por exemplo, pela exigência de mobilidade do capital, pelas novas formas de exploração da força de trabalho e pela reorganização do

[21] "O capitalismo como sistema mundial se estrutura de maneira heterogênea, entre centros, semiperiferias e periferias ou – no atual estágio de maturidade da economia capitalista – entre economias imperialistas (como Estados Unidos e Alemanha), semiperiferias imperialistas (como Espanha), subimperialismos dependentes (como Brasil), economias dependentes (Peru e Chile) e periferias (países da África), sendo que nas três primeiras prevalece a apropriação do valor – apesar de que a partir das segundas também há cedência de valor – e nas duas últimas prevalecem as transferências de valor para todas as anteriores, sob diferentes mecanismos, segundo os diversos momentos históricos. (OSORIO, 2012, p. 40)

mercado mundial, aproveitando a expansão deste pela desintegração da ex-União Soviética e a incorporação ativa da China, assim como os significativos avanços na área dos transportes e comunicação (OSORIO, 2012, p. 85).

Apresentado o campo de pesquisa necessário para a identificação e a interpretação de um padrão de reprodução do capital, Osorio indica o objetivo e as conexões necessárias para interpretar a lógica de um padrão:

> A noção de padrão de reprodução coloca o objetivo de buscar a lógica e os eixos que articulam e organizam as formas fragmentadas com que o capital se apresenta em sua metamorfose (em dinheiro, meios de produção, força de trabalho, mercadorias), fragmentação que também acontece quando se privilegiam setores (mineração, agricultura, manufatura, serviços) ou ramos produtivos (alimentício, de vestuário, automobilístico etc.), assim como "temas diversos", como capital financeiro, processo de trabalho, salários, impactos territoriais etc., para mencionar alguns dos que ocupam a atenção dos pesquisadores (OSORIO, 2012, p. 86).

O autor ressalta que ao defender a pesquisa das conexões dos eixos que conformam um padrão de reprodução do capital, ele não desdenha dos estudos que investiguem algum desses eixos de forma fragmentada, mas apenas indica que essa fragmentação incorpora outras características, já que vistos de maneiras isoladas, as conexões e lógicas internas sequer se colocam (OSORIO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desse estudo, buscou-se resgatar a Teoria Marxista da Dependência – TMD para analisar suas potencialidades explicativas para interpretar a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma leitura imanente das obras de Jaime Osorio e Adrián Sotelo, que apresentaram as novas determinações da dinâmica da dependência, a partir das indicações de Marini, ao realizar uma interlocução das suas indicações com a realidade. Cabe ainda indicar, que a retomada desse debate pelos autores significa, do ponto de vista teórico, uma retomada dos aportes marxianos.

Ao seguir a trilha da TMD para analisar o capitalismo contemporâneo, por meio da contribuição desses autores, entende-se que o processo de globalização/mundialização do capital, que busca garantir novas formas de produção e acumulação do capital diante dos obstáculos próprios desse modo de produção, estende o processo de superexploração da força de trabalho para todos os territórios que compõem o sistema mundial. Nesse movimento, é importante considerar o papel do Estado, que mediante seu poder político não só garante a ordem social, como também contribui diretamente para o processo de acumulação do capital.

Sendo assim, para apresentar os principais elementos desenvolvidos por esses autores, que contribuem para a análise da dinâmica do capitalismo na contemporaneidade, a partir da TMD, apresenta-se o resgate da discussão desenvolvida por eles que ao resgatarem os principais apontamentos dessa teoria para a análise da realidade indicam o processo de globalização/mundialização do capital e ainda o seu resultado que é a generalização da superexploração da força de trabalho na contemporaneidade.

Ao estudar a nova dinâmica da dependência no contexto contemporâneo, salienta-se que Jaime Osorio e Adrian Sotelo referem-se a esse movimento como expressões do processo de *mundialização* e *globalização-mundialização* do capital respectivamente. Ao justificar a adoção do termo mundialização, Osorio (2014) afirma que ele corresponde à fase em que o capitalismo precisou se expandir intensiva e extensivamente para todo o sistema mundial o que fez prevalecer e ainda aprofundou as diferenças econômicas, sociais e políticas entre os países centrais e dependentes. O autor ainda afirma que prefere utilizar esse termo, haja vista que o conceito de globalização acaba por enfatizar os processos de homogeneização do mundo, correspondentes a tendência que expressa o modelo estadunidense de consumo.

Ao contrario desse autor, Sotelo (2009) justifica o uso da expressão globalização-mundialização separadas por um hífen[22], como necessário para indicar que a globalização não pode ser explicada separada do processo de mundialização, haja vista que esse termo, a partir da concepção marxista, possibilita o estudo das determinações contemporâneas do capitalismo.

Apesar da diferença no uso desses termos[23], ao discutir a nova dinâmica da dependência no contexto da globalização/mundialização do capital, afirma-se que ambos os autores estudados consideram que esse processo inicia-se a partir da necessidade do capitalismo expandir sua produção para contrarrestar a tendência de queda das suas taxas de mais-valia e de lucro.

Essa posição sustenta-se inclusive no que é defendido por Marini (2008a) que afirma que as bases para a globalização capitalista se relacionam com a crise capitalista que conduzia a queda das taxas de lucro diante do processo de fragmentação do mercado mundial perante os mecanismos protecionistas e ainda pela restrição do mercado.

Ainda como caracterização dessa nova dinâmica, Osorio e Sotelo indicam a segmentação do processo produtivo como um elemento necessário para a expansão do capital. Esse movimento, como desenvolvido pelos autores, permite não só a busca por matérias-primas com valores mais baixos, como também se relaciona com a superexploração da força de trabalho, tendo em vista que o capital procura estabelecer suas filiais onde ele pode remunerar a força de trabalho por valores cada vez mais baixos.

É importante indicar que no desenvolvimento da dinâmica de globalização/mundialização do capital, que Osorio e Sotelo retomam as determinações das categorias da dependência para explicar esse desenvolvimento, haja vista a afirmação dos autores que, embora o processo produtivo seja realocado e a superexploração da força de trabalho se estenda também para os países centrais, prevalece à transferência de valor dos países dependentes para os países centrais.

Para viabilização da expansão do capital, Osorio e Sotelo ainda trabalham o papel do Estado, baseando-se nas formulações de Marini (2008a) que afirma que esse ente busca facilitar investimentos capitalistas não só por meio da isenção de impostos, construção de infraestrutura e cessão de terrenos, mas também por meio da não defesa da sua economia perante os avanços do capital internacional.

[22] Apesar de utilizar no decorrer do seu desenvolvimento apenas o termo “globalização”.
[23] Tendo em vista que os autores utilizam termos diferentes para se referir ao mesmo processo de expansão do capitalismo e diante da consideração de que essa distinção não modifica a análise desse movimento, será empregada para resgatar as principais considerações desses autores a expressão globalização/mundialização.

A importante contribuição de Osorio (2014) a esse respeito relaciona-se ao caráter contraditório da inserção do Estado nesse contexto. Segundo o autor, apesar do Estado apresentar necessariamente um poder político forte, contraditoriamente se conforma como Estado-nação fraco e ainda com ausência de soberania. Essa incoerência, segundo a sua análise relaciona-se ao fato de que é necessário que o Estado tenha um poder político forte para controlar a classe trabalhadora, além de favorecer os interesses capitalistas tanto no nível nacional, quanto internacional.

No que diz respeito ao Estado-nação fraco e ainda a ausência de soberania, o autor afirma que essa é uma condição dos países dependentes e periféricos, haja vista que a expansão econômica do capital subordina essas formações às regras impostas pelo sistema econômico mundial com o intuito de garantir a estruturação da economia de acordo com os interesses dos países hegemônicos e também para manter o controle sobre a classe trabalhadora.

Nesse sentido, Osorio indica que a classe dominante assume o poder político do Estado em busca de garantir seus interesses, caracterizando assim a atual etapa da mundialização do capital pelo processo de "neo-oligarquização dos Estados".

Cabe apontar que Sotelo também indica a desestruturação do Estado-nação que passa a apresentar apenas funções restritas como, por exemplo, repressivas, burocráticas e de suporte a viabilização do processo de acumulação capitalista a partir dessa dinâmica de globalização do capital.

É importante salientar que essa articulação entre poder político e a garantia dos interesses particulares, já foi apontada por Marx: "toda classe que almeje à dominação (...) deve primeiramente conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como o interesse geral" (MARX, 2007, p. 36).

Ressalta-se ainda que, ao desenvolver a importância do Estado na dinâmica contemporânea Osorio e Sotelo retomam as indicações apontadas por Marini (2012), haja vista que ao desenvolverem o ciclo do capital na economia dependente, os autores explicam não só a importância do Estado como um ente que torna viável o processo de acumulação do capital, mas que também cumpre uma função importante no interior da sociedade capitalista por meio dos seus aparatos burocráticos, repressivos e militares.

Outra contribuição essencial dos autores que relaciona as determinações da TMD para a compreensão do capitalismo contemporâneo é a tendência de superexploração da força de trabalho. Ao resgatar essa categoria para explicar a dinâmica de exploração na fase de globalização/mundialização capitalista, os autores indicam a generalização dessa categoria.

Ao realizar essa análise da generalização da superexploração da força de trabalho, Sotelo relaciona essa tendência com as indicações de Marini da homogeneização do processo produtivo, ou seja, da nivelação da produtividade e da intensidade do trabalho. Segundo o autor, a partir dessa condição, a exploração da força de trabalho passa a ser o elemento determinante no montante do mais-valor apropriado, provocando a vigência cada vez mais acentuada da lei do valor e com isso a generalização da superexploração da força de trabalho para todos os centros do sistema mundial.

Nesse sentido, percebe-se que, ao explicar a dinâmica de superexploração da força de trabalho na contemporaneidade, Sotelo realiza a articulação tanto das teses centrais da TMD, quanto se reporta as indicações marxianas, que em todo momento servem de base para o desenvolvimento do seu trabalho.

É importante explicitar que ao estudar essa categoria, Sotelo apresenta uma concepção diferente de superexploração em relação ao desenvolvimento de Osorio, que entende esse processo enquanto um processo de violação do valor da força de trabalho:

> (...) Incorretamente, Osorio (2004:90, 93 e ss) acredita advertir uma suposta concepção em Marini, na qual a superexploração do trabalho deriva exclusivamente da "violação da lei do valor da força de trabalho" e não de um regime que, ao articular a intensificação do trabalho, o aumento da jornada laboral e a expropriação de parte do consumo do operário por parte do capital, configura, "um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva" (MARINI, 1973: 40), independente – e é isso que Osório não adverte – de que se viole ou não a lei do valor, o que, por outra parte, pressupõe o estabelecimento prévio de um "valor ideal" que aja como "modelo" (SOTELO, 2008).

Assim, afirma-se que Sotelo (2008) refere-se à superexploração como um processo que articula a intensificação do trabalho, o aumento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do consumo do operário em fundo de acumulação do capital, podendo ocorrer ou não a violação do valor da força de trabalho. Verifica-se ainda que o autor ao se referir a esse processo utiliza muitas vezes, diferente de Osorio, o termo superexploração do trabalho ao invés de superexploração da força de trabalho.

Cabe ressaltar que o presente estudo considera que ao se referir ao processo de superexploração, Marini refere-se ao movimento de violação do valor da força de trabalho, assim como desenvolvido no decorrer da exposição desse tema. No entanto, apesar de Sotelo apresentar uma interpretação diferente a respeito desse conceito, considera-se que suas indicações a respeito da configuração da superexploração da força de trabalho constituem-se como importantes contribuições para compreender a dinâmica da dependência na contemporaneidade a partir dos aportes da TMD.

No que diz respeito à contribuição de Osorio para a interpretação do processo de superexploração da força de trabalho, realizadas a partir das contribuições de Marini, é importante mencionar que esse autor busca através do estudo da obra de Marx comprovar que ele não desconhece esse processo de violação do valor da força de trabalho, mas apenas não realiza a análise dessa categoria tendo em vista seu nível de abstração.

Outra contribuição fundamental de Osorio, realizada a partir do desenvolvimento da tese central da TMD, e que permite compreender como o processo de superexploração da força de trabalho se insere na dinâmica de acumulação no contexto atual, refere-se a sua indicação de que a TMD não afirma que a superexploração da força de trabalho seja exclusiva dos países dependentes, haja vista que ela também pode ocorrer nas economias centrais. Nesse sentido, a contribuição essencial do autor nesse processo, é a afirmação de que a superexploração da força de trabalho nos países dependentes, conforma-se como um elemento estrutural e necessário a dinâmica de acumulação tanto interna, quanto no nível do sistema mundial, enquanto nos países centrais essa tendência de violação do valor da força de trabalho não se conforma como um elemento estrutural para a viabilização do processo de acumulação, embora ela se faça presente no atual contexto.

Ainda como uma contribuição importante e fundamental de Osorio (2012), deve-se citar o avanço que esse autor realiza para a interpretação do movimento de reprodução do capital, ao apresentar uma proposta teórica que permite "historicizar" essa dinâmica. Através da sua proposta de análise do padrão de reprodução do capital, o autor retoma tanto as indicações marxianas a respeito do ciclo e dos esquemas de reprodução do capital, assim como as teses centrais da TMD elaboradas por Marini.

Nesse sentido, afirma-se que através dessa formulação o autor além de resgatar as teses principais da TMD e formular essa teoria apoiando-se no desenvolvimento marxiano, que ele ainda apresenta a potencialidade heurística da TMD de investigar o processo de reprodução do capital de acordo com um período específico e em um espaço determinado.

Cabe destacar que, ao realizar o resgate da produção teórica de Osorio e Sotelo percebe-se o avanço que eles realizam no campo da TMD, retomando nessa análise os elementos indicados por Marini e Marx. Em outras palavras, sempre que as formulações de Marini são insuficientes para compreender o capitalismo contemporâneo os autores dependentistas, corretamente, retomam Marx para aprofundar e/ou desenvolver as indicações de Marini.

Exposto as principais contribuições desses autores para a interpretação da dinâmica do capitalismo contemporâneo, a partir da TMD e ainda dos aportes marxianos, acredita-se que a

exposição dessas contribuições seja capaz de comprovar a hipótese desse trabalho de que a TMD possui potencial heurístico para a compreensão do capitalismo contemporâneo e da estrutura da dependência no atual contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. 2ed. Florianópolis, Insular, 2013.

CORREA PRADO, F. História de um Não-Debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC271F.pdf Acesso em: 03/01/2017.

LESSA, S. Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, C, E. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARINI, R. M. Dialética da dependência (1973). In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Memória: por Ruy Mauro Marini. (1990) In: TRASPADINI, R. STEDILE, J.P. (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Las razones del neodesarrolismo(respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra) (1978). Em publicación: América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre – CLASCO, 2008. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/ar/libros/secret/marini/06razones.pdf

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital (1979). Cuadernos Políticos, número 20, México, D.F., editorial Era, abril-junio de 1979. Disponível em: http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.20/CP20.4.RuyMauro.pdf

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista (1997). En publicación: América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO,

2008a. ISBN 978-958-665-109-7 Disponível en: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/08proceso.pdf

_____.O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M.S. (orgs). Padrão de reprodução do Capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MARX, K. A guerra civil na França. Trad. Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. A Ideologia Alemã. Trad. Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. O Capital: Crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2014.

_____. O Capital: Crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2017.

_____. Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. p. 54-64.

_____. Para a Crítica da Economia Política - Salário, Preço e Lucro - O Rendimento e Suas Fontes. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

OSORIO, J. Crítica de la economía vulgar: reproduccion del capital y dependencia. México, Miguel Algel Porrúa-UAZ, 2004.

_____. Dependência e Superexploração. In: SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrián (Org.). A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009a.

_____. Fundamentos da Superexploração. In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília: Ipea, 2013.

_____. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. Trad. Fernado Correa Prado. 1.ed. São Paulo. Outras Expressões. 2014.

_____. Explotación redoblada y actualidad de la revolución*:* refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo. México: Editorial Itaca, 2009. Disponível em: http://bidi.xoc.uam.mx/tabla_contenido_libro.php?id_libro=397 Acesso em: 09/08/2016

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M.S. (orgs). Padrão de reprodução do Capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1996.

SOTELO, A. A Reestruturação no mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Trad. Fernando Corrêa Prado. Ed. Edufu, 2009.

_____. Hipótese a respeito da extensão da superexploração do trabalho no capitalismo avançado desde a perspectiva da teoria marxista da dependência. 2016. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/viewFile/2794/2178. Acesso em: 05/04/2017.

_____. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrián (Org.). A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009a, 11-134.

_____. Teoria da dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina. Trad. Fiorella Macchiavello. Ed. Praxis, 2008.

SOUZA FILHO, R. Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 126, p. 318-339, maio/ago. 2016

_____. Fundo público e políticas sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas. In: Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2016 - n. 37, v. 14, p. 174 – 198. 2016a.

_____. Política Social no Brasil: notas críticas a partir da teoria marxista da dependência. In: Revista Conexões Gerais, 2º semestre de 2014.

TRASPADINI, R. STEDILE, J. P. (orgs.) Ruy Mauro Marini. Vida e Obra. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

TRASPADINI, Roberta. A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso. 2 ed. São Paulo, Outras Expressões, 2014.